

**Objetividade Jornalística:
o debate contemporâneo do conceito**

Ben-Hur Demeneck

BEN-HUR DEMENECK

OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA:
O DEBATE CONTEMPORÂNEO
DO CONCEITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, linha de pesquisa Fundamentos do Jornalismo. Mestrando Ben-Hur Demeneck. Professor orientador Dr. Orlando Tambosi. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Departamento de Jornalismo.

Florianópolis
2009

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Universitária da FURB

Demeneck, Ben-Hur

D376o Objetividade jornalística : o debate contemporâneo
do conceito. - 2009.

133 f. : il.

Orientador: Orlando Tambosi.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Comunicação e Expressão. Departamento de Jornalismo.

Bibliografia: f. 123-133.

1. Epistemologia. 2. Jornalismo. 3. Jornalismo - Objetividade.

I. Tambosi, Orlando. II. Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Comunicação e Expressão. Departamento de Jornalismo.

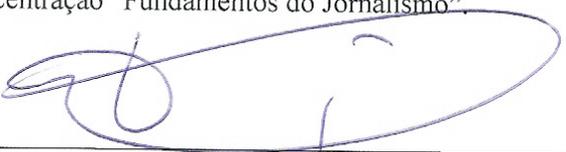
III. Título.

CDD 070.1

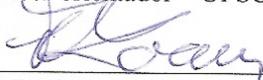
CDU 070.11

FOLHA DE APROVAÇÃO

A dissertação de mestrado sob o título “Objetividade Jornalística: o debate contemporâneo do conceito”, elaborada por Ben-Hur Demeneck foi defendida e aprovada em 21 de Agosto de 2009, perante a banca examinadora composta por Dr. Josenildo Luiz Guerra (Universidade Federal de Sergipe), como professor convidado, Dr. Orlando Tambosi (UFSC), professor orientador, Dr. Eduardo Meditsch (UFSC) e Dr. Francisco Karam (UFSC). Programa de Pós-Graduação de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração “Fundamentos do Jornalismo”.



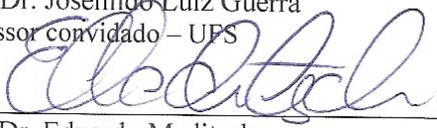
Prof. Dr. Orlando Tambosi
Professor orientador – UFSC



Prof. Dr. Francisco Karam
Professor do Programa de Pós-Graduação de Jornalismo da UFSC



Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra
Professor convidado – UFS



Prof. Dr. Eduardo Meditsch
Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Jornalismo da UFSC

Data: Florianópolis, 21 de Agosto de 2009

Quero dedicar este trabalho, em suas qualidades,
para as seguintes pessoas:
A Ernestina por sua força cotidiana, seu altruísmo.
Ao meu irmão, Osmar.
A Irani Messias Bittencourt,
Osmar Demeneck e Lauro Taborda Messias,
pela grande vida que perderam
(*in memoriam*)
Aos pensadores e poetas,
que brandem a lanterna das palavras.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Orlando Tambosi pela crença em meu potencial. Pretendo torná-la uma crença verdadeira e justificada. Aos professores Eduardo Meditsch, José Francisco Karam e Jorge Ijuim pelas observações na banca de qualificação. Os dois primeiros ministraram fundamentais disciplinas em minha formação e mantiveram expectativas e com esta pesquisa. O terceiro, em pontos precisos, analisou o trabalho com extrema empatia. Ao professor Elias Machado pelas indicações bibliográficas, especialmente as internacionais. A Josenildo Guerra, por ter participado da banca final, cujas observações significativas puderam tornar este trabalho mais autoral. À Capes por fazer desse trabalho um compromisso maior com o povo brasileiro. À solícita Glória Amaral, secretária do Programa e Pós-Graduação de Jornalismo da UFSC, exemplo de funcionário público. À UFSC pela falta de palavras ao falar dela.

Essa dissertação teve participação indireta e direta de colegas de mestrado, especialmente em conversas com o amigo Leonardo Foletto. Cumprimento o amigo Jonnefer Barbosa, filósofo. Ele e o geógrafo Almir Nabozny se ocuparam de leituras críticas do texto baseadas em suas experiências metodológicas, que me deram outra visão do que escrevi. O poeta Elioenai Ferreira Padilha colaborou com a revisão textual, tal como Adrian Lincoln, no Abstract, e J. Robson, na diagramação da capa. E Suzeli Demin Fumagalli colocou este material dentro de uma catalogação internacional, a ela também o meu obrigado.

Preciso registrar a presença de pessoas como Regina Carvalho, a cronista da amizade, por todo o suporte relativo à Academia e ao que está fora dela. Em outra ponta, esse trabalho teve suas tensões e provocações pelo contato com mestres do Jornalismo Literário, notadamente Celso Falaschi, Sergio Vilas Boas e Edvaldo Pereira Lima, e colegas de profissão, como os narradores Jair Klein, Mauri König, Cristiano Castilho, Grace Ignatowicz, Helen Francine Thieves, Laura Schüli, Nívia Miyakawa, Silvia Valim e aqueles de que lembro das ações, mas me escapam os nomes completos agora (Kelly, Terumi, Marina, Fernando). Das polêmicas, típicas da imprensa, uma saudação aos inconfidentes Felipe Lenhart, Ricardo Rievers e Fábio Mafra. Quanto às publicações, ao Jornal da Manhã, Diário dos Campos e revista RDM meus cumprimentos por serem canais abertos a artigos e crônicas.

Estendo minha mão a Graciliano Ramos, Ferreira Gullar, Fausto Wolff e Mário Faustino por terem me alfabetizado. E, para finalizar,

numa lista extensa e cheia de sentidos, o impulso de estudos e de dedicação estão em alguma parte conectados aos seguintes nomes: os já citados Jonnefer, Almir e Hélio, Rafael Wanke (analista e jogador de War), Casemiro Linarth (um jornalista das antigas), Marcio Ornat e Rodrigo Rossi, Simone Cristine Gonçalves (pelas andanças), Alceu Bortolanza (o guardião dos vinhos e o único que viu Garrincha jogar em Guarapuava). Lembro os amigos de PG-PR e de outros lugares, como Helcio Kovaleski, Rafael Schoenherr (dá-lhe grimpice), Rodrigo Kwiatkowski, Danilo Kossoski, James Robson França (craque!), Sérgio Gadini, Hebe Gonçalves, Marcelo Bronosky, Erickson Cruz, Eliete Marochi, Ismael de Freitas (um editor que ainda lê “Os Miseráveis”), Karina Janz, Antonio João Teixeira (o mestre mais respeitado do cinema), Letícia Kapper, Jorge Cunha (o vizinho que o Mautner perdeu muito em não conhecer), Ricardo Maria Djalank, Neves das Neves, Daniel Samba, Rúbia Carla Ribeiro (pelo tempo presente), Fabiano Swiech Ciesielski (vizinho antigo), Elias Lascoski, Reginaldo Alves, Roque Sponholz, Ademar Demeneck, o livreiro José Nilson, os anônimos do movimento cultural em Ponta Grossa e meus familiares (35 nomes).

“sou do tempo em que livro
era enfeite na estante,
não brinquedo de criança.

e o conselho da tia analfabeta:
- quem lê demais fica louco!

descobri na pele a verdade:
quem muito lê, fica pouco;
nunca mais descansa”.

Hélio Ferreira,
em *Guardião de datas*

“The best journalism is a judicious blend of two fundamental impulses – the romantic and the objective. The romantic impulse consists of the passion for interesting stories and substantial revelations. It is the impulse to seek out stories that give the journalist an opportunity for creative writing, interpretation, and self-expression. The objective impulse is the concern to verify what the romantic impulse finds and make sure that it is fair”.

Stephen Ward,
em *The invention of journalism ethics*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
---------------------------	---

PARTE I

2 - HISTÓRICO SOBRE JORNALISMO E OBJETIVIDADE

DADE	6
2.1 Definições de jornalismo	6
2.1.1 Consolidação do campo de pesquisa	9
2.2 Definições de objetividade	11
2.2.1 Pesquisas sobre objetividade	16
2.3 Momentos históricos e objetividade	18
2.3.1 Antiguidade: o ponto de partida da racionalidade	19
2.3.2 O surgimento da imprensa popular nos EUA e a ascensão de um novo público	26
2.3.3 Brasil anos 1950	34
2.4 Referências na discussão da objetividade	37
2.4.1 Walter Lippmann e <i>Public Opinion</i> (1922)	39
2.4.2 Michael Schudson e <i>Discovering the News</i> (1978)	41
2.4.3 Gaye Tuchman e <i>Making news</i> (1978)	43
2.4.4 Josenildo Guerra e <i>A objetividade no jornalismo</i> (1998)	46

3 A OBJETIVIDADE E A COMUNIDADE

JORNALÍSTICA	50
3.1 Noções de objetividade	53
3.1.1 Mundo latino e mundo anglo-saxão	56
3.1.1.1 A objetividade como questão de forma no Brasil	59
3.2 Valores e procedimentos associados à objetividade	63
3.2.1 Valores e procedimentos políticos – apartidarismo e outros	64
3.2.1.1 Valores e procedimentos éticos – caso da transparência	67
3.2.2 Valores e procedimentos epistemológicos – caso da faticidade	71
3.2.3 Valores e procedimentos técnicos/estéticos – caso da pirâmide invertida	73
A carta em que se anuncia atentado contra Lincoln	74
3.3 Jornalismo Literário e objetividade	76

PARTE II

4 A OBJETIVIDADE E TEORIA DO CONHECIMENTO ...	79
4.1 Realismo e agenda cética	81
4.2 A construção da realidade social.....	88
4.2.1 Limites da objetividade.....	91
4.3 Uso de hipóteses e o conhecimento	95
5 JORNALISMO E OBJETIVIDADE PRAGMÁTICA.....	105
5.1 A interpretação e os caminhos para a verdade (Ward).....	107
5.2 O futuro da objetividade (apontamentos sobre “mundo pós-objetivo”, jornalismo on-line e jornalismo global)	112
6 CONCLUSÕES	118
7 BIBLIOGRAFIA.....	123
7.1 Jornalismo	123
7.2 Filosofia	128
7.3 Bibliografia Complementar.....	129

RESUMO

Objetividade jornalística: o debate contemporâneo do conceito

Neste trabalho a objetividade é entendida como um dos fundamentos do jornalismo, o qual reúne valores e procedimentos orientados à verdade. Herdeiro da filosofia e da ciência, o conceito se difundiu a ponto de se transformar numa das referências da comunidade profissional internacional, ainda que seja um dos mais complexos e criticados (aliás, o que lhe serviu para sua longevidade). Nesta pesquisa se compilam debates significativos que envolvem o termo dentro da bibliografia especializada, sobretudo a contemporânea, e se divulgam conteúdos pouco presentes em língua portuguesa. Este é um trabalho de natureza exploratória, proposto a favorecer o campo da epistemologia do jornalismo no Brasil. Entre suas contribuições há uma abordagem sobre o uso de hipóteses na prática jornalística e, antes, uma discussão sobre objetividade em Jornalismo Literário. Ademais, nesta pesquisa são feitas duas diferenciações básicas do conceito, a primeira em um sentido genérico (a *objetividade jornalística*), no que diz respeito a todos os procedimentos e valores orientados à verdade, sejam políticos, éticos, epistemológicos ou técnicos/estéticos. Depois, ele é definido em sentido estrito (a *objetividade do jornalismo*), relativo apenas à epistemologia, ou seja, como o campo (intelectual e prático) produz conhecimento e quais as características e métodos desse saber. Esta pesquisa orienta a distinção de três momentos para estudo da objetividade numa investigação jornalística: como ponto de partida, percurso e, como possibilidade, conhecimento proposicional *a posteriori*.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia, Fundamentos do Jornalismo, Objetividade, Verdade, Uso de Hipóteses, Agenda Cética.

Journalistic objectivity: the contemporary debate of the concept

ABSTRACT: In this research the objectivity is considered as one of the basis of Journalism, this one that gathers values and procedures oriented to the truth. Heir of philosophy and science, the concept have diffused to the level of turning itself in a reference of the international professional community, even being one of the most complex and criticized concepts (something that have collaborated to its longevity). The research put together significant debates about the term in the specialized bibliography, over all, the contemporary, and the contents in Portuguese

language are short as a matter of presence. This is an exploratory work; it has the proposal to develop the field of epistemology of Journalism in Brazil. Among its contributions there is a study about the use of hypothesis in the journalist practice and, before, an discussion about objectivity in Literary Journalism. There are two basic differentiations in this text in reference of the concept, first of all, the text defines it in a general sense (the objectivity in Journalism), involving all the values and procedures oriented to the truth, like politic, ethic, epistemological or aesthetic. After, it is defined in a strict sense (the objectivity of the Journalism), related to the epistemology, or, how does the field (practical and intellectual) make knowledge and which are its characteristics and methods. This study orients the distinction of three moments to the objectivity study in a journalistic investigation: as point of departure, trajectory and, as a possibility, propositional knowledge *a posteriori*.

KEY WORDS: Epistemology, Basis of Journalism, Objectivity, Truth, Use of Hypothesis, Skeptical Agenda.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em jornalismo durante o século XX e XXI demonstra quanto o termo objetividade consumiu esforços de pesquisadores¹. Um mar das referências, indicativo tanto da popularidade como da polêmica envolvidas nesse conceito.

Esta pesquisa procura avançar alguns pontos na discussão sobre objetividade no Brasil, relativamente limitada por circunstâncias como (a) a proporção de trabalhos que negam qualquer alcance da objetividade – mesmo que seja um conceito de múltiplos sentidos, raramente seus críticos o definem com rigor; (b) a dispersão do conhecimento sistemático desse conceito, com poucas obras dedicadas integralmente à sua sistematização teórica; (c) a concentração das pesquisas em abordagens éticas, que relegam o estudo epistemológico a um segundo plano.

Nesse quadro de desafio, a dissertação optou por remeter a uma “existência” da objetividade jornalística segundo diferentes contextos – identidade profissional, epistemologia e pragmática do jornalismo. Se fosse preciso um rótulo para grafar num post-it sobre este volume de páginas, alguém pode colocar “defesa da objetividade”. No entanto, o êxito deste trabalho estará completo se a palavra “defesa” for trocada por “diferenças”.

Como se verá adiante (tópico 3), mesmo como valor compartilhado por uma comunidade profissional transnacional (DEUZE, 2005), a objetividade adquire diferentes noções, importâncias e padrões de recepção para o público (DONSBACH & KLETT, 1993; SPONHOLZ, 2004). No ambiente desta investigação, um Mestrado em Jornalismo, área de concentração Fundamentos do Jornalismo, cresce a responsabilidade de um trabalho minimamente inteirado da pesquisa mundial no campo científico Jornalismo. Se a escola norte-americana seguramente detinha um referencial teórico sobre objetividade, a presença de pesquisas no Canadá (GAUTHIER, 1993, 2004; MARTIN, 2004), Alemanha (DONSBACH & KLETT, 1993), Nova Zelândia (RUPAR, 2006a, 2006b, 2007), Dinamarca (WIEN, 2005), Suécia (EKSTRÖM, 2002) foram surpresas ao grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Para serem citados alguns exemplos: Lippman, 1922; Jobim, 1953; Schudson, 1978; Tuchman, 1978; Schiller, 1981; Marques de Melo, 1985; Genro Filho, 1989; Miraldi, 1990; Gomes, 1991, 1993; Meditsch, 1992; Donsbach & Klett, 1993; Cornu, 1994; Amaral, 1996; Guerra, 1994, 1998; Tambosi, 2003, 2005, 2007; Karam, 2004; Ward, 2005; Rugar, 2006; Moretzsohn, 2007.

Uma hipótese pode explicar parcialmente o número pequeno de pesquisas brasileiras dedicadas ao estudo da objetividade como conceito epistemológico: a influência do pensamento europeu continental, sobretudo o francês. Modelo mais hermenêutico (interpretativo) e menos empírico (baseado em experiências) que o anglo-saxão², o que pode ter levado a um efeito residual – uma resistência às escolas ou estudos isolados de orientação realista/absolutista (em oposição ao modelo relativista³). Ainda que um Mark Fishmann (1980) e um Herbert Gans (1979) não fiquem adequados ao rótulo funcionalista, permanece certo tipo de generalização quanto à comunidade científica dos EUA. Reduccionismo semelhante como o de chamar de positivista qualquer consideração sobre a objetividade, como se ela não fosse anterior a Descartes e, depois, a Comte. A radicalidade dos referenciais relativistas chegou ao paroxismo ao diminuir a discussão da objetividade a um sinônimo de manipulação (aliás, essa afirmação traz consigo um preceito absolutista/realista, observado no tópico 4.1). Para Wilson Gomes (2003), a geração mais antiga atuante nos estudos de Comunicação, no Brasil, é herdeira do pensamento 1968 (referência ao Maio francês).

O pensamento filosófico e sociológico da Europa continental tem grande influência sobre os cursos de Comunicação Social no Brasil, perceptível nos referenciais teóricos dos planos de aulas e nos livros escritos pelos pesquisadores atuantes na área. Um indicador secundário é o número de traduções e tiragens de autores como Edgard Morin, Michel Foucault, Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Guy Debord, Jacques Derrida, Michel Maffesoli e Régis Debray. Em contrapartida, o maior clássico de Walter Lippmann (1922), que deu popularidade ao termo “opinião pública”, apenas recentemente (76 anos depois de sua circulação) foi receber uma edição brasileira. Schudson (1978) e Tuchman (1978) permanecem ignorados pelos catálogos nacionais,

² Juremir Machado acredita que teria se tornado um clichê dizer que toda a pesquisa atual é feita nos Estados Unidos e que a França seria apenas o reduto de um ensaísmo ultrapassado. E que “paradoxalmente, é mais fácil listar cem ensaístas franceses de renome internacional e de grande influência por suas ideias, citados em dissertações e teses, do que seis pesquisadores norte-americanos determinantes na atualidade para a evolução da compreensão dos fenômenos sociais” (entrevista concedida para Zélia Adghimi, 2006).

³ Nas pesquisas de Orlando Tambosi se menciona o quanto nessas orientações filosóficas, realista (“existe conhecimento universal”) ou relativista (“o conhecimento é relativo”), há diferentes posturas quanto à intensidade de adesão, que pode ser uma manifestação branda ou radical. Dessa forma, em diversas ocasiões, realistas e relativistas brandos se colocam em posição de consenso ou, ao mínimo, de diálogo, enquanto que, os radicais, realistas ou relativistas, isolam-se em interpretações altamente falíveis do ponto de vista epistemológico.

mesmo que eles sejam exemplares como leitura sociológica e antropológica, respectivamente, em estudos de jornalismo.

Como críticos da objetividade, Rescher (1997) lista antropólogos, historiadores, sociólogos do conhecimento, personalistas, feministas, marxistas e teóricos sobre divisões de classes, pós-modernos e ativistas sociais. Sinteticamente, ele apresenta os pontos genéricos de argumentação: a) antropólogos acreditam que diferentes culturas teriam diferentes modos de racionalidade; b) historiadores questionam a possibilidade da aquisição da objetividade dentro do seu domínio, tal como os sociólogos; c) os personalistas acreditam que de alguma forma a objetividade se confronta com a natureza característica da condição humana; d) epistemólogos feministas, marxistas e os teóricos estudiosos das divisões de classes questionam o desejo da objetividade; e) pós-modernos veem todo compromisso cognitivo como um problema de mera opinião e a objetividade como uma fraude; f) ativistas sociais veem a objetividade como um ponto em contrário para um ativo compromisso pessoal, ao negar sua legitimidade na base.

Em contrapartida, Rescher acredita que todas essas objeções estão embasadas numa falta de compreensão ou desprezo do que realmente é a objetividade (p. 25). Sinteticamente, para ele, a objetividade deve levar em conta o contexto, porque embora a racionalidade seja de caráter universal, ela é *circunstancialmente* universal (Cf. p. 3-24). Pelas disposições desta introdução, observa-se aqui uma diferenciação nossa em relação a abordagens teóricas cujo ponto de partida seja a “inexistência da objetividade”⁴.

Conforme aponta o título deste trabalho, há uma compilação de debates acerca da objetividade, alternativos a tendências negacionistas quanto a uma epistemologia do jornalismo. Evita-se uma argumentação de rechaço ou de redenção, ruma-se para um conjunto de definições e delimitações possíveis para esse conceito atrelado à procura da verdade. Apresentam-se e são cotejados tópicos como objetividade pragmática e realismo. Outros, como no tema-hipótese, procuram combinar as leituras a um desenvolvimento mais autoral, ainda que incipiente.

O primeiro capítulo trata da incorporação do conceito de

⁴ O ceticismo em relação à objetividade recorda uma militância digna de ateu. Machado de Assis, mestre da ironia, sugeria a todos que não acreditassem na existência de deus, que procurassem se apresentar como agnósticos, visto que o ateísmo exigiria cansativa argumentação. Fiquem as questões teológicas e machadianas à parte, ou se entraria numa menção à Dostoiévski – de que se não havendo objetividade tudo seria possível. Ponto visível ao discurso reincidente quanto à “inexistência da objetividade” foi armadilha que se voltou aos críticos, ao permitirem a sua perpetuação pela simples menção continuada.

objetividade ao jornalismo. Depois de uma apresentação de conceitos em jornalismo e em objetividade, passa-se para discussão de episódios históricos: (a) a imprensa popular nos Estados Unidos nos anos 1830 e 1890 – a *penny press* – e seu distanciamento da imprensa partidária; (b) a adoção do “padrão objetivo” pela imprensa brasileira na década de 1950, sobretudo na questão formal da “norma da objetividade”; (c) um percurso da racionalidade, com referências à objetividade, desde os gregos ao século XX. Depois, são feitas referências a autores e obras pioneiras na discussão da objetividade jornalística: Walter Lippman e *Public Opinion* (1922); Michael Schudson e *Discovering the News* (1978); Gaye Tuchman e *Making news* (1978); e, no Brasil, Josenildo Guerra e *A objetividade no jornalismo* (1998). Sinteticamente, são comentados trabalhos de Luiz Amaral (1996), Wilson Gomes (1991, 1993) e Dan Schiller (1981).

No segundo capítulo, a objetividade se apresenta como uma referência da comunidade jornalística internacional. Embora este trabalho se concentre no campo da teoria do conhecimento, esse tópico procura demonstrar como diferentes culturas profissionais “leem” a norma da objetividade. Como o termo objetividade sugere a busca pela verdade, há diferentes noções a esse respeito, constatáveis em diferentes tradições de imprensa. Resultados de estudos empíricos baseados em questionários, entrevistas ou jornalismo comparado são cotejados nessa parte do trabalho. Num segundo momento, arrisca-se uma abordagem genérica, talvez em crescente obsolescência, porém, ilustrativa quanto à história do jornalismo – uma comparação entre a imprensa no mundo anglo-saxão e latino.

Pela leitura de Schudson (2001), analisam-se influências de pensadores sociais sobre a norma da objetividade norte-americana, indicam-se semelhanças entre imprensa e modelos filosóficos dominantes nesses dois “mundos”. Pela abordagem de Pozzo (2007a, 2007b) e Sponholz (2004), as noções da objetividade no Brasil e no Paraguai apontam para uma aculturação dessa norma, em que ela se apresenta mais sob seu aspecto das aparências, em que se apagam importantes fatores contextuais vinculados a preceitos epistemológicos. Num terceiro momento, dentro da tônica sociológica do capítulo, trata-se de valores políticos ligados à objetividade. Uma vez que o conceito está presente em democracias ocidentais e se mostra menos requisitado em estados anti-democráticos, o breve excuro estende atenção ao contexto político contemporâneo à incorporação da objetividade ao jornalismo. Um desses primeiros valores foi o apartidarismo. Contemplam-se também valores éticos e estéticos.

No terceiro capítulo, a pesquisa se direciona à sua parte mais autoral. Procura mais definitivamente fazer uso do referencial e da metodologia epistemológica. Inicialmente, ela trata sobre o realismo como concepção filosófica de enfrentamento da realidade e das suas respostas a uma agenda cética. Depois, nosso foco parte para delimitar o alcance da objetividade no jornalismo, especificamente com o do uso consciente de hipóteses durante a apuração. Pontualmente, nós nos baseamos na epistemologia sintetizada pelo filósofo norte-americano John Searle (1995; 2000).

Na parte final do trabalho, nós temos dois eixos de discussão. Um deles aborda o futuro da objetividade, num contexto global, multicultural e multimídia. Outro trata das implicações de conceber a objetividade num contexto pragmático, quando se recupera a interpretação como anexa à epistemologia. A partir das argumentações do canadense Stephen Ward (2005), abre-se o conceito da objetividade não como uma pretensão de conhecimento, mas como uma pretensão de verdade (para usar uma argumentação semelhante à de Wilson Gomes).

2 HISTÓRICO SOBRE JORNALISMO E OBJETIVIDADE

Esse capítulo se divide em quatro partes. Nas duas primeiras se definem jornalismo e objetividade, incluindo tópicos sobre consolidação do campo de pesquisa Jornalismo (2.1) e, depois, apresentam-se estudos que tem a objetividade por objeto (2.2). Na penúltima parte (2.3), consideram-se momentos históricos em que o conceito em questão teve uma proeminência, a qual o trouxe até os domínios da imprensa. Por último, autores como Walter Lippmann e Michael Schudson são apresentados de maneira panorâmica (2.4), a partir de obras referenciais, no caso, *Public Opinion* e *Discovering the news*, por serem textos-fundadores da discussão dessa orientação dos jornalistas à verdade, ainda que esse seja um de seus valores mais difíceis de se explicar.

Um dos objetivos desse capítulo é mostrar como definições de jornalismo e objetividade tendem a apresentar mútuas referências. Procura-se também mostrar como um conceito nascido em bases epistemológicas ingênuas (realismo ingênuo) teve uma ampliação semântica (relativo a sentidos) e passou a se relacionar com determinados papéis do jornalismo em sociedades complexas, como a servir de base informativa para os indivíduos (e grupos) tomarem suas decisões e de servir como espaço de luta por direitos civis. Prezar a objetividade no jornalismo passou a ser uma cobrança por uma maior transparência da vida pública, uma diversificação de temas, um uso da linguagem expositiva e a compartilhar um conhecimento ilustrado junto a mais camadas da população.

Outro propósito desse tópico é demonstrar a variedade de pesquisas sobre objetividade, em enfoques, metodologias e origens geográficas. Procura-se fazer um relato simplificado do percurso intelectual do acadêmico em questão, a estrutura de sua obra principal, suas referências teóricas e o problema ao qual se dedicou responder. Observa-se como esses autores contribuíram ao entendimento do conceito de objetividade, ao o associarem a uma ideia própria, conforme suas referências e objetivos.

Em vez de ser um núcleo de estudos dado como ponto pacífico, dividido entre quem o nega e quem o defende, essa vertente filosófica que embasa a prática jornalística se encontra envolta em muita criatividade e dedicação.

2.1 Definições de jornalismo

Jornalismo pode significar: a) a prática jornalística (LAGE, 1974,

2005; BAHIA, 1990); b) a disciplina, o campo científico Jornalismo (GROTH; ZELIZER; MEDITSCH, 1992); c) a instituição imprensa (LIPPMANN, 1922; PARK). No século XVII, o estudioso alemão Tobias Peucer tinha refletido sobre as diferenças entre o jornalismo e história, ao comparar o modo como os acontecimentos eram relatados. Para ele, há um tipo de *relatione* periodística cujos exemplos “contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja (...) para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção” (PEUCER, 2000, p. 202).

Ao contrastar relatos jornalísticos com os consagrados pela disciplina História, Peucer escreve que eles não são documentos confiáveis e que podem trazer à posteridade obscurecimento sobre o passado. Mesmo assim, o autor observa o quanto trazem consigo alguma utilidade para as vidas privada e pública dos homens. Os periódicos têm como finalidade trazer aos homens “o conhecimento de coisas novas acompanhadas de certa utilidade e atualidade” (p. 211-212).

Outro pesquisador alemão, Otto Groth, um dos primeiros estudiosos a propor uma teoria jornalística nos moldes da Ciência, estabelece quatro características como formadoras do jornalismo: *atualidade, regularidade* (ou *periodicidade*), *universalidade e difusão*. Otto Groth, ao procurar formalizar um campo científico para a área, usa explicitamente a terminologia *ciência da cultura* (*Kulturmacht*). Cultura no sentido abrangente, “como o conjunto de criações humanas, de sentido que está em constante crescimento e mutação”. O jornalismo como “uma ciência de obras culturais, uma ‘ciência da cultura’” (2007, p.187).

O jornalismo deve “não só investigar suas próprias leis, mas também conhecer as dos outros sistemas culturais e das transformações sociais, e, por fim, da sociedade de cultura elevada em seu conjunto” (p. 273). Groth estudou aproximações e distâncias entre os campos do conhecimento correlatos ao jornalismo. Quanto à ciência literária, ela acrescenta tanto no estudo de seus conteúdos como no do seu estilo. Num contraste de Jornalismo e Sociologia, uma interpretação ousada. A *Zeitungswissenschaft* supera o estudo de mediações sociais ao promover também a mediação entre pessoas e coisas – “os produtores e consumidores de jornais têm como centro e alvo direto de sua ação não pessoas, e sim a obra”. Por conta dessa obra, os seres humanos “nem se encontram na posição de senhores, e sim de “funcionários”, de servidores” (Texto *Tarefas da pesquisa da ciência da cultura*, p. 248).

Dentro da sua conotação científica, o jornalismo é uma ciência que estuda o processo da transmissão oportuna de informações da

atualidade através dos veículos de difusão coletiva, segundo Marques de Melo (1998). Liga-se à informação coletiva juntamente com a Propaganda e as Ciências do Lazer, no entanto, demarca-se um território por levar ao conhecimento do público notícias, interpretações e opiniões. Informações essas de *atualidades*, ao contrário das *persuasivas* – típicas da Propaganda e da Publicidade. No contexto prático, uma definição de jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade. Esse conceito de Luiz Beltrão (1992) ecoa o pensamento de Lippmann quando assinala os objetivos da difusão de conhecimentos e de orientação da opinião pública, em favor do bem comum. A divulgação de informações e a exposição de pontos de vista sobre assuntos relatados contribuem decisivamente para formar a opinião pública e, conseqüentemente, impulsionar os agrupamentos humanos às decisões e à realização da vida social (p. 33).

Segundo Michael Kunczik, os jornalistas são “trabalhadores em tempo integral e parcial dos meios de comunicação, que participam da reunião, do processamento, da revisão e do comentário das notícias e/ou entretenimentos” (1997, p. 16). Ofício preso ao comentário de “**fatos do momento**” (grifo nosso)⁵. A pesquisadora Mar de Fontcuberta considera o jornalismo uma procura constante por atualidade, novidade, veracidade, periodicidade e interesse público (1998). Nilson Lage acredita que a sociedade moderna é composta por especialistas⁶ e o jornalismo cumpre uma função mais exigente de mediação social que outrora. Com as novas tecnologias e produtos há a necessidade de atualizar o *conhecimento de mundo*. O mundo passa a exigir um conhecimento “que não é mais possível de adquirir em currículos escolares” (2003, p. 22).

⁵ Para Juarez Bahia, jornalismo quer dizer “apurar, reunir, selecionar, e difundir notícias, idéias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação” (1990, p. 9). Ao falar sobre a notícia, afirma que “como qualquer informação jornalística, a notícia deve reunir interesse, importância, atualidade e **veracidade**” (grifo nosso, p. 36), classificando esses quatro itens como essenciais. Entre os complementares estariam explicação, interpretação e investigação, por exemplo.

⁶ A afirmação faz recordar uma passagem de obra de Carlos Lacerda (1990). Segundo este autor, o jornalismo fixaria os fatos num determinado momento de suas trajetórias, desdobrando-os e tornando sua complexidade mais acessível ao entendimento público – Jornalismo “é a arte de simplificar a complexidade dos fatos e das opiniões, tornando-os acessíveis à compreensão de um número apreciável de pessoas, fixando-os num momento de sua trajetória, o que confere certa permanência à sua transitoriedade. E assim, na imobilidade de um momento, neles encontra a marca da eternidade” (p. 35).

2.1.1 Consolidação do campo de pesquisa

O campo do jornalismo começa a se institucionalizar no final da década de 1940, com as primeiras faculdades de Jornalismo em São Paulo e no Rio de Janeiro⁷. Período em que atuam intelectuais como Carlos Rizzini e Danton Jobim (autor de *O espírito do jornalismo*) – este participa do encontro mundial de ciências da comunicação (IAMCR), em 1957. A instalação do curso na USP, que depois se torna a Escola de Comunicações e Artes (ECA), promove, segundo Marques de Melo (1999), um rompimento com “experiências beletristas, dominantes nas pioneiras escolas de jornalismo” e, como resultado, teria incentivado novos profissionais a mesclar conhecimentos científicos, artísticos e tecnológicos.

A fundação de sociedades de pesquisas é crucial para o fortalecimento da disciplina científica. Entre esses grupos, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (a Intercom, fundada em 1977), a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (a Abecom, fundada em 1984), a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (a Compós, fundada em 1990). Todas hoje contempladas por agências públicas de fomento científico e dotadas de congressos, publicações, bancos de dados e fluxos informacionais (id.). Para Adghirni (2006), a consolidação do campo acadêmico do jornalismo acontece, simbolicamente, em novembro de 2003, pela criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em encontro realizado na Universidade de Brasília com cerca de cem pesquisadores. Um ano depois, o evento reúne 300 participantes e mais de 100 trabalhos científicos.

Organizado por Cláudia Lago e Marcia Benetti, *Metodologia de pesquisa em Jornalismo* aponta para a definição de um campo de pesquisa mais específico que o da Comunicação. Observe-se o quadro “quatro exemplos de pesquisas e seus métodos”, em que se apresenta a metodologia de pesquisa no GJOL e estudos de *newsmaking*, por exemplo. O terço médio da compilação disserta sobre métodos aplicados em pesquisas de jornalismo, como a Análise de Discurso, a Análise de Conteúdo, o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) e a narratologia. Mais que um campo isolado, com características próprias, ele se relaciona com outros, a exemplo das demais disciplinas das

⁷ A Escola de Jornalismo Cásper Líbero (1947), a partir de um convênio entre a Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E, em 1948, com a abertura do curso na Universidade do Brasil (atual UFRJ).

ciências humanas e sociais. “Intersecções com o jornalismo” presentes com a história, a antropologia e a economia política.

Um dos métodos consagrados para compreensão do jornalismo se chama *Newsmaking*. Vizeu propõe como noção provisória o termo *etnojornalismo* para tratar dessa observação participante no dia-a-dia das redações, dessa “observação sobre as práticas jornalísticas que resultam num produto chamado de notícia” (p. 234). Nos EUA há uma tradição desse modelo de pesquisa, como se apresenta no livro *Making News*, de Gaye Tuchman. O esforço de pesquisa pode ser avaliado pelo conjunto de categorias com que se pode trabalhar, como observa Vizeu (In LAGO & BENETTI, 2007, p. 232-237) – categorias substantivas, categorias relativas ao produto, categorias relativas aos meios de informação, categorias relativas ao público, categorias relativas à concorrência.

O amadurecimento dessa comunidade de pesquisadores do Jornalismo, no entanto, depende de *habitus* próprios à Ciência. O pesquisador Wilson Gomes, em artigo presente numa coletânea sobre epistemologia da Comunicação (In LOPES, 2003), comenta sobre “discursos estranhos que visitam” essa área do conhecimento à qual o Jornalismo esteve vinculado academicamente. Para Gomes, há um deslocamento disciplinar, uma dificuldade de gerar consenso e a falta de uma identidade disciplinar clara. Em síntese, “nos falta uma extensa comunidade de controle de pesquisa” (p. 325), predominam “baixas exigências argumentativas e grandes demandas persuasivas” (p. 314).

As três principais críticas do autor se concentram a) na alusão da crise de paradigmas; b) no uso do ensaio como forma de redação científica; c) no jargão do fim das disciplinas científicas, indicando caminhos para a inter, trans e multidisciplinaridade. O uso contínuo do ensaio como forma de exposição de uma pesquisa, segundo Gomes, nem sempre permite realizar uma formulação científica. Mais que uma resistência, há uma recusa do uso do artigo na apresentação de descobertas. O ensaio, como forma literária, tende a cobrar muito da performance do autor, pode desviá-lo de exigências argumentativas próprias do processo da ciência. E sem haver acúmulo de capital epistemológico, bloqueia-se o prestígio e a distinção.

O discurso do fim das disciplinas científicas e o favorecimento de inter, trans e multidisciplinaridades serve para justificar a ausência de especialidade, simboliza também uma “atitude de ruptura revolucionária”. Gomes observa lucidamente que qualquer experiência inter, multi ou trans *exige disciplinas fortes* quanto à Comunicação e, nessa pesquisa, ao Jornalismo. O confronto com áreas como Sociologia, História, Economia, Política, ou pior, Física, Biologia, tende a causar

um servilismo teórico, uma vez que diálogo entre os campos não se dá em modelo de iguais. É como falarmos de liberdade de mercado entre um país e outro dez vezes mais rico – é uma ficção que só privilegia o lado melhor estruturado.

2.2 Definições de objetividade

Esse breve histórico apóia o estudo da objetividade no jornalismo pelo fato de o jornalismo se engajar num âmbito público e fazer ganchos cognitivos, argumentações de característica mais ou menos exteriores a quem as escreveu, possíveis de firmarem um acordo intersubjetivo. Jornalismo não é solipsismo. Isto é, não pode se fechar por completo no interior de um mundo mental, em impressões e sentimentos.

O caráter comunicativo prevê um grau de exterioridade aos relatos, logo, em vez de uma objetividade indefensável porque definida segundo uma justificação plena das crenças em foco, procura-se reconhecer aquilo que o conceito consegue responder e dar a conhecer. Em vez de defini-lo de modo aberto demais, uma delimitação de seu escopo. A objetividade em jornalismo tem a ver com a procura pela verdade, seja como valor ético da profissão, seja como impulso epistemológico.

Para Líriam Sponholz (2003), a objetividade jornalística é um “conjunto de normas e regras para a observação da realidade” que se tem por objetivo a “produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática”. A questão central para a teoria do conhecimento está na “possibilidade de se conhecer a realidade” (p. 111).

A crença na objetividade, segundo Michael Schudson (1978), diz respeito a uma crença nos fatos e uma descrença nos valores, um compromisso em fazer a separação de ambos. Luiz Amaral (1996) assinala uma tendência em crescimento, a associação da interpretação ao interesse público. Para ele, a objetividade está esgotada como conceito ou, pelo menos, enfraqueceu. Os defensores remanescentes se apoiariam nas teses do justo e do equilibrado. No entanto, a leitura de clássicos do campo Jornalismo demonstra como a discussão sobre a verdade (e, por extensão, sobre objetividade) se mantém desde o início do periodismo até a atualidade. Há posições em prol de um relato aproximativamente verdadeiro, de acordo com critérios históricos, culturais e organizacionais (*objetividade jornalística*), que orientam entradas na

teoria do conhecimento (*objetividade do jornalismo*), desde Tobias Peucer, considerado o primeiro doutor em Jornalismo. Ele já tratava de relação da objetividade com o jornalismo – “relaciono com a vontade do escritor de periódicos a credibilidade e o amor à verdade” (2004, p. 19).

A tese *De relationibus novellis*, defendida em 1690 na Universidade de Leipzig, aponta para um princípio da atividade jornalística: a verdade. Como uma característica, a observação da correspondência entre fato e relato – “é por isso [pela busca da verdade] que é preciso averiguar se quando um fato acontecido recentemente é anunciado imediatamente em locais diversos, é confirmado pelo testemunho de muitos” (p. 20). Quatro séculos depois, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) avaliam uma conclusão da pesquisa feita pelo *Pew Research Center* para o Comitê dos Jornalistas Preocupados e chegam a uma conclusão semelhante: a “verdade” seria a principal missão do jornalismo. O entrave à objetividade se deve ao fato de que “os próprios jornalistas nunca tiveram uma noção clara do que querem dizer com veracidade” (id., p. 66), resultado da característica de praticidade e reatividade, em contraposição ao filosófico e introspectivo. Comentário semelhante ao de Gilles Gauthier (1993) ao afirmar que mesmo os críticos do conceito evitam uma definição mais rigorosa do termo e de suas implicações. Segundo aqueles autores, tratar de objetividade se tornou uma armadilha, em que os profissionais de imprensa terminam negando a existência de recursos para encontrar a verdade e evitam uma defesa de suas técnicas e seus métodos.

No mesmo sentido, Stephen Ward (2005), um dos atuais argumentadores da objetividade, comenta que esse conceito nunca foi explícito por “não ser desenvolvido para uma sala de aula de filosofia, mas para propósitos práticos das redações” (tradução livre, p. 22). Ele passa a defender a objetividade na primeira metade da década de 1990, quando estava em Londres como correspondente estrangeiro da agência de notícias *Canadian Press*. Depois de se posicionar por anos como um questionador do conceito, concluiu que, se, por um lado, a aceitação de uma “objetividade pura” se torna imprópria para a realidade prática e acadêmica do jornalismo, por outro, quando ele fazia suas reportagens sobre guerra, injustiça social e diferenças culturais, abdicar de uma ideia de objetividade era exacerbar os problemas do jornalismo e abrir caminho para as reportagens deliberadamente parciais (Cf: Introdução).

Ward recorda um detalhe importante dentro do repertório intelectual: a ausência de uma obra referencial sobre objetividade, ao contrário de, por exemplo, a intensa discussão da liberdade de expressão e da imprensa livre em que a *Areopagítica*, de John Milton, e *On liberty*,

de John Stuart Mill, são divisores de água. O mais próximo, nesse sentido, são os livros de Walter Lippmann, como *Public Opinion* (1922). O pesquisador canadense destaca que a objetividade não é a única tradição válida no jornalismo, nem que ela fundamente uma ética compatível a todos os contextos sociais. Exemplo clássico se encontra em ditaduras, em que vale a realização de uma cruzada em prol da justiça social; enquanto que a objetividade convenha a estáveis democracias liberais. No entanto, esta dissertação pode considerar que mesmo essa contestação ao totalitarismo se baseia na objetividade, depende de qual é a sua abertura conceitual. A partir das categorias propostas pela pesquisadora Zhao Yuezhi (1989), o pensamento de Stephen Ward é uma “definição aberta”, isto é, seu conceito de objetividade está marcado por redefinições e renegociações. Zhao provoca seus leitores com uma afirmação: “poucos críticos da objetividade gostariam que o jornalismo abandonasse totalmente a objetividade”, porque “*uma questão é desafiar da academia o mito da objetividade; outra, bem diferente, é viver numa sociedade que rompe com esse ideal*” (tradução livre, grifo nosso, id., p. 03-06).

Para Zhao Yuezhi, mais que dar à imprensa vantagens econômicas, a objetividade confere uma superioridade moral essencial à sua legitimidade política. Ela defende então um conceito “fluido, dinâmico e multifacetado”, redefinido pela imprensa (ao fazer emergir formas de consciência jornalística e prática) e pela sociedade (ativamente e através de diferentes forças). A objetividade agiria como um instrumento político, um poder de significação social via meios de comunicação, “dotado de contradições inerentes e potenciais ilimitados” (tradução livre, p. iii).

No estudo da objetividade jornalística são necessárias algumas distinções iniciais, que diminuam eventuais choques de conceitos, opção feita por Líriam Sponholz em seu artigo *Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento* (2003). Para o texto desta dissertação, duas perguntas indicam diferentes abordagens - (a) dentro da história da imprensa, como se incorporou o conceito de objetividade ao jornalismo?; (b) ao se considerar a teoria do conhecimento, em que circunstâncias o jornalismo pode ser objetivo? Ambas as perguntas são abrangentes, servem para contrastar pelo menos duas áreas de pesquisa. Para (a) encontramos um modelo herdeiro da tradição do jornal como empresa independente de partidos políticos, e a definição de um conjunto de valores e técnicas cujas noções e combinações variam conforme a época e o local (por exemplo, apartidarismo, faticidade, rigor, pluralidade, exposição equilibrada de fontes, linguagem concisa,

lead, pirâmide invertida). Enquanto que (b) envolve a extensão dos métodos jornalísticos em promover a descoberta e validação de enunciados. Se em (a) falar sobre a verdade do jornalismo inclui o escopo da ética e deontologia, em (b) ele se limita à epistemologia.

A *norma da objetividade* inscrita em (a) não corresponde à objetividade epistemológica possível no jornalismo de (b). Aquela cotidianamente alcança um espaço exterior a restrições lógicas desta, por envolver, por exemplo, questões relativas ao jogo político do espaço público. Nas suas considerações iniciais sobre epistemologia no jornalismo, Orlando Tambosi observa que “o objetivo que move a ação jornalística (...) é a informação, não o conhecimento. O jornalismo torna públicas, isto é, *dá a conhecer*, informações que de outra forma permaneceriam opacas” (2005, p. 36). Em igual sentido, essa dissertação segue a trilha de objetividade jornalística rumo à teoria do conhecimento. No tópico “uso de hipóteses no jornalismo”, inclusive se analisam semelhanças da prática jornalística às validações de um conhecimento proposicional.

De modo arbitrário, categorias associadas à objetividade podem facilitar a exposição. Desde a incorporação do termo ao jornalismo, retirado de um histórico na filosofia e na ciência, e até hoje (2009, quase dois séculos passados) se agregaram sentidos de diversas origens: (a) valores e procedimentos políticos associados à norma da objetividade - apartidarismo, pluralidade, distanciamento, equilíbrio; (b) valores e procedimentos epistemológicos associados à norma da objetividade - faticidade, transparência, rigor, acurácia; (c) valores e procedimentos estéticos associados à norma objetividade - concisão, clareza, hierarquização de conteúdos; (d) valores éticos e procedimentos associados à norma da objetividade - honestidade, justiça.

O objetivo deste trabalho concentra esforços no campo de forças (b). No entanto, tópicos de (a), (c) e (d) são tratados para fins de contexto. Se há valores e procedimentos diversos protegidos pelo guarda-chuva da objetividade, as abordagens para estudá-la não se restringem às epistemológicas - por sinal, no Brasil, um território de pesquisas em expansão.

Como pressuposto, considera-se que o jornalismo guia seus objetivos e práticas rumo a verdades, no contexto epistemológico. E a objetividade pragmática, própria do jornalismo, faz um elo com exigências de cunho teórico e demandas cotidianas. Não necessariamente se almeja uma verdade em seu mais alto grau de justificação; por outro lado, pode-se propor que *todo jornalismo está comprometido com uma ideia / projeção / busca de verdade*. E, mais,

que essa intenção trilha o espaço da teoria do conhecimento.

O jornalismo precisa ter controle argumentativo superior ao persuasivo (para usar jogo de ideias citado por Gomes), ou ainda, o primeiro tende a embasar o segundo. Para Isaiah Berlin, seguir padrões objetivos e praticar virtudes da objetividade exige uma autonomia racional (*Two Concepts of Liberty* citado em Ward). Embora associada a regimes liberais, a um jornalismo comercial, mesmo em países socialistas houve teorias que figuram o conceito da objetividade. Marques de Melo (1986) cita dois casos do então bloco socialista, a partir de obras do tcheco Hudec e do cubano Benítez, ambos defendem a promoção de uma informação objetiva, eles variam em algumas marcações, como quanto ao valor da imparcialidade embutido de uma noção de informação contextualizada, para permitir ao leitor uma “compreensão integral da realidade em que vive ou em que transcorre o ato noticiado” (p. 104)⁸.

A objetividade representa para o jornalismo a possibilidade de mediar informações. Tese presente em Sponholz (2003), que se reforça na argumentação de Josenildo Guerra (1998), para quem a objetividade está vinculada à prática da mediação, seja pelo entendimento do público de que os fatos sociais são reportáveis, seja pela cobrança feita sobre a instituição jornalística quando ela se mostra negligente diante de seu imperativo ético. Segundo Sponholz, caso se considerasse impossível relacionar uma realidade dos fatos sociais com a realidade midiática, é “necessário abandonar a tarefa informativa do jornalismo e assumir todas as consequências publicísticas e políticas que isto significa” (p. 110-111). Reconstruir a realidade não pode ser interpretado como o antônimo de ser objetivo, Líriam Sponholz observa.

O reconhecimento da “construção” do jornalismo não implica a rejeição da existência de uma realidade bruta e das vistas à verdade. Em vez de o realismo negar o jornalismo como construção, pretende, ao contrário, promover adequadamente essa construção (GAUTHIER, 2004). A noção de objetividade indica “procedimentos intersubjetivos de averiguação e aferição” (ABBAGNANO, 2000, p. 721), que avança à medida que as abordagens se mostrem mais completas em responder problemas. Se o método jornalístico deve considerar a relação do repórter com uma realidade exterior ao observador - portanto, ser objetivo -, fica a inquietação em certas mentes sobre por que ser

⁸ Para Marcondes Filho, a verdade “é um conceito interno aos paradigmas”, existindo como confirmação dos postulados do conjunto explicativo maior. Entre os exemplos cita que tanto o keynesianismo como o marxismo requeriam a propriedade da objetividade (1993, p. 131).

objetivo.

Ir ao encontro da objetividade importa para instituições cujas ações repercutem com grande impacto na vida das pessoas, pelo seu compromisso com a tomada de decisões honestas. A instância objetiva é crucial quando se precisa verificar uma teoria científica, informar verdadeiramente ou apenas apresentar questões defensáveis (WARD, 2005). Em uma sociedade plural e democrática, os representantes públicos devem apelar para critérios objetivos para justificar seu exercício de poder – exemplos: corpos legislativos, agências governamentais e universidades. Outros profissionais detentores de habilidades em certo grau de objetividade são juízes, árbitros de trabalho, trabalhadores da Cruz Vermelha, administradores de universidades, professores, técnicos, *experts* em solução de problemas, negociadores de paz, comunicadores públicos.

2.2.1 Pesquisa sobre objetividade

Desprezar a permanência do conceito de objetividade na cultura jornalística e na argumentação epistemológica significa evitar um debate feito em todos os campos do saber. Ainda que originário de um modelo de jornalismo praticado na América do Norte, o conceito ganhou um status de característica definidora do campo em todo o mundo democrático, mesmo sob intenso ataque por todo o século XX. Reconhecer as diferentes atribuições semânticas, o alcance e a especificidade de cada sentido promovem um maior conhecimento da própria prática, através de pesquisa a se dar em diversas metodologias, ordem teórica ou empírica.

Como estudo empírico, uma obra de destaque data de 1993, de autoria de Wolfgang Donbasch (Universidade Livre de Berlim) & Bettina Klett (Universidade de Mainz). A dupla assinala diferentes noções da objetividade na Alemanha, na Itália, no Reino Unido e nos EUA, com medidas da atribuição de importância caso a caso. O estudo procura “mostrar como os jornalistas diferem em sua noção de objetividade e na importância subjetiva que o valor profissional da objetividade tem para eles”. Pesquisa replicada nos estudos de Donsbach & Patterson, pelo projeto Mídia e Democracia, parcialmente exposta e comentada no livro *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa internacional* (TRAQUINA, 2005).

O Canadá é uma das escolas interessadas nessa discussão em

textos como os de Zhao (1989), Gauthier (1993, 2004), Hackett & Zhao (1998), Bernier (2004), Martin (2004), Ward (2005). Acolhe um debate ampliado sobre o tema, em formulação e crítica. Zhao Yuezhi é um exemplo desse grupo de pesquisadores. Ela dedica parte considerável de sua carreira ao estudo da objetividade. Em 1989 obteve o título de mestre pela Universidade Simon Fraser com o trabalho *Objectivity and commercial news: an examination of the concept of objectivity in North American Journalism*⁹. Nove anos depois, ela publica a obra *Sustaining Democracy – Journalism and the Politics of Objectivity* junto com Robert A. HACKETT, um dos supervisores da sua banca.

Mundialmente, há pesquisas que discutem jornalismo e verdade. Ou questões específicas, como jornalismo investigativo e objetividade, democracia e objetividade – p.ex. Miraldi (1990). Na Nova Zelândia, na Universidade de Waikato, tese defendida em 2007 por Verica Rugar trata da objetividade a partir do debate em engenharia genética naquele país¹⁰. Contribuições metodológicas e analíticas se encontram também em artigos de países escandinavos, como Dinamarca (WIEN, 2005) e Suécia (EKSTRÖM, 2002).

Na América Latina, a pesquisa do paraguaio Aníbal Pozzo (2007) argumenta que em seu país o conceito de independência sempre teve maior ressonância na imprensa que o de objetividade¹¹. A produção científica no Brasil agrega colaborações crescentes nos últimos dez anos, pesquisas como de Wilson Gomes (1991, 1993, 2009), Josenildo Guerra (1998), Líriam Sponholz (2003, 2004, 2008).

A crítica ao conceito de objetividade manifesta-se de formas variadas, raramente se inclui um debate em teoria do conhecimento. Muitas pesquisas ainda fazem uma associação da objetividade a hegemonia política e a controvérsias, como em:

a) Dolan (2005) – *Blinded by “objectivity”: How news conventions caused journalists to miss the real story in the “Our Lady”*

⁹ Tradução livre: Objetividade e notícias comerciais: um estudo sobre o conceito de objetividade no jornalismo norte-americano.

¹⁰ *Investigating the Journalistic Field: the influence of objectivity as a journalistic norm on the public debate on genetic engineering in New Zealand* (Investigando o campo jornalístico: a influência da objetividade como uma norma jornalística no debate público sobre Engenharia Genética na Nova Zelândia).

¹¹ *Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones*. Ampliando discussões organizadas no artigo *Comercialización de la noticia y la objetividad: las transformaciones en el periodismo paraguayo: 1950-1970*.

*controversy in Santa Fe*¹². O autor é pesquisador da Universidade de Illinois, campus Urbana-Champaign.

b) Clarke (2003) – *How journalists judge the “reality”: a study of correspondents who covered the final withdrawal of Vietnamese troops from Cambodia in 1989*¹³. A autora é pesquisadora da Universidade Batista de Hong Kong.

c) El-Nawawy (2006) – *Arab Media and Terrorism: Is an Objective Journalism Possible? The Case of Al-Jazeera. Journalism*¹⁴. Autor apresentou esse *paper* no Observatório de Jornalismo Europeu, em Lugano, Suíça.

A objetividade recebe nesta dissertação um tratamento de conceito autônomo no jornalismo, ainda que herdeiro do campo científico e filosófico. Logo, todo o campo está considerado como dado à objetividade, o que implica numa prestação de contas em relação a uma realidade exterior. O objetivo do jornalismo é mediar a realidade social, aquilo que *existe* ou aquilo que se *pode conhecer*, e tentar traduzir em conteúdos e formas assimiláveis a outros indivíduos e grupos. O debate da dissertação inscreve limites e respostas acessíveis ao alcance da verdade no jornalismo, em termos aproximativos e pragmáticos.

Ambos publicados em 1978, os principais trabalhos do sociólogo Michael Schudson e da antropóloga Gaye Tuchman são referenciais para a maior parte das pesquisas que vieram depois sobre objetividade. Esses autores são conhecidos em língua portuguesa apenas pelas traduções de artigos, como aqueles feitos por Nelson Traquina (1999) em seu *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*.

2.3 Momentos históricos e objetividade

Neste tópico são abordados momentos históricos em que houve ideias ou fatores sociais, políticos, tecnológicos e jornalísticos favoráveis à projeção do conceito de objetividade. Objetividade entendida nesta dissertação, em sentido geral ou estrito (vide tópico 4),

¹² Tradução livre: Cegos pela “objetividade”: como convenções noticiosas levaram jornalistas a perderem a real história na controvérsia “Our Lady” em Santa Fé.

¹³ Tradução livre: Como jornalistas julgam a “realidade”: um estudo dos correspondentes que cobriam a retirada das tropas vietnamitas do Camboja em 1989.

¹⁴ Tradução livre: Mídia Árabe e Terrorismo: é possível um jornalismo objetivo? O caso do Jornalismo da Al-Jazeera.

como um conjunto de valores e procedimentos orientados à verdade no jornalismo.

Abordam-se neste subcapítulo: uma trajetória da racionalidade entre a Antiguidade e a Modernidade (2.3.1), a instalação de uma imprensa popular nos EUA e ascensão de um novo público (2.3.2) e, por último, a década de 1950, no Brasil, ao se considerá-la um período de incorporação da norma da objetividade nas redações.

Em 2.3, a objetividade pega carona na concepção de racionalidade, no campo da história das ideias, ou seja, o pensamento acerca do que é *circunstancialmente* universal. Nos tópicos seguintes, consideram-se fatos prioritariamente jornalísticos. Primeiro se observa como uma discussão da filosofia e das ciências tem a ver com uma imprensa marcada por linguagem e preços populares e, por último, escreve-se sobre a influência do modelo norte-americano sobre o brasileiro, na metade do século XX, sem, porém, migrar consigo seu contexto epistemológico.

Parte do esforço desta pesquisa tem o propósito de divulgação de estudos, evidente na referência constante às obras de Stephen Ward (2005), em 2.3.1, de Michael Schudson (1978) e de Dan Schiller (1981), em 2.3.2. As afirmações são cotejadas com outros autores, porém, por sua capacidade de síntese e sua coesa metodologia houve proeminência desses estudos sobre outros.

2.3.1 Antiguidade: o ponto de partida da racionalidade

Antes de o autor Stephen Ward propor uma interpretação da objetividade jornalística, ele recupera o conceito dentro da cultura ocidental em pelo menos 2.000 anos, na forma de filosofia, matemática e ciência. Ele argumenta que os filósofos, os lógicos, os teólogos, os sofistas e os céticos têm debatido há séculos sobre diferenças entre convenção cultural e natureza, padrões universais e paroquiais, realidade e aparência, conhecimento objetivo e opinião subjetiva nesses campos do conhecimento.

O referencial do canadense realiza um percurso teórico ao estilo da História das Ideias, aponta conceitos e episódios relevantes para a nossa discussão desde os pré-socráticos, na Grécia Antiga, até a argumentação da “pura objetividade” dos positivistas, passa pela era pré-Moderna – com a Reforma Protestante e o Renascimento. Segundo Ward, a doutrina da objetividade do jornalismo, com sua ênfase em fatos, nos procedimentos e na imparcialidade, compõe-se de três sentidos:

- a) *Ontológico* (quando algo existe independentemente da experiência);
- b) *Epistemológico* (crenças são epistemologicamente objetivas se elas melhor satisfazem padrões e métodos);
- c) *Procedimental* (trata de decisões racionais na prática, áreas públicas da vida, como o direito, o governo e a administração institucional).

A objetividade ontológica é o primeiro senso de objetividade na Antiguidade. Com a ascensão da ciência moderna, a objetividade epistemológica se torna dominante a partir do século XVII e, no século XIX, vira um sinônimo virtual dos métodos da ciência positivista e sua alegada “objetividade pura”. No começo do século XX, a objetividade procedimental se converte num ideal da sociedade burocrática, de massas.

Ao se pensar a história da humanidade, a objetividade começa com o questionamento grego sobre a sociedade e a natureza. A tradição filosófica na Grécia Antiga tem como pergunta básica “qual é o princípio do universo? A partir do que se constitui?” (será feito a partir da água? Terra? Átomos?) Ao se encadear o pensamento, inicia-se uma história da razão que tem como agentes filósofos, sofistas, historiadores, recebe impacto de áreas como a medicina. Uma das fontes do empirismo, por exemplo, vem da escola de Hipócrates, quando aproxima o corpo humano de um sistema regado. Nesse momento, os filósofos procuram explicar aquilo que está à sua volta pela lógica e não mais pelos mitos, compreendem-se, agora, os eventos por meio das causas naturais em vez da ação de deuses. É dessa forma que Tales, Anaximandro, Empédocles e Demócrito se perguntam do que o universo é formado. Depois vem Sócrates com sua maiêutica e Platão e Aristóteles, com modelos que atravessam os milênios. Um por seu idealismo, outro pelo realismo.

O cenário de debates da Grécia faz Ward pensar o quanto o papel dos **sofistas** passou à história, graças a Platão, como o de sujeitos venais, como fossem malabaristas das palavras, interessados em entreter grupos de alunos e ouvintes sem se preocupar com a distinção entre o que é falso e verdadeiro. Há um confronto da “tradição da objetividade na teoria, inspirada por uma **atitude perfeccionista**, e a tradição da objetividade na prática, motivada por uma visão não-perfeccionista” (tradução livre, grifo nosso, p. 47). Talvez houvesse neles algo de muito

contemporâneo, caso fossem analisados a partir da conciliação entre experiência concreta e diversidade cultural em sua retórica e procedimentos imperfeitos, pondera Ward.

Os historiadores gregos, como Tucídides e Heródoto, buscam o entendimento de eventos a partir de fatos sociais e suas circunstâncias. Heródoto conta a vitória dos gregos sobre os persas, depois de viajar ao Egito, Pérsia, cidades gregas, faz notas cuidadosas e registra entrevistas. Tucídides usa um método consciente ao apresentar a derrota de Atenas para Esparta, compara a Guerra do Peloponeso com conflitos anteriores. Chegara a criticar Heródoto por aquele não ser cuidadoso a respeito de suas fontes. Interessante a associação entre esse historiador e a prática do jornalista, observa Ward, “ele assegurara ao leitor que oferecia um relato confiável” (tradução livre).

O referencial de *Invention of Journalism Ethics* ruma a um conceito de objetividade “sem perfeccionismo”, sem algo semelhante à “pura objetividade”, típica do positivismo. O autor, à medida que inventa o histórico com suas informações, assinala nuances nos pensamentos de filósofos. Um deles é a ética de Aristóteles, cuja lógica serve de base à ciência do Ocidente – “nós podemos entender a contribuição de Aristóteles para a objetividade na prática [do jornalismo] a partir da sua aproximação *não perfeccionista* da ética” (tradução livre, grifo nosso, p. 50). Aristóteles repetidamente adverte seus leitores para não esperarem a mesma precisão teórica das ciências práticas no campo das relações humanas, já que a ética não é jamais uma ciência de teoremas deduzidos de princípios auto-evidentes, por razão silogística. Ward encontra nesse ponto de Aristóteles uma contribuição substancial para objetividade na teoria e na prática.

Nos séculos XII e XIII, uma revolução intelectual renova o interesse por padrões lógicos e racionais, independentes da “revelação”. Resultavam do impacto de obras como a) a teologia de Anselmo, b) o método de Abelardo e c) a abertura do pensamento para Aristóteles, dada com a Suma Teológica, de Tomás de Aquino. Até então, após o helenismo, a Idade Média fez da verdade algo semelhante à Palavra de Deus, à salvação. O pensamento estava marcado pelo não-naturalismo (valorização do mundo espiritual), pelo dogmatismo (conjunto de verdades definidas), pelo pessimismo sobre a capacidade de a humanidade agir moralmente ou de descobrir a verdade sem Deus, pela valorização do conhecimento a partir da fé, pela contemplação e pela teologia (p. 56).

Com a Renascença, no século XV, há um retorno ao antigo naturalismo. “O mundo não mais como um ‘vale de lágrimas’, mas

como uma plataforma para a ação e o questionamento” (tradução livre, p. 57). Esse florescimento da cultura e da sociedade se encontra na matemática recuperada por Galileu e Kepler, na perspectiva linear da pintura de Alberti, no conhecimento detalhado do corpo e nas esculturas de Michelangelo. No século XVI, a Reforma Protestante trouxe uma crise no pensamento favorável à ciência, à medida que trouxe importância para a consciência pessoal e para o julgamento independente. Muitos historiadores associam imprensa e Reforma, pelo caráter de divulgação do pensamento. Pela década de 1560, traduções para o latim tornam o ceticismo uma doutrina atraente. Montaigne, através de seus ensaios, amplia para um maior público o ceticismo.

Uma nova filosofia do conhecimento derruba a dicotomia de longa permanência entre conhecimento necessariamente de regras universais (ou essências) e ‘mera’ opinião provável. Entre os motivos, figuram as descobertas de Copérnico e de Galileu, no continente, e os cálculos e leis de Harvey, Boyle e Hooke, na Inglaterra (p. 60). Durante a Idade Média, o sentido de objetivo e subjetivo ganha uma conotação oposta àquela que se consagra nos séculos seguintes, aquela que chega ao século XXI. Na filosofia medieval, “objetivo” se refere a objetos da consciência, enquanto que “subjetivo” diz respeito a objetos exteriores à nossa mente (p. 15). Distinção que alcançam a era pré-moderna, quando textos em Lógica definem como subjetiva uma crença psicológica e como objetiva uma evidência exterior.

O pensamento de Galileu, Locke e Descartes dividem as propriedades em primárias, aquelas que são exteriores aos objetos, e em secundárias, as subjetivas, atribuídas pela mente. Immanuel Kant faz da objetividade um termo filosófico comum, no século XVIII. No século XIX, ela circula como conceito tanto na ciência como na filosofia. E a ciência, a partir da era pré-moderna, traz “uma poderosa combinação de fato experimental e matemática” (tradução livre, p. 54), uma vez que a tradição da objetividade se assentada na especulação filosófica ou na observação casual.

Os cientistas naturalistas derrubam a dicotomia conhecimento/opinião. Ao contrário da busca pelas essências, da Idade Média, as descobertas científicas procuram verdades empíricas, uma lógica de conhecimento baseada em noções de probabilidade, inferência estatística e indução. Experimentalistas demonstram a possibilidade da objetividade empírica, descrevem métodos e identificam fontes de distorções – como os “ídolos na mente”, de Bacon.

A ciência desse período progride não pela construção de sistemas de razão, mas pelo acúmulo de fatos, de experimentos, de

hipóteses e de generalizações indutivas. Empiristas (em conformidade a Bacon) fundem razão e observação. Locke e Descartes acreditam que o conhecimento objetivo resulta de uma subjetividade disciplinada por método e desengajamento. Segundo Ward, fica difícil separar a história da objetividade científica da história de instrumentos. Na ciência pré-moderna, eles foram geradores de fatos objetivos (p. 63).

A diferença entre pensadores continentais e anglo-saxões s marca desde essa época entre racionalistas e empiristas, respectivamente. Esses experimentalistas estão integrados intelectualmente por uma “República das Letras”, suas ideias circulam em correspondências e em debates das primeiras sociedades científicas. Shapiro, autora citada por Ward, defende que a determinação imparcial de um fato, na Inglaterra, não se deu primeiro no campo da ciência, mas sim no Direito. De toda forma, a ciência desse período “reteve uma ideia abstrata de verdade como uma correspondência com a realidade, sem dar à verdade um sentido pragmático” (tradução livre, p. 64).

Para Hartley (1996), as “revoluções políticas modernizantes são sempre, entre outros aspectos, jornalísticos” (tradução livre, p. 82). Na França, o jornalismo aparece fortemente em cena após a queda da Bastilha. No começo de 1789, há poucos jornais com conteúdo político, enquanto que até o final desse ano aparecem mais de 130 publicações. Por outra fonte, 184 jornais são lançados em 1789, um ano depois há 335 – os panfletos se contam em milhares. No caso da Inglaterra, edições jornalísticas aumentam a circulação durante e após o desfecho da guerra civil inglesa, no século XVII. Situação apenas comparável à industrialização e às reformas políticas do século XIX.

Segundo o autor, a mídia ocupa, na Modernidade, o papel que a igreja católica representou na Idade Média, como grande instituição cultural – responsável por impor uma “semiosfera”. O poder da igreja passa para o Estado, no entanto, a sua legitimidade se assenta na soberania das pessoas. As reformas modernizantes têm ligação com o jornalismo pela textualização por ele promovida, ao compor socialmente um cenário, em vez de ser apenas uma oposição aos poderes instituídos. Logo, ao usar recursos da semiosfera, forja conexões até então inexistentes, entre política, textos e leitorado popular (p. 83).

No período pós-Revolução Francesa, na Inglaterra o jornalismo também constrói uma esfera pública. Talvez mais – uma visão de sociedade como um todo. As interpretações de Hartley decorrem de estudos sobre a “invenção” de uma classe média na Inglaterra, com base nos relatos jornalísticos acerca do Parlamento na década de 1790. Nesse período de governo anti-Revolucionário, circulam tanto jornais pró-

governo como *The Times*, o *Evening Mail*, o *Whitehall Evening Post* e o *True Briton*, como um segundo grupo, de oposição moderada. Ao contrário dos primeiros, cuja visão de sociedade polariza as pessoas em “ricas” ou “pobres”, essas publicações procuram por uma ‘ordem média’, uma ‘classe média’. Entre eles, o *Morning Chronicle*, o *Star*, o *Morning Post* e o *Morning Herald* (p. 91).

Numa leitura histórica, o jornalismo compartilha preceitos do discurso da Modernidade. John Hartley (*Popular reality*, 1996) é um dos autores que aproxima a Idade da Razão ao periodismo. Sylvia Moretzsohn, autora de *Pensando contra os fatos* (2007), qualifica o jornalismo como uma prática herdeira do Iluminismo, que tem, por definição, o objetivo de transformar nosso ver (das aparências) em um *enxergar* (provido do esclarecimento, do entendimento). Hartley aponta para uma ligação inseparável entre imprensa e Modernidade, critica currículos de universidades de jornalismo por deitarem atenções na qualificação profissional, eles negligenciam a formação histórica do jornalismo, suas condições de existência (p. 35).

Tanto a Revolução Francesa quanto a Modernidade na Inglaterra retiram sua trama de gazetas e revistas. Elementos essenciais para a radicalização da Revolução Francesa (e, depois, da *Philosophie des lumières*), promovem a unidade nacional, os propósitos políticos populares e permitem o alcance de um cotidiano escolhido pela razão e pela vontade coletiva (p. 77). Quanto ao império britânico, ele se mantém “unido” somente porque as massas leitoras projetam e conservam uma textualidade desse poder inglês e desse *Enlightment*. O império britânico, para Hartley, construiu-se pela “imaginação, fantasia, informação, classificação, conhecimento, textos e símbolos” (tradução livre, p. 45). Existência essa que, de outra forma, seria impossível. O autor sintetiza com vigor sua tese combinatória: “no final das contas, fica difícil decidir se o jornalismo é um produto da modernidade ou se a modernidade é um produto do jornalismo” (tradução livre, p. 34). Ele associa essas duas esferas no plano político, econômico, social e geográfico:

Tanto jornalismo e modernidade são produtos de sociedades européias (ou euroinfluenciadas) pelos últimos três ou quatro séculos; ambos são associados com o desenvolvimento da exploração, do pensamento científico, da industrialização, da emancipação política e da expansão imperial. Ambos promoveram noções de liberdade, de progresso e de esclarecimento universal e

são associados com o rompimento de conhecimentos tradicionais e hierarquias, e a substituição por vínculos abstratos com comunidades virtuais ligadas pela mídia. Jornalismo e modernidade são marcados pelo co-desenvolvimento do capitalismo e do consumismo, expansão de mercado e a diferenciação infinita e fractal tanto de produto como de comprador, tanto de nicho como de oferta (tradução livre, p. 33-34).

Se a Modernidade tem essa história na Europa Ocidental, na América Latina Martín-Barbero (*Os exercícios do ver*, 2001) a qualifica como tardia, acompanhada de um profundo mal-estar (p. 31). Usa termos como “des-ordenamento cultural”, “des-centramento da modernidade” e “secularização e desencanto” para se referir às híbridas temporalidades dessa parte do mundo, em que tradição e modernidade estão em páreo. Na *fabricação do presente* latino, a televisão tem um protagonismo, dia-a-dia ela representa o moderno, com fácil acesso às grandes majorias. Esse hibridismo temporal na cultura latino-americana dialoga com a leitura de John Hartley sobre a televisão (*Los usos de la televisión*, 2000), onde trabalha com a ideia de *transmodernidade*. A convivência de diversas lógicas e temporalidades nos meios de comunicação de massa, dá a eles a propriedade de serem “transmodernos” – de poderem integrar o pré-moderno, o moderno e o pós-moderno. O jornalismo pode atuar como promotor de textualidades dadas tanto ao poder quanto ao prazer.

Em um períodos da modernidade, em pleno século XIX, surge o positivismo como sistema compatível aos novos movimentos científicos. Ele traz a expressão uma “objetividade pura” e abre portas para teorias históricas da natureza e sociedade como as de Darwin, Spencer e Marx, em que a história pode ter um desenvolvimento progressivo e os fatos sociais são tratados como fatos em modelos físicos ou biológicos. Uma das crenças sobre as sociedades é a de que elas evoluam de um estado teológico (ou fictício) a positivo (ou científico), com uma fase intermediária metafísica (ou abstrata).

A ciência se torna uma instituição poderosa, ligada à economia, ao sistema educacional, ao militar e à corrida pelo desenvolvimento tecnológico. Qualquer fato se vê numa ótica de engenharia (WARD, 2005, p. 79). No século XX, após a Primeira Guerra Mundial, desponta um grupo neo-positivista – o Círculo de Viena. Abandona-se, como pretensão filosófica, o conhecimento metafísico do mundo. Em vez disso, almejam explicar a lógica da ciência esclarecendo sua linguagem,

métodos e fundamentos empíricos.

2.3.2 O surgimento da imprensa popular nos EUA e a ascensão de um novo público

O estudo da *penny press* favorece a compreensão da incorporação do conceito de objetividade no jornalismo por pontos como a) o surgimento da notícia e do repórter como gênero e função aplicados sistematicamente; b) a separação organizada de opiniões e notícias; c) o surgimento de um novo público, que dá suporte a um jornalismo de maior amplitude temática e com novas abordagens; d) ser uma época de forte crença nos fatos; e) a desvinculação de jornais dos partidos políticos. Em relação ao público, a luta por direitos naturais e um espírito republicano foram fundamentais para dar condições a esse desligamento (SCHILLER, 1981).

Dan Schiller confronta o argumento do telégrafo como responsável por uma padronização jornalística e pela adoção da objetividade como norma. Segundo ele, essa tecnologia é implantada em um sistema de coleta de notícias que *já* premiava uma aparente acurácia factual (p. 4). “A separação de conteúdos opinativos de notícias” evidentemente importante para serviços de distribuição de notícias via telegráfico passa a ser um ideal guia mesmo para órgãos de imprensa não sujeitos aos mesmos constrangimentos operacionais (SCHUDSON, 1978).

Um contexto social específico, combinado a questões de ordem tecnológica e econômica, embasa a imprensa popular. Em vez de uma decisão unilateral por parte de quem faz a notícia, o público é figura-chave nesse processo (SCHUDSON, 1978; SCHILLER, 1981). A *penny press* (ou simplesmente imprensa do centavo) representa um ponto de virada na história do jornalismo norte-americano, segundo os autores citados e outras dezenas de historiadores nos quais se sustentam, como Willard Bleyer, Frank Luther Mott e Edwin Emery. Período em que informação e opinião passam a ser diferenciadas sistematicamente e separadas no corpo do jornal, e se distinguem as funções entre editor (e editorialista) e repórter. Um conjunto de valores e procedimentos passa a dominar e configura uma norma da objetividade.

Para Schudson, a imprensa do centavo só foi possível em razão da sociedade de mercado e da democracia. Ela representa uma síntese de fatores de ordem social, política, econômica e tecnológica, ambientados numa época de influência do positivismo, em que os fatos são cultuados.

Para efeito de delimitação cronológica, há estudiosos da imprensa popular que apontam para duas épocas de destaque, uma na década de 1830 e outra próxima ao final do século XIX. Jorge Pedro Sousa, em *Uma breve história do jornalismo no Ocidente* (2008), organiza essas duas fases da seguinte forma:

Na **primeira geração da imprensa popular** figuram os periódicos *The New York Tribune*, de Horace P. Greeley; *The New York Herald*, de James Gordon Bennett; *The New York Sun*, de Benjamin Day e, depois, de Moses S. Beach; e *The New York Daily Times*, de Henry Raymond. Estavam sediados em Nova York, a temática era aberta a todo o Leste do país. Após a Guerra da Secessão, a sua influência chega ao Oeste.

O pioneiro foi o *The New York Sun*, em 1833, tablóide de quatro páginas. Um ano depois circula com oito mil exemplares, mais que o dobro dos jornais de seis centavos. Horace Greeley é o primeiro editor-proprietário a estimular a especialização dos jornalistas, em iniciativas como contratação de um jornalista especializado em assuntos de polícia. Em 1851, há a fundação do *New York Daily Times*, futuro *The New York Times*. Então editor do magazine *Harper's New Monthly*, Henry J. Raymond, ex-funcionário de Greeley, comanda o empreendimento desse jornal. Segundo Sousa, a ideia de Raymond é oferecer um noticiário de maior rigor e qualidade, contrapor o sensacionalismo e o excessivo envolvimento dos jornais populares. Aproveita, porém, a consagrada receita de “preço baixo e tiragens elevadas, diversidade temática para agradar a todas as franjas da população, linguagem clara, concisa e precisa, culto dos factos” (2008, p. 140).

A **segunda geração da imprensa popular** se identifica nas décadas de 1880 e 1890. Período de instituição das agências de notícias e de mudanças nas organizações de imprensa. Joseph Pulitzer é o pioneiro dessa época. O seu maior rival é William Randolph Hearst.

Em 1883, Pulitzer promovera a refundação do jornal *The World*, então com 15 mil exemplares diários, que se torna símbolo dessa imprensa. Um ano depois a tiragem chega a cem mil exemplares. Para dimensionar o seu sucesso: a) supera o número de negócios do jornal mais vendido, o *New York Herald*; b) em 1892, passa a 375 mil exemplares, com direito a edição matutina e vespertina; c) chega ao final do século com mais de um milhão de exemplares diários.

A primeira fase da imprensa popular firma as bases para esse “Novo Jornalismo” (não confundir com fase do Jornalismo Literário norte-americano, das décadas de 1960 e 1970), e para a “imprensa informativa de qualidade” (modelo *The New York Times*), ambas

influenciadas pela imprensa ilustrada. Pelo final do século XIX, a diversidade de periódicos conduz a um início de segmentação de mercado. Curiosamente, surge nesse período a expressão *yellow journalism* (equivalente a imprensa marrom, no Brasil), por haver associação do jornal de Hearst, marcado por histórias de crimes, ao *cartoon* do personagem *The Yellow Kid*, um sucesso de público. Amarelo passa significar sensacionalismo ou ruptura ética – como na cobertura de uma intervenção americana em Cuba, episódio envolto em mentiras.

Quando surge a imprensa popular (primeira fase, evidentemente), **os jornais se classificam como independentes** em face de seu contraste com uma imprensa partidária, até então dominante. Anos mais tarde, mesmo sob o argumento da objetividade, a *penny press* é questionada pelos excessos na cobertura de crimes, em que a razão dá lugar para um encadeamento emocional dos fatos – o sensacionalismo (SCHUDSON, 1978). Nos EUA, os jornais mais influentes até a década de 1830 estão ligados a partidos e a grandes capitalistas. A circulação se limita a um público de alto poder aquisitivo, cada exemplar custa uma média de seis centavos de dólar. Uma série de motivos possibilita o surgimento de uma imprensa mais acessível economicamente para o público, entre eles a evolução tecnológica dos meios de produção do jornal, o que diminui o tempo e os custos por edição. O avanço das linhas férreas por todo o país colabora para a distribuição.

A *penny press* se torna um fenômeno editorial ao trazer edições ao valor de um centavo – um sexto do correspondente aos maiores jornais. Fenômeno mais evidente caso se considerem os jornais novaiorquinos: o jornal passa a veículo de multidões. Em seus desdobramentos, há o surgimento do repórter, em oposição aos articulistas da imprensa de opinião. Traquina chama esse momento de “novo jornalismo” (2004, p. 50-54) pela definição do gênero notícia – até então inexistente. O exemplo de um *The Sun* (Nova York, EUA – 1831) é seguido anos depois na Europa, com as mesmas características do movimento no continente americano, como no *Presse* (Paris, França – 1836) e no *Diário de Notícias* (Lisboa, Portugal – 1864).

Schudson (1978) classifica a *penny press* como um episódio revolucionário na imprensa norte-americana. Ela promove mudanças nos temas¹⁵, redefine os espaços público e privado, a relação com da

¹⁵ Uma mudança temática ocorre durante essa imprensa popular, sobretudo com a guerra civil norte-americana. Os periódicos passam a focar o noticiário local, o cotidiano e o próximo. Antes, os jornalistas davam prioridade ao parlamento, às cotações do mercado, ao câmbio, às

política partidária e também sobre sua manutenção financeira – agora a fonte de recursos do jornal vem da publicidade. Politicamente, os jornais procuram afirmar sua independência partidária, ao contrário de seus anteriores. O autor observa uma relativa indiferença para os eventos políticos, embora há expressões como a de um *New York Herald*, cuja cobertura política é mais completa que a da imprensa elitista (p. 21).

James Gordon Bennett, um dos editores da imprensa popular da década de 1830, afirma que a imprensa do centavo deve ser livre, sem subserviência a nenhum tipo de leitor. Um dos paradoxos do período está na ascensão da notícia diante do editorial, em confronto com a celebridade dos editores (id., p. 16). Comercialmente, a circulação de jornais de um centavo amplia o público, torna cada exemplar um suporte publicitário em contato com numerosos e heterogêneos leitores (p. 25).

A receita do jornal passa a ser um resultado de pagamentos de anunciante para a administração do veículo, situação meramente comercial. Muda o conceito de publicidade, pois antes a inserção de um reclame era entendida como um aval ao produto ou à empresa. Quando a concorrência se acirra, James Gordon Bennett passa a premiar em dinheiro os seus jornalistas ao conseguirem se adiantar em relação aos outros periódicos na coleta de notícias. A velocidade passa a ser uma qualidade, ela resulta em alterações de conteúdo e na distribuição e venda dos exemplares (FRANCISCATO, 2005).

No campo jornalístico, além da emergência do repórter, a fotografia reforça a tendência realista presente na imprensa popular, tamanho o impacto da tecnologia do daguerreótipo sobre a forma das pessoas verem o mundo. As agências de notícias são contemporâneas também a esses periódicos – a *Havas* (França, 1836) e a *Associated Press* (EUA, 1844). Traquina recorda que a factualidade se faz presente mesmo na literatura, é compreensível o número de histórias de detetives, exemplarmente Sherlock Holmes. Schudson organiza diversas “explicações” sobre a imprensa do centavo – engloba questões como a tecnologia, a alfabetização, a “história natural” etc. A tecnologia serve para diminuir custos de produção e circulação – inovações em impressoras, na manufatura dos papéis, no setor de transportes e a difusão do telégrafo (igual comentário ao já feito, baseado em Schiller).

Esse modelo de imprensa se propaga nos centros mais

questões militares (TRAQUINA, 2005, p. 67), enquanto que, agora, os repórteres frequentam a polícia, as cortes, os distritos comerciais, as igrejas, os clubes da alta sociedade e os campos de competição esportiva. E a chamada “história de interesse humano” se converte na principal produção, com um acento ao exótico, redefine o público e o privado (p. 27-30).

urbanizados, e não necessariamente onde os níveis de alfabetização são maiores. A influência tecnológica, no entanto, não explica a mudança de conteúdo nas mensagens. Segundo o argumento de “história natural”, a imprensa tem uma dinâmica evolutiva passível de explicação como sequencial, numa escala ascendente. Robert Park escreve *The Natural History of Newspaper* (1925) e Walter Lippmann publica, em 1931, o ensaio *Two Nations*, em que estabelece uma caminhada da imprensa dominada pelo governo até a era comercial.

A imprensa popular nos EUA enfrenta seus percalços. Um deles recebe o nome de *guerra moral*, em que a imprensa de seis centavos combate os jornais de um centavo. O *New York Herald* (US\$ 0,01) é acusado insistentemente pela concorrência de recair na indecência, na blasfêmia, na mentira e no panfletarismo¹⁶. Os golpes principais vem dos conterrâneos “jornais de elite” com o aval de publicações de Boston e da Filadélfia, na tentativa de promover a sua desmoralização (1978, p. 56-57). Para o sociólogo da imprensa Michael Schudson, mais que uma disputa comercial, representa um conflito social entre uma “classe média” dos jornais de um centavo contra um modelo elitista. Os jornais populares trazem uma revolução no modo de fazer jornalismo, embora ainda não identificasse seus profissionais como grupo ocupacional ou indústria.

Dan Schiller compreende o advento da objetividade pelo contexto cultural. Para ele, não é a presença ou a ausência de tendenciosidade o ponto vital para avaliar o estudo da objetividade, mas sim a configuração cultural permite aos leitores terem a *crença* de que essa inclinação está presente ou ausente. O autor identifica a si próprio afiliado a uma corrente de pesquisadores que associam a objetividade noticiosa a um contexto predominantemente comercial. A objetividade, em suas palavras, liga-se à transformação do jornal em uma *commodity*. E o melhor período para analisar o desenvolvimento do conceito não está no advento dos serviços telegráficos, na última parte do século XIX, mas sim no começo da década de 1830, quando, pela primeira vez, o jornal “se estabeleceu como uma instituição capitalista” (tradução livre, cita-se John Tebbel, *The Media in America*, 1974) . Ou seja, *penny press* (p. 7).

Jornais comerciais de baixo preço, associados ao

¹⁶ Luiz Amaral relata uma passagem de Joaquim Nabuco pelos EUA entre 1876 e 1877 – período próximo à segunda fase da imprensa popular –, em que o intelectual pernambucano se assusta com a falta de um distanciamento entre os campos público e privado – “o político é entregue sem piedade aos repórteres; a obrigação destes é rasgar-lhe, seja como for, a reputação, reduzi-lo a um andrajo, rolar com ele na lama” (1996, p.35).

desenvolvimento das tecnologias de impressão e o sistema de distribuição mais ágil, foram fatores favoráveis ao alcance de um novo público. Em vez de servir a um partido ou a uma classe mercantil, a “revolução nas notícias” passa a dispor notícias locais, notícias de interesse humano e notícias de crime. E mesmo quando há atribuições de ser uma época sensacionalista, essa imprensa conduz a uma “redefinição das fronteiras morais das comunidades”, como considera Steve Chibnall (em *Law-and-Order News*, 1977, tradução livre).

Ao tratar de “uma nova imprensa para um novo público”, Schiller resiste a uma análise dos conteúdos produzidos pela imprensa popular e destaca o público que lhe deu suporte. Em pontos como “o que faria essas pessoas ficarem sedentas por notícias?”, questiona princípios de organização social, cultural e ideológica que fizeram dessas pessoas um grupo para que esses jornais fossem apropriados. Sobre a capilaridade dos jornais *pennies*, eles penetram em diversos níveis da escala social através de tavernas, cafés, oficinas e clubes informais de leitura, dá-se inúmeras chances das classes mais pobres lerem os jornais ou de ouvirem a leitura (p. 16). E o autor considera que nos primeiros anos da imprensa popular a maior parte desse público é formada por artesãos e mecânicos da cidade de Nova York. Conforme anteriormente exposto sobre Schudson, eis aqui uns dos pontos conflitantes entre ambos, pois este trata esse público já como uma classe média. Quando lançado *Objectivity and the news: the public and the rise of commercial journalism* (1981), o livro é considerado pela comunidade acadêmica como uma “resposta” a *Discovering the news: a social history of American newspapers* (1978).

Os artesãos profissionais eram os ferreiros, os construtores, os pedreiros, os carpinteiros, os calafetadores, os estaleiros, os vidraceiros, os açougueiros, os tanoeiros, os alfaiates, os marceneiros, os padeiros, os sapateiros, os cocheiros, os tipógrafos, que fizeram de Nova York um centro de comércio e manufatura. Esse grupo de artesãos começa a competir não somente nas vizinhanças e cidades, mas também na região, e crescentemente, em mercado nacional. Os imigrantes entram na força de trabalho e promovem uma mudança no sistema de aprendizes entre os artesãos. Uma massa de desempregados passa a pedir trabalho, sujeita a menores pagamentos, as contratações admitem pessoas sem o nível de qualidade de antes num quadro de maior divisão do trabalho. Os anos 1830 e seguintes se marcam por uma grande concentração da riqueza. Em 1828, 4% da população de Nova York detém 63% das propriedades, já em 1845, 4% da população é responsável pela posse de 80% da riqueza da cidade (p. 18-20).

Outro contraste de Schiller em relação a Schudson – ele não olha para a década de 1830 como um período de “igualitarismo” (*Age of Egalitarianism*). Esclarece sua posição com as seguintes palavras: “uma democratização formal da política não pode ser confundida com democracia popular” (tradução livre, 1981, p. 25). Artesãos lutam por um maior status político nesses anos da nova república. No período colonial, as multidões revoltadas eram toleradas, em certa medida, por serem dirigidas contra a Inglaterra; agora, reorganiza-se o sistema de policiamento. Há uma grande demanda por lei e ordem, toda infração aos processos legais são enquadrados como crimes.

O Estado sugere indiferença aos direitos naturais do homem. O casamento entre lei e desenvolvimento econômico privado ocorre, paradoxalmente, justo quando o poder político se formaliza democraticamente e a participação popular se legitima. O crescimento econômico é acompanhado por marcos regulatórios, como a Lei Cível e também a *private law*. Segundo Schiller, essa mudança na lei norte-americana reforça a desigualdade do mercado, na medida em que apóia crucialmente o setor estatal. A *private law*, acredita, foi uma adaptação da lei constitucional para as necessidades das corporações (BRUCHEY apud SCHILLER). Se ela permite uma expansão do mercado para novas áreas, ela também limita o acesso à justiça conforme privilégios de classe (id., p. 23-25).

Um “espírito antimonopolista” fundamenta a ideologia de um “republicanismo artesão” (p. 27). Entre 1833 e 1835, os artesãos de Nova York organizam pelo menos 43 diferentes sindicatos e convocam pelo menos 18 greves. Nacionalmente, a união sindical cresce de 26.000 para 300.000 entre os anos de 1833 e 1837 (baseado nos dados de WEINBAUM, 1979, e FONER, 1947). A imprensa popular repercute as demandas do movimento operário, a partir da combinação dos elementos de luta por um bem público unitário em conformidade aos direitos naturais individuais e a uma crítica do Estado (quando este for subserviente aos interesses privados). As bandeiras levantadas por direitos iguais, antimonopólio e bem público não são apenas retóricas, elas representam fundamentos ideológicos derivados da linguagem corrente e bem manejada através da qual os artesãos procuram confrontar e resolver seus problemas (p. 31).

A política editorial da objetividade e sua migração do discurso científico do século XIX para as páginas dos jornais, portanto, **tem a ver com a formação de um público associado à luta por direitos individuais e por uma universalização do conhecimento.** Segundo Schiller, “propriedade, poder e conhecimento eram controlados por

interesses privados de homens corruptos e iníquos que estavam no Estado”. Uma publicação radical do partido Democrata, *The Locofocos*, declara, naquela época: “as práticas de nossas cortes de lei são tão aristocráticas, arbitrárias e opressivas tal como elas eram nas eras negras do feudalismo” (tradução livre, p. 34).

O apelo à razão entra na arena do discurso público de um modo regular. A imprensa popular reconhece e dissemina um ideal de esclarecimento e de conhecimento direto, para o qual se faz indispensável o alcance de direitos iguais. O monopólio detido por uma imprensa elitista sobre a informação pública sistematicamente obstrui o exercício da razão nos principais processos de formação da opinião pública. Trabalhadores estão desiludidos com a imprensa partidária por ela servir a elites políticas e mercantis – o público artesão está ansioso por transformações nos conteúdos veiculados pelos periódicos.

Assim, **as demandas sociais que conduzem a uma imprensa vinculada à norma da objetividade passam pela desconfiança dos trabalhadores em relação à imprensa partidária**, por suas ligações com os aristocratas, pois esse modelo liga-se profundamente à corrupção da república, modelo atrelado a monopólios, a bancos e ao emergente sistema partidário. Suspeitas também extensivas a outras esferas públicas, como a medicina, o direito e a religião.

A emergência de uma vigorosa imprensa sindical antecipa os caminhos percorridos pela imprensa comercial de caráter popular. Jornais baratos combinam uma visão de negócios com uma aderência explícita aos principais ideais dos artesãos para definir e cultivar seu novo papel. Em menos de duas décadas, essas novas instituições jornalísticas se instalam e o papel sociocultural do jornal muda de uma forma radical. James Gordon Bennett é um dos que se associam a uma defesa de direitos iguais. Em geral, os jornais populares se apropriam da retórica republicana.

O texto expositivo foi, ainda segundo Schiller, um modo de a imprensa do centavo demonstrar seu compromisso com a ilustração do público. Exposição também no que se refere a dar visibilidade aos abusos do poder estatal e às infrações criminais contra os direitos naturais (p. 54). Um outro importante desenvolvimento jornalístico é o crescimento de uma literatura urbana, resultante da atenção dos editores para notícias de crime (p. 68). Justo num período em que as fronteiras entre notícias e literatura ainda eram tênues.

Quanto aos conteúdos, essa imprensa popular amplia o escopo social coberto no seu noticiário. Na década de 1830, começam a circular relatos que envolvem pessoas de todas as esferas sociais, inclusive as

classes trabalhadoras, apresentadas como cidadãos detentores de direitos naturais e de vidas privadas (p. 70). Mesmo com seus ataques a monopólios e a desigualdade na extensão dos direitos cedidos pelo Estado, a imprensa popular consegue se alinhar tanto aos trabalhadores quanto aos capitalistas de sucesso. Período em que “o patronato dos anunciantes de jornais baratos definiram a emergência triunfante de um novo público” (tradução livre, p. 71), e em que se inicia uma diferenciação entre ela e a imprensa operária – esta fica fora de circulação com a crise entre 1837 e 1840.

2.3.3 Brasil anos 1950

No Brasil, segundo Luiz Amaral, a separação de notícia e comentário se dá de modo mais sistemático a partir dos anos 1940, após a Segunda Guerra Mundial. O autor interpreta que a tendência não foi muito além da valorização da notícia e de sua construção (p. 75). Importa-se um modelo de relato jornalístico, sem preocupações contínuas na imprensa norte-americana sobre o esforço em ser imparcial ou equânime na cobertura. O *lead* e o *copy-desk* são implantados no Diário Carioca e, em seguida, na Tribuna da Imprensa, Última Hora e Jornal do Brasil.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2001) prefere identificar essa influência nos anos 1950 e 1960. Afinar-se ao padrão norte-americano sugere uma entrada formal na modernidade, a conquista de um discurso de “fala autorizada”, o reconhecimento como ator social. A autora recorda o dilema da imprensa desses anos, uma divisão historicamente brasileira – entre o formal e o real, entre o indivíduo e a pessoa (em termos antropológicos). Ou como organiza, de um lado, a impessoalidade e a racionalidade das instituições e, de outro, “as práticas oligárquicas, clientelísticas, familiares, patriarcais e patrimonialistas”.

O jornalismo brasileiro enfrenta, no século XX, uma tradição jornalística fortemente literária. No século XIX, imperara “a falta de recursos, a linguagem desabrida, o tribunismo e o sectarismo” (AMARAL, p. 69). Grandes bandeiras tinham sido levantadas em artigos, como a Abolição, o civilismo, a revolução de 1830; em destaque, havia nomes como Joaquim Nabuco e Cipriano Barata. Em termos de personalidades, Gonçalves Dias, Olavo Bilac e Euclides da Cunha exemplificam outra faceta, o beletismo. A presença dos escritores-redatores por muito tempo supera em número o de repórteres,

função cuja ascensão se acenta com o enfoque na notícia e na reportagem.

Lins da Silva comenta que todos os jornais brasileiros no século XIX eram o contrário dos americanos a partir de 1830. Ele cita Juarez Bahia (em *Três fases da imprensa brasileira*, 1960), diz que os jornais eram “veículos de plataformas de governo, de opiniões de grupos, de críticas à administração, de programas e sugestões de reformas sociais” (p. 63). Um modelo de imprensa antigo predomina, mesmo no século XX – um jornal contemporâneo ao seu livro, no Rio Grande do Norte, mantém “uma prática comercial semelhante à abolida por Gordon Benett em 1847, a do pagamento anual por anúncios”.

Amaral, em posição menos radical, assinala que no fim do século XIX e começo do XX, os jornais brasileiros se transformam em grandes empresas. Momento comercial que guarda algumas semelhanças com o que acontecera nos EUA e Europa a partir de 1830/1840 quanto ao uso dos veículos como suporte publicitário e ampliação de tiragens. Um dos impulsos é a instalação do telégrafo no Brasil, em 1895, quando se incorporam a propaganda e as relações públicas (id., p. 72). Assis Chateaubriand é um dos pioneiros no sistema de anúncios em seu conglomerado de imprensa, o Diários Associados. Ao voltar de uma viagem da Europa, sugere a publicidade ao industrial Francisco Matarazzo e este responde não ser contemporâneo dessa tal de propaganda.

No trabalho *Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*, Ana Ribeiro observa que, para muitos jornalistas, defender a objetividade (e as novas técnicas daquele meio de século) era lutar pelo profissionalismo. Pesquisa baseada no testemunho de personagens daquele período revela um confronto com o amadorismo, pois uma parcela grande de jornalistas apenas cumpria a função de olhos em outros propósitos, como conseguir um bom cargo público.

Logo, o ideal da objetividade, como ela chama, desenvolve-se no Brasil como uma “estratégia de legitimação”, num contexto de profissionalização da imprensa, para obter autonomia da literatura, da política e dos interesses econômicos. Jânio de Freitas, em entrevista concedida em 2000, diz que o desejo era de fazer “um jornalismo sem compromisso. Agora, se isso ficou sendo chamado de objetividade... Foi uma procura de não ser parcial política e partidariamente” (p. 09). Outro que corrobora com o argumento de que a norma da objetividade no Brasil se afigurou um compromisso com a carreira na imprensa é Alberto Dines, o qual também salienta haver uma aculturação do

modelo norte-americano. Vide tópico arrolado abaixo em que se aborda uma compreensão redutora da objetividade – somente como uma questão de forma.

Apesar das resistências, das oposições e das críticas que lhe faziam alguns profissionais, **a teoria da objetividade reformulou, como um todo, os valores da imprensa brasileira**, reforçando noções diversas como a da imparcialidade da informação, a da responsabilidade social e a da honestidade do profissional. **Mas o jornalismo nacional não assimilou todos os valores que, no ideário norte-americano, eram correlatos à idéia da objetividade, ou os assimilou em sentidos e graus diferentes** (DINES In RIBEIRO, 2002, grifo nosso, p. 14).

No entanto, se eram usuais depoimentos sobre despreparo cultural e ético dos profissionais da imprensa da primeira metade do século, há quem critique o tecnicismo que inspira a adesão à norma da objetividade. Como Mauro Santana (apud ob. cit. p. 12), ele julga negativamente a falta de “envolvimento” do jornalista com sua notícia:

Temo muito que o tecnicismo subtraia da profissão o que ela tem de mais nobre: o inconformismo diante da injustiça, a ânsia da denúncia, o espírito de luta. (...) Daí o meu temor de que o tecnicismo sirva para castrar as nossas qualidades históricas, inclusive na forma de narração. As receitas, em jornalismo, são ineficazes. **Não sou daqueles que pensam deve ser impermeável aos acontecimentos e transmiti-los de forma impessoal aos leitores.** Ao contrário, creio que o nosso dever é o de viver os fatos e levá-los, com sua vida, aos que nos lêem e confiam no nosso depoimento. (...) **Para que comuniquemos com veracidade e exatidão, a matéria de nossa comunicação deve ser trabalhada por nossas usinas interiores:** deve integrar-se em nós mesmos. Só com esta marca de autenticidade, o depoimento será comunicável, humanamente, de um homem a outro homem (grifo nosso).

Uma das distinções entre o modelo originário e a versão brasileira pode se identificar em pontos como o da ausência de um tom paternalista, um entendimento de que o leitor deve desenvolver suas

próprias opiniões a partir das informações oferecidas pela imprensa. Esse foi um dos pontos que a adaptação da norma da objetividade terminou não implantando. Ana Ribeiro cita depoimento de Samuel Wainer quando comenta que seu jornal Última Hora “não deixava a informação solta na cabeça vazia do povo. Dava-lhe a complementação”, o que sugere uma visão elitista de certos produtores de notícia sobre o processo de recepção das mensagens jornalísticas, ao assumir uma postura civilizatória. Talvez um resquício dos modelos de povoamento, cujas profundas marcas históricas ainda persistiam, o que Lins da Silva destaca com o argumento de que enquanto nas colônias ibéricas havia uma missão civilizatória, nas britânicas apenas se queria enriquecer.

2.4 Referências na discussão da objetividade

A fim de procurar uma estrutura mais concisa a esse tópico da dissertação, Walter Lippmann, Michael Schudson, Gaye Tuchman e Josenildo Guerra foram selecionados como representativos da pesquisa sobre objetividade, conforme suas épocas e áreas de influência. Antes de se comentar de parte a parte esses legados, estruturas e metodologias, outros autores aparecem nessa abertura, referenciais ao conceito – caso de Dan Schiller (1991), David Mindich (1998), Wilson Gomes (2009) e Luiz Amaral (1996).

Dan Schiller obteve o título de Ph. D. em Comunicação em 1978, pela Universidade da Pennsylvania. Segundo se identifica no *Media Research Hub* é um historiador da comunicação interessado em história das telecomunicações e no papel da produção cultural no desenvolvimento sócio-econômico do sistema de mercado¹⁷. Atualmente (2009), é professor do departamento de Comunicação da Universidade de Illinois, campus de Champaign. Na década de 1990 lecionou na Universidade da Califórnia, campus de San Diego. Desde 1980, atua na edição de periódicos acadêmicos, teve como experiência ser editor associado da *Critical Studies in Mass Communication*, em 1998.

David Mindich recebeu o título de Ph.D em Estudos Americanos pela Universidade de Nova York, em 1996. Na ocasião de

¹⁷ David Mindich escreveu os livros: a) *Objectivity and the News: The Public and the Rise of Commercial Journalism* (1981); b) *Telematics and Government* (1982); c) *Theorizing Communication: A Historical Reckoning* (1996); d) *Digital Capitalism: Networking the Global Market System* (1996), e e) *How to Think About Information* (2007).

lançamento do livro, 1998, nota biográfica o apresenta como professor assistente de Jornalismo no Saint Michael's College, em Vermont, e líder da Divisão de História da Associação para Educação em Jornalismo e Comunicação de Massa. Em *Just the facts: how "objectivity" came to define American journalism* (1998), Mindich discute como a objetividade define o jornalismo norte-americano. Organiza um histórico de um período próximo a 200 anos dentro da imprensa, e na sua conclusão, reflete sobre o jornalismo em “tempos pós-objetivos”. A pesquisa historiográfica se estrutura em “elementos” da objetividade – faticidade, equilíbrio, pirâmide invertida, imparcialidade e apartidarismo – cada um recebe tratamento em um artigo. O autor considera que “toda visão é colorida pela cultura” (p. 143).

Quando Luiz Amaral lança o livro *A objetividade jornalística* (1996) dentro de uma coleção chamada Comunicação Viva, os outros títulos salientavam questões variadas em Comunicação Social, em temas de técnica, ética, tecnologia midiática, nicho profissional. Havia títulos como “Redação em Relações Públicas”, “Ética e Códigos de Comunicação Social”, “Jornalismo e Televisão”, “Jornalismo Empresarial”, “Assessoria de imprensa”. O conjunto dessas obras aponta para uma decisão dos coordenadores, Elisa Kopplin e Luiz Artur Ferraretto, por uma organização teórica sobre assuntos pertinentes e, em certa medida, básicos no campo da Comunicação.

O contexto editorial do livro de Amaral sugere a amplitude do debate sobre a objetividade, de como ele mexe com o imaginário profissional dos jornalistas¹⁸. Esse trabalho, dentro da pesquisa brasileira, consegue dar um panorama a respeito da objetividade. Ele alinhava um grande número de referências por capítulo, estrutura um trabalho de abordagens variadas, inclusive a epistemológica, a organizacional e mesmo a política de comunicação.

Os trabalhos de Wilson Gomes sobre a objetividade estavam dispersos em artigos. Em 2009, o livro *Jornalismo, fatos e interesses* reuniu seus fundamentais artigos *Fato e interesse* (1991) e *Verdade e*

¹⁸ Na sua estrutura de capítulos, o autor traz três títulos que apontam para uma visão crítica da objetividade – *Objetividade versus subjetividade* (I), *Os difíceis caminhos da verdade* (III), *Um ideal contestado* (IV). Há nos outros um caráter com menor apelo valorativo – *A objetividade jornalística* (II), *A objetividade na imprensa brasileira* (V), *As teses do justo e equilibrado e da diversificação de interlocutores* (VI). Na sua indicação de obras, ao final do livro, figura Hilton Japiassu e sua obra *O mito da neutralidade científica* (1975), em que se argumenta sobre a inexistência da objetividade. Em contrapartida à neutralidade científica, defende-se o termo “objetivação” (ou objetividade aproximada).

perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico (1993). No primeiro, o autor argumenta que os problemas da verdade e da objetividade no jornalismo não são compreendidos em estudos de teoria do conhecimento, são, normalmente, enquadrados numa ética aplicada ao jornalismo. Faz, assim, a observação de um quadro teórico marcado por estudos deontológicos e pouco atento à epistemologia, em que verdade recai simplesmente numa questão de valores axiológicos.

Dessa forma, ao procurar identificar uma teoria do conhecimento estruturada o suficiente para estabelecer conceitos de fato, notícia, verdade e objetividade em “bases não-ingênuas”, Gomes sugere a consideração da Fenomenologia, da Psicanálise e das disciplinas da linguagem e da interpretação, campos esses habilitados a compreender discursos sobre imaginário, cultura e interesse. No artigo de 1993, ele expõe como objetivo “recusar a alternativa que desqualifica toda e qualquer possibilidade de verdade e objetividade no jornalismo e apresentar elementos para uma possível restauração da tensão entre perspectiva e verdade” (p. 29). Ao apontar para questões teóricas importantes e pouco reconhecidas nas pesquisas brasileiras em Comunicação e em Jornalismo, Wilson Gomes é um dos principais articuladores brasileiros para uma orientação epistemológica do jornalismo.

Esta compilação não pretende sumariar todo o campo teórico, sugerir que se esgotou a bibliografia, porque há muita publicação dispersa. No entanto, estes mencionados estão entre o mais influentes, pelo número de vezes em que são citados ou pela capacidade de inspirar novos trabalhos.

2.4.1 Walter Lippmann e *Public Opinion* (1922)

Walter Lippmann (1889 – 1974) foi um dos jornalistas norte-americanos mais célebres da primeira metade do século XX. O termo “opinião pública” deve muito de seu sentido contemporâneo a seu livro homônimo, de 1922. Ele atuou em redações, na universidade e no mundo político. Serviu de conselheiro presidencial de Woodrow Wilson durante a Primeira Grande Guerra, fundou e editou a revista *The New Republic* (criada em 1913), publicou artigos, reportagens e livros sobre jornalismo. Era defensor do conceito de objetividade e da profissionalização dos jornalistas.

Segundo Stephen Ward, *Public Opinion* é a obra que mais se

aproxima de uma referência sobre a objetividade, mas não chega a ser um divisor de águas como foi *Areopagítica*, de John Milton, para a liberdade de expressão. Na sua obra encontramos também os livros *Liberty and News* (Liberdade e notícias, de 1920) e *The Phantom Public* (tradução literal: ‘O público fantasma’, de 1925).

A verdade e a notícia não se confundiam, para Lippmann, posto que a função da notícia é a de “sinalizar um evento”, enquanto que a verdade “traz a luz sobre fatos escondidos”. Há uma proximidade “somente naqueles pontos onde condições sociais são reconhecíveis e mensuráveis”. E, afirma, diz respeito a uma parte muito pequena do campo do interesse humano. Nesse ponto da argumentação, comenta, em nota de rodapé, que quando tinha escrito *Liberty and the News* (1920), ele não tinha a clareza necessária para fazer a distinção entre notícia e verdade, como essa apresentada em *Public Opinion*.

Apesar da distinção entre notícia e verdade, considera que o jornalismo deve procurar se aproximar das práticas científicas para elevar seu nível de atuação social e colaborar para a manutenção da democracia. Em 1931, quase dez anos depois desse livro central, amadurece seu debate e observa que, após a Primeira Guerra Mundial, inicia-se uma era de profissionalização do jornalismo. Como política editorial, recomenda a institucionalização com o propósito de “aproximação ao fato objetivo”, em que os meios devem ficar livres até mesmo da mudança de gostos e preconceitos do próprio público (Cf: SCHUDSON, 1978, p. 152).

Nessa obra dos anos 1930, Lippmann propõe uma linha evolutiva da imprensa, segundo sua concepção. Primeiro ela é um monopólio do governo. Depois, passa para domínio dos partidos políticos. E, finalmente, submete-se ao controle dos leitores, mantida pelo suporte comercial. A imprensa, em *Public Opinion*, recebe tratamento de guardião das instituições democráticas, um órgão direto desse sistema de governo. Jamais de uma substituta. O acompanhamento dos problemas e deliberações institucionais, a população faz pela imprensa: um espaço para o chamado popular, para o referendo público; onde há como vocação a iniciativa. Pela imprensa pessoas creem no encaminhamento de solução das crises atravessadas pela sociedade. A opinião pública é descrita como uma “força mística”, uma “corte” onde se discute a inépcia de instituições públicas (Cf. capítulo XXIV, News, Truth, and a Conclusion).

Lippmann acredita que a imprensa deve se aproximar de especialistas para promover uma imagem mais válida da realidade. A sociedade se tornara complexa demais para o cidadão comum e ele não

tem tempo, habilidade ou vontade de se interessar por questões importantes. Logo, os especialistas têm a capacidade de fazer as distinções necessárias dos fatos para o público. E os jornalistas assumem a não-especialização do público diante da multiplicidade de fatos. As pessoas, para Lippmann, não são tão bem informadas, nem mantêm um contínuo interesse na cobertura, nem mesmo se pode garantir que estão interessadas em percepções apartidárias. As distinções entre os fatos tendem a ser grosseiras, elas valorizam a dramatização dos eventos, como em um conflito.

Para Jørn Henrik Petersen (2003), da Universidade do Sul da Dinamarca, Lippmann não considera a própria sujeição dos especialistas à opinião pública e carrega seus preconceitos e estereótipos consigo. Por outro lado, Petersen reconhece que o autor antecipa o debate entre empiricismo e construção social da realidade. Outra qualidade da obra de 1922 é a de levar professores de jornalismo a refletir apoiados em uma base epistemológica, em vistas de colocar fronteiras entre o mundo exterior e “as imagens dentro das nossas cabeças” (*the pictures in our heads*). Outra colaboração está em propor perguntas fundamentais para compreender os fundamentos e processos jornalísticos e, em termos políticos do jornalismo, acentuar a relação entre imprensa e democracia.

2.4.2 Michael Schudson e *Discovering the News* (1978)

Michael Schudson é Ph D. em Sociologia pela Universidade de Harvard, título obtido em 1976. Desde 1980 até hoje (2009) leciona na Universidade da Califórnia, em San Diego, como professor titular no curso de Comunicação e como adjunto no curso de Sociologia. Autor de grande número de artigos de jornalismo e de seis livros, editor de outros dois¹⁹. Segundo biografia presente na página virtual da Universidade de

¹⁹ Pesquisador ativo, esse sociólogo publicou os livros a) em 1978, *Discovering the News: a social history of American newspapers*; b) em 1992, *Watergate in American Memory: how we remember, forget and reconstruct the past*; c) em 1995, *The Power of the News*; d) em 1998, *The Good Citizen: a History of American Public Life*; e) em 2003, *The Sociology of the News*. Entre os artigos de Schudson constam os títulos: a) de 1986, *Deadlines, datelines and History*; b) de 1987, *A revolution in historiography?*; c) de 2001, *The objectivity norm in American journalism*. Tradução livres dos títulos dos livros: a) *Descobrimos as notícias: uma história social dos jornais americanos*; b) *Watergate na memória norte-americana: como nós lembramos, esquecemos e reconstruímos o passado*; c) *O poder das notícias*; d) *O bom cidadão: uma história da vida pública norte-americana*; e) *A sociologia das notícias*. Tradução livre dos títulos dos artigos de Schudson: a) *Horários de fechamento, rubricas de data e*

San Diego, dedica-se à história e sociologia da mídia noticiosa norte-americana, publicidade, cultura popular e memória cultural. No biênio 1998-1999 presidiu a seção “Sociologia da Cultura” da *American Sociological Association*.

Discovering the news (1978) inicialmente é concebido como um estudo de caso na história das profissões e a gênese da ideologia profissional. Por fim, resulta, como revela o próprio subtítulo, em uma obra de história social da imprensa norte-americana²⁰. O período em questão é o início do século XIX, onde há a revolução da *penny press*. Um percurso histórico traçado desde essas décadas até os anos 1960.

O livro se torna uma referência para diversos estudiosos da imprensa. Encontram-se citações em autores como Marques de Melo (1985, 1986), Lins da Silva (1991), Amaral (1996), Traquina (2004, 2005) e Franciscato (2005). O livro movimenta a rede de pesquisadores, a ponto de três anos após a sua publicação, Dan Schiller fazer circular *Objectivity and the News*, onde registra uma espécie de resposta à tese de Schudson de que haveria em 1830 a estrutura de uma classe média. Franciscato comenta justamente sobre essa falta de consenso em fatores e processos da *penny press*, pois para Schudson a democracia e a economia de mercado embasam esse momento do jornalismo. Para Schiller (1981), a sustentação está em setores sociais específicos, como os homens de negócio, preocupados em defender seus interesses.

A obra de Schudson sistematiza um percurso sociológico e histórico do jornalismo entre 1830 e 1960. Analisa pontos como a emergência do repórter, o surgimento do jornalismo interpretativo, o choque entre gerações profissionais, o conflito entre objetividade e interesses nacionais. **Schudson revisa a bibliografia em história do jornalismo e conclui que, antes de 1830, os jornais norte-americanos utilizam um ponto de vista partidário, e não de neutralidade, embora a crítica a esse período seja de apelo ao sensacionalismo.** Depois da Primeira Guerra Mundial, um jornalista passa a ser considerado objetivo quando submetido às regras de sua comunidade profissional. O autor argumenta que o discurso da objetividade veio a

História; b) Uma revolução na historiografia?; c) A norma da objetividade no jornalismo norte-americano.

²⁰ *Discovering the news* tem a estrutura de cinco capítulos, na seguinte ordem: 1) A revolução no jornalismo americano na era do igualitarismo: a *penny press*; 2) Contando histórias: jornalismo como vocação depois de 1880; 3) Histórias e informação: dois jornalisismos na década de 1890; 4) A objetividade se torna ideologia: o jornalismo depois da I Guerra Mundial; e 5) Objetividade, controle de notícias e a cultura crítica. Na introdução, o autor trata do “ideal da objetividade”.

partir da conjunção de fatores tecnológicos, sociais, políticos, econômicos. E, em síntese, naquilo que chama de “sociedade democrática de mercado”.

No livro *Objectivity and the news*, Dan Schiller, além de classificar como problemática a caracterização, feita por Schudson, de uma “classe média” como público de suporte à *penny press*, segue à carga em outros pontos: a) a ênfase numa teoria do jornalismo baseada em “grandes homens”, como um James Gordon Bennett (primeira fase da imprensa popular, anos 1830) ou um Joseph Pulitzer (segunda fase da imprensa popular, anos 1890); b) a observação de uma classe média onde ela não existia, pelo menos não entre os leitores da imprensa popular. A proposta de Schiller associa o sucesso dessa imprensa ao uso fluente da linguagem e da ideologia prevaiente de seu público constituído de homens do comércio. Os marcos teóricos dessa época são a teoria positivista e realismo fotográfico, ambos tratam de um mundo sem a referência da subjetividade e da seletividade. Schiller promove um estudo empírico da *National Police Gazette*, onde analisa a questão da objetividade e a defesa jornalística dos direitos naturais, junção que teria “tornado claro que essas formas culturais convencionais encontraram suporte no desenvolvimento das relações sociais capitalistas” (p.11).

2.4.3. Gaye Tuchman e *Making news* (1978)

Making news começa como tese de doutorado de Gaye Tuchman, defendida em 1969 na Brandeis University, com o nome *News, the Newsman's Reality* (Notícias, a realidade dos homens de imprensa), base para o livro publicado em 1978, com o subtítulo *a study in the construction of reality* (um estudo sobre a construção da realidade). Gaye Tuchman é considerada uma das principais pesquisadoras em *newsmaking* (estudo sobre a produção de notícias)²¹.

²¹ Entre os artigos publicados durante a sua carreira, podem-se encontrar os títulos: a) *Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity* (1972); b) *Making news by doing work: Routinizing the unexpected* (1973); c) *The exception proves the rule: The study of routine news practice* (1977); d) *Myth and the consciousness industry: a new look to the effects of the mass media* (1981). Nelson Traquina traduziu parte de seus trabalhos em livros como *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'* (1993). Tradução livre dos títulos dos artigos citados: a) Objetividade como ritual estratégico: um exame das noções de objetividade dos jornalistas; b) Fazendo notícias pelo trabalho: enquadrando o inesperado em rotinas; c) A

Ela conduz uma investigação etnográfica ao longo de uma década, entre 1966 e 1976.

A observação-participante dessa antropóloga inclui um canal de televisão e três periódicos impressos localizados nas cidades de Seabord e de Nova York. Como referencial teórico, há a presença de Berger & Luckmann (1967), Goffman (1974), Schutz (1962) e Garfinkel (1967). O manuscrito do livro teve entre seus leitores e comentadores Mark Fishmann, que em 1980 lança *Manufacturing the news*, referência de estudos que procuram associar procedimentos de coleta da notícia e características ideológicas de um produto jornalístico.

O trabalho de campo de *Making the news data*, a primeira etapa, de Outubro de 1967 a Abril de 1968, quando se acompanha a rotina do diário *Seabord City Daily*, uma empresa familiar comandada pelos descendentes dos fundadores com uma equipe de 20 profissionais. Durante o ano acadêmico 1966/1967, Tuchman visita ao menos um dia por semana um canal de televisão da mesma cidade e retorna ao espaço entre junho de 1967 e janeiro de 1969. Ela denomina o canal pelo pseudônimo de NEWS, a fim de garantir sigilo às fontes, procedimento empregado com a maioria dos jornalistas entrevistados. O grupo televisivo, afiliado à cadeia de comunicação, compõe-se por 26 pessoas.

A fase nova-iorquina da pesquisa começa no verão de 1975, com a entrevista de ativistas (como Betty Friedan) e de repórteres que cobrem o movimento feminista. O último local de observação é a sala de redação da Prefeitura de Nova York, durante o período Outubro de 1975 – Janeiro de 1976, com um grupo entre 20 a 35 jornalistas dedicados a um diário de circulação bem maior que o *Seabord City Daily*. Nessa fase, Tuchman pôde acompanhar a cobertura de uma crise na cidade e a progressão dessa pauta do âmbito local para o nacional.

Da obra de 1978, contemporânea à de Schudson, a principal chave interpretativa de Tuchman talvez seja a “trama da faticidade”²², conceito criado por ela e atribuído ao conjunto de regras jornalísticas aos quais os profissionais de imprensa se submetem para fazerem um relato aparentemente objetivo, o que permite manterem as suas fontes e evitar serem alvo de processos. A objetividade, nesse conceito, é uma trama tecida de acordo com a inserção do profissional na escolha de estratégias, aplicadas ritualisticamente (“ritual estratégico”). Segundo a

exceção prova a regra: um estudo da rotina da prática noticiosa; d) Mito e indústria da consciência: um novo olhar sobre os efeitos da mídia de massa.

²² “A trama da faticidade são os procedimentos e as concepções com base nos quais os jornalistas definem e avaliam os fatos jornalísticos” (p. 232), afirma a autora.

autora, o “profissionalismo jornalístico” tende a reforçar o *status quo*.

Quanto à sua característica de trabalho, observa-se detalhismo ao narrar os obstáculos na coleta de informações, como na Sala de Imprensa, onde os repórteres são lacônicos quando convidados a discutir e a revelar suas fontes de notícias. Ela é bastante hábil em fazer comparações, ela ilustra o processo comunicativo do jornalismo a partir de circunstâncias cotidianas, como o de uma professora ao contar ao esposo sobre seu dia de trabalho²³.

No momento em que Traquina trata da teoria etnoconstrucionista no seu *O estudo do jornalismo no século XX* (2001, p. 94-126), recupera pesquisas de Tuchman em que ela considera que uma das tarefas do jornal é a de “colocar ordem no espaço e no tempo”. Como os acontecimentos jornalísticos podem acontecer em qualquer lugar e espaço, a imprevisibilidade precisa ser controlada a partir de rotinas. Também Jorge Pedro Sousa (2002) segue a pesquisa de Tuchman em que fala sobre rotinas e, antes, sobre o referente da notícia. Novamente, o objetivo é diminuir o inesperado na cobertura a partir de uma rede de captação dos acontecimentos e de definição de responsabilidades por áreas geográficas e por especialização temática e organizacional.

Sousa discorda quando Tuchman trata da institucionalização das rotinas e a legitimidade que conferem. Ou melhor, Sousa considera que a valorização do jornalista conforme seu profissionalismo se atenuou desde o lançamento do livro de Tuchman para cá (as obras em questão são de 1977 e 2002). Este argumenta que cada vez mais o jornalismo precisa da criatividade e da diferença, ora enveredando pelo entretenimento, ora para uma “análise profunda, contextual e rigorosa” (p. 50). Entre as críticas a se fazer ao trabalho de Tuchman, Zhao (1989) avalia não haver um enfrentamento do problema da objetividade no jornalismo, nem em termos teóricos ou conotativos, no que tange a suas limitações epistemológicas.

Em *Making News*, há um reforço sobre a importância organizacional, quase como um determinismo do veículo²⁴. Entre as

²³ O livro se estrutura em dez capítulos: 1) A notícia como marco; 2) O espaço e a rede informativa; 3) O tempo e as tipificações; 4) Flexibilidade e profissionalismo; 5) A trama da faticidade; 6) Representação e narrativa informativa; 7) A atualidade do movimento feminista; 8) Fatos, liberdade de palavra e ideologia; 9) A notícia como realidade construída; 10) A notícia como conhecimento. A edição consultada para esta pesquisa foi a mexicana, editada em 1983.

²⁴ Entre as críticas feitas pela autora às Organizações informativas é que estas são mais aptas a informarem sobre instituições públicas que sobre as privadas. A distinção artificial entre os mundos público e o privado, no plano das ideias, então mascara a organização dos serviços

suas argumentações, a autora desenvolve estes tópicos: a) a notícia é uma instituição social; b) a notícia se alia às instituições legitimadas; c) a notícia é construída por profissionais de organizações.

Como uma conclusão acerca desse terceiro item, a notícia se configura como um produto de agentes de procedimentos institucionais, em conformidade com práticas interinstitucionais. Como consequência, a notícia e as organizações jornalísticas atuam em reforço do *status quo*. Por todo um capítulo (o oitavo), ela disserta sobre a notícia como ideologia legitimadora²⁵. Argumenta que tanto para um jornalista quanto para um cientista, ser testemunha de um fato é insuficiente para classificar a observação desse fato como factual.

Na tentativa de mediar expectativas aparentemente em conflito, os informadores usam, segundo a autora, práticas estabelecidas para localizar as fontes. Algumas delas tendem avaliar criticamente o feminismo. Uma abordagem recorrente em entrevistas se concentra nas “primeiras”, isto é, as mulheres que foram as primeiras a ocuparem um espaço social reservado até então a homens. Elas são apresentadas como que dotadas de talentos excepcionais, enquanto que, àquelas mulheres sem igual desempenho há um tratamento de reserva.

2.4.4. Josenildo Guerra e *A objetividade no jornalismo* (1998)

Josenildo Guerra é um dos poucos autores brasileiros que enfatiza o jornalismo como um discurso da realidade. O seu percurso teórico em favor de uma redefinição da objetividade supera a questão ética, adentra o campo epistemológico, um tratamento raro dentro da pesquisa brasileira. Sua dissertação, defendida em 1998 na Universidade Federal da Bahia, é estruturada em duas partes: a primeira, dedicada ao realismo e ao construcionismo em teoria do jornalismo; a segunda, o maior volume do estudo, dedica-se a repensar a objetividade jornalística, inicia-se pelo debate do conhecimento como problema. Depois, ele

significativos e dificulta o aparecimento de organizações privadas como notícia. Tuchman compara com tempos anteriores em que membros da classe alta buscavam manter seus nomes distantes dos jornais, exceto nas condições de nascimento, matrimônio e morte – o poder de manter um acontecimento fora da notícia é um poder sobre a notícia.

²⁵ Ao propor seu estudo sobre construção da realidade, Tuchman destina parte do livro a um estudo de caso sobre a cobertura do movimento feminista. Ela considera que os procedimentos de reportagem favorecem fontes detentoras de poder, logo, um resultado esperado (e, segundo ela, confirmado) era a transformação do potencial revolucionário de grupos (como a Junta Política de Mulheres) em um movimento reformista.

invoca um lado mais autoral no debate conceitual da objetividade.

Para Guerra, “o jornalismo se funda (...) a partir de um imperativo ético que prescreve a notícia como o discurso da realidade” (1998, p. 20). Em suas considerações sobre realismo, trata-o como percepção filosófica em que o discurso é tomado como um espelho da realidade. Ao contrário, no construcionismo, o discurso jornalístico configura a realidade²⁶. Quando argumenta sobre conhecimento e legitimação, situa o discurso jornalístico como um “parâmetro de verdade”. Assim, “conhecer um fato implicaria reconhecer e assumir como verdade as relações e os valores presentes no senso comum que fazem esse fato parecer como realidade” (p. 109).

O autor esclarece sua percepção de que um dos resultados colaterais da “desconstrução do jornalismo” é o de ignorar o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática jornalística, resultado da experiência compartilhada por público e profissionais da imprensa. Nessa refundação da objetividade, faz-se necessário reconhecer a prática jornalística como uma mediação social (p. 137). Ao situar a notícia como um processo de construção da realidade, Guerra assinala a necessidade de uma boa fundamentação para essa teorização porque, segundo seu referencial, o realismo não consegue explicar o jornalismo (ele considera o realismo ingênuo, na medida em que este teria por pressuposto que seus enunciados pudessem reproduzir / espelhar a realidade). Da mesma forma, o subjetivismo e o construcionismo são insuficientes, porque talvez não consigam reconhecer que o jornalismo tem nos fatos o seu ponto de partida e que o público deposita a sua confiança nos jornais. Somente com a ligação desses elementos se pode falar em uma teoria para o jornalismo e que a objetividade tem a sua importância, desde que elucide esses pontos do imperativo ético.

Na constituição de todo fato, há um investimento subjetivo. E que, diferente de uma ontologia realista, aponta para uma ontologia em que o homem tem um papel determinante na elaboração da realidade (p. 121). Teoricamente, inicia na definição de fato feita por Wilson Gomes, em *Verdade e Perspectiva* (1993), como resultado de um recorte espacial e temporal, mapeia a “trama”, remete a Tuchman pela terminologia e porque ela comenta que um dos interesses dos editores é organizar o tempo e o espaço. Segundo Guerra, ele corrobora a argumentação de Valverde (1995), os procedimentos interpretativos são

²⁶ Como referencial teórico, Josenildo Guerra trabalha com Adriano Duarte Rodrigues, Clóvis de Barros Filho, Harvey Molotch e Marilyn Lester (1993). Estudos coordenados por Stuart Hall (1993) e Tuchman (1983) também estão presentes nesse tópico.

os responsáveis por fazem com que um fato apareça de determinada forma, de acordo com o que as articulações e as relações expostas.

Entre os problemas para se alcançar a objetividade o autor organiza: a) as condições de possibilidade que o jornalista tem de conhecer os fatos, e (b) seu efetivo empenho e competência para fazer isso (p. 145). Ao estudar procedimentos e técnicas de interpretação, Josenildo Guerra nota três prescrições, após os objetivos traçados na pauta e os seus respectivos recortes temáticos: 1) a intenção de querer ser objetivo; 2) o compromisso com determinados procedimentos de investigação; 3) a redação de um texto que preserve as características apuradas do fato (p. 148-9). Argumentação essa depois elaborada em artigo de 2003, *O nascimento do jornalismo moderno: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística*.

O autor argumenta sobre a objetividade de uma notícia como conformidade. Não mais como uma adaptação da linguagem ao fato, mas por considerar que o fato só faz sentido pela linguagem e na linguagem: uma consequência das infinitas possibilidades de manifestações de um fato, o que o impede de ser esgotado. Então, fica em debate a condição de possibilidade para que um texto esteja em conformidade com o fato e também em que medida “alguns aspectos do fato” podem equivaler ao fato²⁷.

Guerra remete à ideia de “objetivo de cobertura”, o que nos leva a considerar questões sobre método e, noutro ponto, ao que Wilson Gomes fala sobre “interesse”. A precisão quanto ao uso de fontes se torna vital na consideração de uma objetividade em termos pragmáticos. Para Guerra, “a identificação do papel que cada pessoa desempenha e, em consequência, a correta consideração do texto/declaração que ela produz é um dos principais temas para a objetividade da notícia” (p.151). Em seus termos, as fontes podem ser classificadas em envolvidas, interessadas, autorizadas, testemunhais e qualificadas, de acordo com seus objetivos com o relato jornalístico. Como as fontes participam diretamente do fato, exigem cautela do jornalista. Dessa forma, nem sempre há uma distinção entre crença e justificação, para usar um vocabulário próprio da epistemologia ou, segundo Guerra, elucidar “o que pensam que é e o que deveria ser e os fatos nos quais se percebem envolvidas” (p. 154).

As fontes testemunhais e especializadas possuem maior

²⁷ Nesse momento, identifica a língua como patrimônio coletivo e recorre aos estudos de Gadamer (1988), Heckmann (1986) e Berger e Luckmann.

credibilidade, teoricamente, porque seu maior interesse está em esclarecer a ocorrência de um fato, enquanto que, em fontes interessadas, envolvidas e autorizadas, a tendência é que evitem a objetividade do relato em favor próprio. Nesse tópico sobre fontes, o autor desenvolve uma argumentação sobre uma das fraquezas epistemológicas do jornalismo a partir de muitos autores: a dependência de fontes, tópico recuperado em outros pesquisadores, como Orlando Tambosi.

3 A OBJETIVIDADE E A COMUNIDADE JORNALÍSTICA

Esse capítulo discute a objetividade em relação à comunidade jornalística internacional. Há três subdivisões para abordar como esse valor se tornou uma das referências dos profissionais de imprensa. Primeiro, o tópico “noções de objetividade” lança mão de pesquisas empíricas e observa a frequência e a intensidade com que determinada noção representa um grupo de jornalistas de um país (3.1).

Em caráter complementar a 3.1, em “mundo latino e mundo anglo-saxão” (3.1.1) comparam-se duas tradições filosóficas e dois modelos históricos de jornalismo, ainda que essa seja uma divisão generalista, ela permite reflexões no que diz respeito à influência de sistemas filosóficos sobre a prática jornalística, por mais distantes que pareçam. Em 3.1.1.1 se comenta como a objetividade no jornalismo brasileiro apareceu como um termo para designar a incorporação do modelo norte-americano de redação noticiosa e que chegou descolado da sua conotação epistemológica original. Adaptou-se a forma de redação e se confundiu a pretensão do jornalismo ser verdadeiro com a aplicação de pirâmide invertida e o equilíbrio de informações.

Depois de tratar de noções de objetividade, inclusive de uma vertente incorporada no Brasil (e no Paraguai), chega-se ao segundo tópico (3.2) dedicado a valores e procedimentos associados à objetividade. Levam-se em conta esses elementos nas dimensões política (3.2.1), deontológica (3.2.1.1), epistemológica (3.2.2) e estética (3.2.3), ao exemplo do apartidarismo, da transparência, da faticidade, do uso de pirâmide invertida. A carta que anuncia o atentado contra o presidente norte-americano Abraham Lincoln é traduzida para ilustrar o uso da estrutura informativa em que se escreve do mais ao menos importante, modelo que o pesquisador David Mindich atribui a paternidade a um Secretário de Guerra.

No último subtópico, lançam-se olhos ao Jornalismo Literário (3.3). O tema se inscreve como pertinente à comunidade profissional internacional porque há quem considere haver uma oposição entre objetividade de esse gênero jornalístico. Nessa dissertação, parte-se dos pressupostos que qualquer ação periodística necessita de uma orientação para verdade e que, por mais recursos estilísticos que existam numa reportagem, ela tem como ponto de partida a informação apurada. Isto é, conta-se a história depois de avaliada a sua mínima exatidão. Dentro do mundo dos jornalistas, a subcomunidade dos repórteres-literários mantém os mesmos compromissos com a verdade (como ponto de partida, percurso e conhecimento proposicional *a posteriori*) e o que os

diferença é o que eles criam e simbolizam com esses fatos.

Como já citado acima, a discussão se dá em torno do tema da objetividade como uma referência internacional entre jornalistas. Parte do conteúdo analisado são estudos empíricos²⁸, depoimentos²⁹, abordagens sociológicas ou historiográficas³⁰. Um dos objetivos do tópico está em destacar a importância da objetividade para a pesquisa e prática do jornalismo, ao se considerar sua identificação com a comunidade profissional.

A objetividade poderia ser aqui tratada em diferentes terminologias, todas caracterizam algum referencial. Reese (1990) e Deuze (2005), conforme os objetivos de seus trabalhos, preferem usar o tratamento “ideologia ocupacional do jornalismo”. Quanto aos jornalistas formarem uma comunidade profissional internacional, autores como Nelson Traquina (2008) chegam a denominar esse conjunto como tribo – inspirado em Michel Maffesoli. Barbie Zelizer (1993) escolhe “comunidade interpretativa”. Traquina a qualificou como transnacional, dentro do contexto de sua pesquisa sobre a cobertura da AIDS em vários países.

Para Mark Deuze³¹, a objetividade é um valor. Ele observa que a rejeição ou crítica da objetividade ajudaram a mantê-la em um lugar central no jornalismo. No entanto, ao atribuir uma condição de impossibilidade à neutralidade, o conceito teria auferido um status problemático no pensamento contemporâneo. Em referência a RYAN (2001), **Deuze argumenta que não é porque ela seja impossível em termos absolutos que isso implica não se esforçar por ela, ou promover a sua redefinição, de modo que ela se tornasse possível.**

Segundo Deuze, para definir ou (re)legitimar a ação dos profissionais da mídia, jornalistas e acadêmicos revisitam esse valor através de conceitos sinônimos como “honestidade”, “distanciamento profissional”, “detachment” ou “imparcialidade”. Como contraponto, há vozes que lamentam que esse tipo de distanciamento resulta de um

²⁸ Donsbach & Klett, 1993; Sponholz, 2008.

²⁹ Friend & Singer, 2007.

³⁰ Schudson, 2001; Chalaby, 1996; Jobim, 1992.

³¹ Professor da Universidade de Indiana, a objetividade integra um quadro de valores ideais-típicos, ao lado do serviço público, da autonomia, da imediaticidade e da ética. Escolha essa baseada nos autores Golding & Elliot (1979), Merritt (1995) e Kovach & Rosenstiel (2001), com o objetivo de operacionalizar e investigar como esses termos se transformaram no contexto dos correntes desenvolvimentos culturais e tecnológicos, num cenário de multiculturalismo e multimídia. Como hipótese, a ideia de que, na própria percepção dos jornalistas, o campo passaria a significar muito mais que sua tendência moderna de dizer às pessoas “aquilo que elas precisam saber”.

jornalismo que torna seus profissionais imunes a qualquer tipo de comentário ou crítica, um modelo incapaz de promover a deliberação democrática.

Acadêmicos vinculados ao pensamento feminista argumentam que a subjetividade não contradiz a objetividade, ambos os valores podem ser considerados como elementos constitutivos da identidade profissional dos jornalistas (conforme discussão de Van Zoonen, 1998). Deuze acredita que a) a retórica de inclusão claramente contrasta com o discurso do distanciamento profissional; e b) uma maior pluralidade cultural e as novas tecnologias midiáticas têm tornado o valor essencial da objetividade mais complexo.

Os objetivos desta dissertação levam a aceitar o desafio de entendimento das noções atribuídas à objetividade em termos transnacionais (que autores como Donsbach & Klett chamam de “estoques universais”), como os modelos dominantes mesmo em diferentes culturas profissionais. O trabalho opta, mais precisamente, por uma linha semelhante a de Stephen Ward por fixar sua argumentação na necessidade do jornalismo procurar caminhos para a verdade, um critério comum a instituições ligadas a grandes contingentes humanos, cujas decisões precisam ser tomadas da forma menos paroquial possível³².

Além de variadas noções país a país, a história identifica mudanças na compreensão da busca pela verdade no jornalismo. **Michael Schudson (1978) aponta que a Primeira Guerra Mundial representa um ponto de virada para a objetividade nos EUA:** a) a experiência da propaganda de guerra e b) a ação dos profissionais de

³² No livro *Ética Jornalística e interesse público*, Francisco Karam re-elabora o conceito de “razão cínica”, ao direcioná-lo ao jornalismo. Essa nota de rodapé procura oferecer um contraponto a quem critica a razão, de modo imediatista, e desconsidera quem há usos cínicos de um suposto discurso de racionalidade. A partir da “razão cínica” se pode pensar como se mantêm aparências de ação pró-interesse público junto de um cotidiano que a desmente. Ao comparar códigos deontológicos com práticas de proprietários signatários desses documentos, ele observa não serem raras as contradições, visíveis desde as ações de um falecido magnata das comunicações, na França, até as de um executivo do Diário Catarinense (gazeta brasileira de circulação estadual). O que resulta num descolamento de discurso da ação prática. Assim, expressões como “responsabilidade social” soam desprovidas de sentido para quem conhece os procedimentos administrativos desses agentes. Em vez de uma reafirmação do interesse público, a recorrência ao termo serve até mesmo na luta por causas particulares. O uso da razão, por conseguinte, a objetividade, conforma-se segundo ações narcisistas. Ou, numa terminologia própria da Ética, cinismo. Ou pelas palavras do autor: “a hegemonia do fazer jornalístico, a durabilidade de um evento em detrimento de outro, contribuem para que palavras como ‘comunidade’, ‘sociedade’, ‘humanidade’, ‘bem-estar social’, ‘responsabilidade social’ sejam meras abstrações sem nenhum compromisso efetivo e moral com a humanidade como gênero universal, com a realidade com sua carga enorme de problemas sociais” (2004, p. 132).

relações públicas trazem à consciência do grande público que, de alguma forma, o mundo apresentado pelo jornalismo é um mundo construído por partes interessadas em direcionar os relatos. Um empiricismo ingênuo não pode se manter como referência diante dessa realidade assimilada, assim, ser objetivo passa a significar a submissão de declarações a regras estabelecidas e legitimadas por uma comunidade profissional – sua autoridade no assunto daria confiabilidade às declarações feitas sobre o mundo. Então, depois, surgem novos gêneros, de “relato subjetivo” (como o colunismo político), e os jornalistas se encorajam a trocar a simples crença nos fatos por um conjunto de regras e de procedimentos criados para um mundo em que mesmo os fatos estão em descrença (vide no tópico sobre jornalismo literário 3.3), onde se comenta o pós-guerra e a surgimento do chamado jornalismo interpretativo).

Por sua formação em sociologia, Schudson interpreta a objetividade como um ideal dominante que legitima o conhecimento e a autoridade de todas as profissões contemporâneas. Analisa o universo do conceito sob dois tipos de mecanismos de controle social: (1) pela existência de uma educação avançada e treinamento, (2) pelo isolamento do público, no exemplo da linguagem técnica ou jargão.

3.1 Noções de objetividade

Neste tópico, a abordagem do termo objetividade não se faz via epistemologia ou ética. Ela diz respeito aos enquadramentos culturais em diferentes países. Em análise, o estudo *Subjective objectivity: How journalists in four countries define a key term of their profession* (Wolfgang Donsbach & Bettina Klett, 1993), em que os autores organizam cinco categorias para avaliar a percepção do termo objetividade a partir de jornalistas dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Alemanha e da Itália.

Entre os pontos da investigação³³, mede-se quão importante

³³ O questionário foi idêntico para todos – exceto em sua tradução para os respectivos idiomas e quanto às referências feitas a organizações particulares, como partidos políticos e meios noticiosos de cada país – em um universo de 600 potenciais entrevistados em cada país, com estratificações em dois níveis (meio de comunicação e divisão nacional-local). Em cada país, 50% da amostra é constituída por jornalistas de jornais impressos e 50% por jornalistas de radiodifusão (na proporção de sete em cada dez para a televisão e o restante para rádio). Metade da amostra de cada país é selecionada para a categoria nacional e outra metade para a categoria local. Publicado em 1993 pela revista *Gazette*, o artigo indica que o estudo estava em desenvolvimento, aguardando conclusão. Esses dados parciais alcançam os números de 338

seria para um jornalista ser tão objetivo quanto possível e, ainda, como cada um avalia a objetividade de suas próprias organizações noticiosas. No levantamento comparativo, primeiro se indicam critérios para um “bom relato noticioso”, pede-se para os jornalistas escolherem as alternativas. Depois, pergunta-se qual deles seria o mais próximo segundo seu entendimento de objetividade. Para a primeira categoria são listadas cinco possíveis qualidades das notícias, cada qual baseada em diferentes filosofias para análise de notícias. A tradução dos termos foi feita para essa pesquisa, expostas nas cinco orientações seguintes:

- a) *Ausência de subjetividade*: um bom relato noticioso não permite que as crenças políticas próprias do jornalista afetem a apresentação do assunto.
- b) *Representação honesta*: um bom relato noticioso expressa honestamente a posição de cada lado de uma disputa política.
- c) *Ceticismo honesto*: um bom relato noticioso requer um questionamento equilibrado da posição de cada lado de uma disputa política.
- d) *Orientação para os fatos duros*: um bom relato noticioso vai além de declarações de lados em conflito, ela se dirige aos fatos duros de uma disputa política.
- e) *Orientação para o juízo de valor*: um bom relato noticioso torna claro qual lado de uma disputa política tem a melhor posição.

A partir da análise dos resultados de pesquisa na Itália, Alemanha, EUA e Reino Unido, os pesquisadores concluem que:

(a) predomina um estoque *universal* de crenças profissionais, parte dele fundamentado numa forte crença na importância da

participantes para a Alemanha, 292 para a Itália, 216 para o Reino Unido e 278 para os Estados Unidos. A interpretação dos dados se concentra principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha e leva em conta as expectativas de Donsbach & Klett, baseadas em análises históricas, na qual esses países representam antípodas para as variáveis colocadas em questão. O questionário foi entregue a jornalistas envolvidos em processos noticiosos diários, que trabalham com notícias de política, governo e assuntos cotidianos (como cobertura de meio ambiente, de trabalho e de negócios). Aqueles não ligados a notícias diárias foram excluídos do levantamento. Como se previram diferenças organizacionais significativas, conforme a cultura profissional específica, o jornalista é definido como quem toma decisões interferindo diretamente no conteúdo das notícias. A categoria, assim, inclui tanto repórteres como editores. Em algumas organizações noticiosas, também são incluídos outras funções, como o proprietário ou o secretário de redação. Prova dessa especificidade está na figura do *Redakteur*, da Alemanha, em que não há uma identificação clara entre repórter e editor (SPONHOLZ, 2004).

objetividade como norma;

(b) não há uma noção unânime da objetividade, ela varia inclusive *dentro* de cada país;

(c) há uma forte conexão entre o significado da objetividade e uma crença na imparcialidade.

Os autores sugerem a prevalência de concepções rumo à objetividade em diferentes países, o que chamam de “culturas profissionais”. A *grosso modo*, uma divisão pode ser feita entre *jornalistas anglo-saxões* e *jornalistas da Europa continental*, em consequência do percurso histórico de cada imprensa e sugere uma relação entre o modelo jornalístico e as correntes filosóficas dominantes no país. Se considerado o artigo de Schudson (2001) e o livro de epistemologia de Christopher Norris (2007), essa observação pode ser reforçada.

Quanto ao estudo empírico de *Subjective objectivity*, dados indicam que (a) quanto mais a noção do jornalismo for ativa e investigativa, menos importância se atribui à objetividade. Como também (b) é maior a avaliação da objetividade quanto mais tradicional é o entendimento do jornalista a respeito do termo – como o de “evitar a subjetividade” e “representação honesta de todos os pontos de vista políticos”.

Em todos os países, a importância da objetividade varia de acordo com o entendimento do termo. Norte-americanos e britânicos tendem a uma noção conservadora, eles enfatizam a função dos meios noticiosos como um comum portador localizado entre grupos de interesse e o público. Enquanto que, para jornalistas da Europa continental, a tônica é investigar as afirmações desses grupos de interesse e captar os fatos “verdadeiros” e “duros” da cena política.

As avaliações parecem assinalar que há uma procura pela verdade ainda que as posições tendam a ser entre jornalistas que se apresentam conservadores ou aqueles mais engajados em gêneros de reportagem de maior envolvimento pessoal. Chama à atenção a definição dos autores para a categoria “orientação para fatos duros”, em que se assinala uma compreensão de que a investigação aprofundada conduz a uma “revelação” da verdade.

Em termos organizacionais, a maioria dos entrevistados nos quatro países acredita que em suas organizações jornalísticas as notícias têm um nível de objetividade considerável. Há uma avaliação mais favorável por parte dos norte-americanos e dos britânicos, enquanto que os jornalistas italianos e alemães são menos inclinados a essa postura. Percepção altamente afetada pela posição política do jornalista em

contraste com a linha editorial do seu meio de comunicação, embora não tenha se constatado uma relação dessas variáveis nos Estados Unidos, o que os autores atribuem ao maior apelo do repórter como um provedor de notícias apartadas de opinião.

Nos países da pesquisa em que as fronteiras entre notícia e comentário não são tão demarcadas – a Alemanha e, em menor grau, na Itália –, a noção dos jornalistas a respeito da objetividade é altamente afetada por sua idade e posição política na escala esquerda/direita. Quanto mais jovem e mais politicamente inclinado à esquerda, maior a probabilidade de o jornalista enfatizar a noção de objetividade em algo como “ir além das declarações” e “cavar” o assunto à procura dos fatos duros (*hard facts*) da disputa política. Nenhum padrão similar se encontra nos entrevistados norte-americanos e britânicos.

Os estudos empíricos ainda demonstram que a forte crença na norma da objetividade nos EUA torna as crenças políticas mais irrelevantes para o sistema de valores profissionais. Uma relativa maioria dos jornalistas norte-americanos entende a objetividade como resultado de uma apresentação honesta do que têm a dizer todos os lados em conflito de uma questão política. Apesar do confronto com gêneros mais investigativos, predomina um papel de um “comum portador” entre grupos de interesse. Em contraste, os europeus (particularmente os jornalistas alemães) acreditam ser objetivos ao questionarem grupos de interesse em busca de uma verdade escondida por detrás das declarações. Nas atitudes rumo à objetividade, um jornalista alemão ou italiano tende a deter influências políticas consideráveis, conforme a sua percepção do desempenho de seu jornal ou emissora em relação à reportagem de notícias.

3.1.1 Mundo latino e mundo anglo-saxão

O crescimento de um jornalismo internacional tende a diminuir modelos jornalísticos nacionais. No século XX, alguns países conseguem afirmar um padrão. Pelo meio do século, Danton JOBIM³⁴

³⁴ Danton Jobim (1906-1978) teve vida política, jornalística e pedagógica. Como político, nos anos 1970, foi senador do Rio de Janeiro pelo MDB. Foi também, por três vezes, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Trabalhou por 23 anos no *Diário Carioca*, foi diretor do *Última Hora*. Como professor, no Brasil, trabalhou para a Faculdade Nacional de Filosofia, na então Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Foi professor-visitante da Universidade do Texas e da Universidade de Paris, como atestam os tópicos compilados em livros. Na Ciespal, foi professor de Didática do Jornalismo. Ficou bastante

(1993), numa tentativa de promover uma compreensão macro de modelos de imprensa, identifica o mundo latino e o anglo-saxão como polos em separado³⁵.

Jobim, ao fazer essa referência, endossa a separação de modelos jornalísticos: “informação exata nunca foi o forte dos jornais parisienses. Os detalhes mais importantes de um acontecimento são freqüentemente narrados segundo a fantasia do jornalista” (p. 136). Para ilustrar esse posicionamento, qualifica o jornalista francês como um tipo dotado de extrema inteligência, cujo esforço se concentra na polêmica, em fazer valer seu ponto de vista sobre o adversário.

O latino tem historicamente uma tendência a ser *partisan*, a ser “*contra* ou a *favor*” (grifo do autor, p. 135)³⁶. Uma disputa eleitoral é exemplar para avaliar características de latinos e anglo-saxões, observa Jobim. Os primeiros não aceitam facilmente a derrota, enquanto que estes, ainda que em disputa mais acirrada, tendem a reconhecer quando o adversário é superior, uma vez estabelecido o resultado final; símbolos de duas dimensões, uma trágica e outra esportiva. Nessa linguagem ensaística, de homem de imprensa e de viagens, Jobim comenta sua percepção sobre a imprensa internacional de que era leitor.

Interessante que, na década de 1950, Jobim associa a objetividade (a) à preparação profissional, (b) à psicologia dos povos, ou ainda, ao nível cultural do público. Segundo seu pensamento, “o tratamento objetivo das notícias não é puramente uma questão de ética jornalística. Está condicionado também ao nível de educação e à psicologia dos povos. Um americano e um turco reagem de modo diferente à mesma notícia” (p. 134). A tendência latina para editorializar

conhecido por ser um dos introdutores do manual de redação na imprensa brasileira. Em sua obra “O Espírito do Jornalismo”, reeditada em 1992 como um dos clássicos nacionais dos estudos em jornalismo, apresenta “A Objetividade nas Notícias”, tópico incluído na segunda parte da compilação, dedicada a temas de jornalismo comparado, textos de conferências feitas na Escola de Jornalismo da Universidade do Texas, em 1953. O convite pedia para o intelectual contemplar a situação da imprensa no mundo pós-guerra, em especial a América Latina, em seminário composto por dezesseis aulas.

³⁵ Estudo internacional conduzido por Jacques Kayser, citado no livro de Danton Jobim, separa as notícias em duas modalidades: uma de padrão europeu, outra de padrão norte-americano. A primeira é a informação que pode ou não ter comentário, enquanto que a segunda comumente é notícia bruta. A pesquisa se baseia em 17 diários de diferentes países e observa o tratamento de certa notícia durante o período de uma semana, no mês de março de 1951. No Brasil, o *Estado de S. Paulo* foi o periódico selecionado.

³⁶ E, no mundo latino, Jobim observa ampla cobertura das fatalidades. Num atropelamento envolvendo vítimas, corre certa intenção de que “alguém tem de pagar por isso”. O caráter latino, para ele, é mais rebelde a regras e convenções e há uma ligação também do ofício da imprensa a uma ideia de arte (p. 82).

o noticiário diz respeito tanto (a) a uma ausência de preparação profissional da maioria dos repórteres como (b) a uma orientação deliberada de direção, como uma concessão a seu público. Apesar de serem generalizações que perdem detalhes devido a sua amplitude, indicam ligações entre padrões de imprensa e influências histórico-filosóficas.

O estudo de Donsbach & Klett (1993) indica uma diferença entre os padrões de jornalismo entre EUA e Alemanha, conforme citado anteriormente. Na leitura de Jobim, constata-se que até a Segunda Guerra Mundial, a principal referência do jornalismo brasileiro era a França³⁷:

Sendo profundas nossas afinidades de espírito com os franceses, procuramos um serviço francês de informações, que visse o mundo segundo as nossas simpatias e nossos interesses, isto é, do ponto de vista de Paris (p. 130).

Depois, intensifica-se a influência do padrão norte-americano (vide LINS DA SILVA, 1991), sobretudo a partir de 1950. Para comentar a recepção da norma da objetividade (típica no jornalismo anglo-saxão, ainda mais no norte-americano) na imprensa brasileira e alemã, durante a década de 1950, há o artigo *As idéias e seus lugares: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha* (2004). A autora, Líriam SPONHOLZ, usa o termo releitura para falar do advento da objetividade nos países pesquisados. No Brasil, o período era marcado pela urbanização e industrialização; na Alemanha, estava em curso o pós-guerra.

No Brasil, a incorporação da norma da objetividade tem um forte apelo para a profissionalização, enquanto que no país de Otto Groth há resistência dos jornalistas, por sua tradição marcada pela parcialidade (sem o propósito de sugerir uma conotação negativa), ou seja, a valorização da independência e de ser fiel às próprias convicções. Há a figura do *Redakteur* (em maiúsculo, como substantivo alemão), representante da ausência de distinção entre repórter e editor. Outro ponto a se observar está no campo da história das ideias, em que no mundo anglo-saxão predominam correntes empíricas, em contrapartida ao idealismo, no mundo germânico. Ao tratar da “correlação entre

³⁷ Uma medida dessa familiaridade está patente no texto de Jobim, onde as citações em inglês são traduzidas e as em francês, mantidas no original.

realidade social e midiática”, ao aludir a objetividade, Sponholz considera que faticidade, imparcialidade, separação entre fatos e opiniões não são “garantias naturais” dessa correlação, pois pode haver outros valores em maior prioridade dentro de uma tradição jornalística³⁸.

3.1.1.1 A objetividade como questão de forma no Brasil

O estudo empírico realizado por Líriam Sponholz, *As objetividades do jornalista brasileiro* (2008)³⁹, procura mensurar a

³⁸ Essa nota de rodapé menciona detalhes do artigo de Sponholz (2004), complementares à discussão entre tradições jornalísticas. Para a autora, no Brasil, destacam-se dois precedentes à “norma da objetividade”: (a) a ligação do jornalismo à literatura, e (b) o uso do texto em pirâmide invertida desde a década de 1930 pelas agências de notícias. Na década de 1950, há um crescente avanço urbano e industrial e também uma fase democrática a partir de 1954 até 1964, favorecendo a circulação de ideias e notícias. Evento simbólico é a reforma promovida no *Diário Carioca*, o primeiro no Brasil a utilizar uma manual de redação e usar sistematicamente o *lead* e a função do *copy-desk*. Na Alemanha, há a figura do *Redakteur*, mais publicista que repórter, ligado à história política. Há censura à imprensa até 1948 e ela estimula a vocação partidária nos periódicos, essa figura profissional se mantém mesmo sob o período democrático (a República de Weimar). Como se repete na tradição filosófica continental, na Alemanha há uma ideologia de que não são possíveis relatos objetivos ou mesmo neutros da realidade, valoriza-se uma *Weltanschauung* (visão de mundo, mundividência). Durante os anos 1950, há o legado da derrota nazista e a ocupação aliada. **Para Sponholz, há certo consenso por parte dos historiadores do jornalismo em reconhecer a influência da norma da objetividade pós-Segunda Guerra.** Por parte das forças aliadas é imposto um período de “reeducação”, à procura de desnazificar o país (*entnazifizieren*) e tentar reconstruir um sistema midiático a partir do zero. Em termos políticos, orientar para a democracia e reforçar o federalismo. Circula um *Handbook for the Control of German Information Services*, com estas recomendações: (a) dar um blecaute de três meses em cada área, sem nenhuma circulação de periódico, (b) criar agências de notícias sob domínio aliado; (c) no momento da imprensa licenciada, proibir a reedição de jornais e revistas com nomes usados durante o totalitarismo. EUA e Reino Unido mantêm administrações diferenciadas. Na formação de jornais, a estratégia dos primeiros é formar conselhos editoriais, enquanto que estes preferem conceder o comando a grupos de opinião, ao modo publicístico alemão. Após a guerra, instituições como a Federação Alemã de Jornalistas (DJV) se posicionam preocupadas com a instalação de uma imprensa sem opinião. Profissionais rejeitam o conceito de objetividade, de separação de notícias e opinião, associam-no a uma desqualificação do papel jornalístico.

³⁹ A metodologia da pesquisa de Sponholz (2008): uma semana de Julho de 2004 foi selecionada de modo a serem escolhidos os jornalistas que publicaram o maior número de notícias e reportagens em páginas dedicadas a política, economia e notícias locais em oito grande jornais brasileiros - *Gazeta do Povo*, *Zero Hora*, *Correio Braziliense*, *O Estado de Minas*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Junto a dados sociodemográficos e de posição política, a autora incluiu questões abertas sobre objetividade (como “o que significa objetividade para você?”, “com quais técnicas ou métodos você tenta alcançar mais objetividade?”). Depois, selecionaram-se declarações opostas que representavam ideias como facticidade, neutralidade. A gravação das entrevistas permitiu uma análise de conteúdo indicando frequência das noções citadas (conforme as categorias estabelecidas, organizadas em quadro), a sua relevância e sua aprovação/rejeição.

recepção do termo objetividade e as noções predominantes no Brasil. As conclusões extraídas da análise das entrevistas indicam que a norma da objetividade está fortemente ligada a fazer um texto compreensível. Para a autora, essa resposta resulta da implantação da norma da objetividade juntamente com a introdução do *lead* e dos manuais de redação. **Logo, fica fora do primeiro plano a sua conotação epistemológica, ou seja, sobre as possibilidades e os modos de conhecer a realidade. Esta discussão é substituída por uma série de técnicas de redação.**

Luiz Amaral, em obra publicada em 1996, já havia sugerido essa tendência. Em comentário sobre a circulação do conceito de “objetividade jornalística”, observa que:

Não foi muito além da *valorização da notícia e de sua construção*. Ficou, sobretudo, na forma. O conteúdo continuou o mesmo, sem a mostra de um esforço maior de isenção, imparcialidade, equidade, como se fazia notar, bem ou mal, a imprensa americana (grifo nosso, p. 75).

Marques de Melo, em 1986, observa que a orientação técnica estigmatiza o conceito, uma vez que grande parcela dos jornalistas associa o “culto da objetividade” ao tolhimento de sua criatividade. Ela não passaria de um mito, um mecanismo de controle empresarial dentro dos meios de comunicação. Fugir dessa formulação significaria exercer o direito de opinião e recuperar, dentro das organizações, questões como a escolha de pautas.

Segundo Sponholz, a objetividade se torna um sinônimo de texto compreensível. Como resultado colateral, porém, há uma visão elitista por parte dos repórteres brasileiros. Ao passo que um texto acessível vende mais jornais, também é “uma ponte sobre o abismo entre os diferentes graus de (in)formação que existem na sociedade brasileira” (p. 07), não se descarta uma noção acerca da responsabilidade social da imprensa.

A autora obtém aprovação parcial de suas hipóteses de pesquisa⁴⁰:

⁴⁰ (a) A neutralidade foi a noção mais citada (16%), no caso, declarações dos entrevistados como “não tomar partido”, “não expor a própria opinião”, “não dizer o que se pensa”. (b) “Texto compreensível” vem em segundo lugar (15%), correspondendo a “apresentação de fatos de maneira interessante, precisa e clara, de forma que seja acessível para qualquer pessoa”. (c) A relação ao plano epistemológico se mostra reduzida, “correlação das notícias com a realidade” representa apenas 3% das afirmações. (d) Apesar da cifra anterior, técnicas de pesquisa ou investigação, em busca da realidade chegaram à cifra de 15%. Um modo de

- (1) uma relativa correspondência na questão “para os jornalistas brasileiros, objetividade é uma questão de texto”;
- (2) a não correspondência com o ponto “jornalistas brasileiros associam objetividade, sobretudo, com faticidade e relevância”; e
- (3) a refutação de que “no Brasil, não se considera objetividade sinônimo de neutralidade”. Ponto mais citado, embora rejeitado.

A autora observa que “quando um entrevistado diz que jornalistas têm a obrigação de serem objetivos, ele está provavelmente querendo dizer que esses profissionais têm que escrever textos simples e com uma linguagem acessível”, pois a noção de “texto compreensível” tem *status* de consenso – os textos devem ser claros, interessantes e coerentes. Uma posição rejeitada, além da neutralidade, é a de *fairness* (“ouvir os dois lados de uma questão”). O principal critério para escolherem uma fonte deve ser a competência, e não o fato de ela representar um lado de uma polêmica. Em desfavor do lado epistemológico da norma da objetividade, o “texto compreensível” não possui ligações com “estabelecer correlação entre a realidade que o jornalista observa e a que ele produz” (p. 7), observa a autora. Há uma luta do jornalismo brasileiro para se estabilizar como comunicação de massa e um dos motivos dessa limitação está no grau de escolaridade da população.

Aníbal Pozzo, ao estudar o jornalismo paraguaio entre 1950 e a década de 1970, investiga a transição de um modelo de independência dos partidos políticos para uma dependência do mercado. Ao vincular história e modelo jornalístico, o autor recorda dois momentos marcantes para o Paraguai, durante o século XX. A guerra do Chaco (1932-1935), contra Bolívia, e a guerra civil em 1947. Uma política conturbada por eventos militares, desde a guerra da Tríplice Aliança (no Brasil chamada de “guerra do Paraguai”) até a instalação do governo ditatorial por Alfredo Stroessner, em 1954. Segundo Pozzo, por todo esse período, até meados dos anos 1950, há uma relação próxima da imprensa com as ideologias, sejam liberais, anarquistas ou marxistas.

concretizar aspirações de apuração das informações – tópicos como “ouvir todos os envolvidos ou atingidos pelo problema”, “questionar” ou “considerar todos os aspectos possíveis de um tema”. E, nessa pesquisa, se ouviu falar no “jornalismo Dona Maria”, ou seja, um padrão de jornalismo possível de ser entendido pela população menos instruída. A autora recorda os textos de Laurindo Leal Filho, que reporta uma visita à redação do Jornal Nacional, da Rede Globo, em que o editor-chefe William Bonner compara aquele seu telespectador médio com Homer (do seriado *Os Simpsons*) ou o Lineu (do seriado *A Grande Família*). Uma de suas especulações é esta: essa percepção não provoca a exclusão ao exigir demais do público em certos temas? Os tópicos mais complicados nem chegariam ao público.

Entre os anos 1950 e 1970, proprietários de periódicos e editores passam a valorizar a ampliação de público e tornar os impressos atraentes para anunciantes. Em consequência, podem investir em novos equipamentos e tecnologias. Ao se reconhecer uma mudança de modelo, “como consequência disto, o papel *político* – muito forte na América Latina nas primeiras décadas do século XX (MARTÍN BARBERO, 1987) – e *educativo* das publicações se reduziu: *a notícia como informação foi sendo substituída pela informação como mercadoria*” (tradução livre, grifo do autor, 2007b, p. 73-74).

A partir de Schudson, que alia a norma da objetividade nos EUA ao surgimento de um mercado democrático, Pozzo mostra um outro contexto em seu país. Necessariamente a falta de episódios semelhantes ao citado pelo sociólogo força editores paraguaios a escreverem textos “mais objetivos” e com menor risco de introduzir opinião. Vê-se a diferença desde um contexto de descoberta do mundo até quanto a lutas sociais, como direitos essenciais e leis antimonopólio, que Schiller associa à objetividade no contexto norte-americano.

Pozzo relaciona a introdução editorial das notícias de forma sistemática a um papel redutor da ação pública do jornalismo paraguaio – o manual de redação serviria como um código interessado em desvincular o texto de qualquer ideia política. Segundo referencial desta dissertação e conclusões parciais, o propósito de discussão política feito por Pozzo, inclusive no sentido de denunciar a ditadura, resvala num reducionismo acerca da objetividade ao conceituá-la como tão somente um mecanismo de transformação do jornal em mercadoria. Observa-se no exemplo desse país sul-americano, somado ao caso brasileiro, como a discussão da objetividade ocorreu descolada do contexto de origem – observador de uma conotação de teoria do conhecimento. Além de técnicas de redação consagradas posteriormente em manuais, em recomendações como realizar a exposição de um texto em ordem decrescente de relevância, tal noção de objetividade anula a busca da verdade epistemológica.

No início da década de 1990, Lins da Silva publica um livro em que faz comparações entre os jornalismo norte-americano e brasileiro. Quando trata sobre o tópico objetividade, observa que no Brasil todos se dizem objetivos. Segundo ele, há uma cobertura ostensivamente partidária, “com títulos de notícias editorializados, clara preferência por uma tendência política ou ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma visão particular de mundo” (p. 101). Por outro lado, nos EUA, a maioria dos jornalistas e dos veículos acreditam na objetividade e tentam praticá-la na medida do possível “com textos

desadjetivados, contidos, com os vários lados de uma questão ouvidos em condições de relativa igualdade” (id.). O autor aponta como maior contraste entre os modelos de imprensa os graus de autoconhecimento e de divulgação da produção da pesquisa na área. Predomina, assim, uma atitude anticientífica nas redações brasileiras, enquanto que nos EUA a cada ano era publicado um número maior de *journals* e revistas de *journalism review* (p. 67-68).

Liberdade de imprensa e objetividade são preceitos tratados como valores fundamentais e inter-relacionados nos EUA, segundo Lins da Silva. Logo, essa abordagem pode ser confrontada com a de Pozzo, por não haver uma conotação da objetividade como um limite para a liberdade, como um controle sobre a circulação de ideias políticas. Embora esta dissertação mostre até abordagens contrárias para com uma visão unânime sobre o conceito, mesmo nos EUA, a leitura do texto de Dan Schiller expõe a ligação entre o padrão de jornalismo de uma imprensa popular e os interesses republicanos de um público emergente na década de 1830.

A queda de um presidente pela imprensa, como no caso Watergate, liga-se mais à maturidade das instituições públicas (p. 100). No Brasil, trabalhos de investigação jornalística caem no vazio por uma omissão dessas outras instâncias. Lins da Silva faz uma atribuição que talvez seja a maior crítica à imprensa, um hábito brasileiro ligado a influências ibéricas e francesa – o de minizar os efeitos da censura em favor de um ideal de bem comum. O suposto modelo se explica pela enorme influência do Estado no Brasil. E, em menor grau, a crítica da objetividade sofre influência de um pensamento radical de esquerda. Se a abordagem de Lins da Silva aponta para falhas de um liberalismo e uma democracia mal desenvolvidos, fica ausente uma relativização quanto ao papel do Estado, uma vez que mais que problemas pelo seu tamanho, as ingerências políticas provém de mazelas como o clientelismo e o patrimonialismo (conforme argumenta Raymundo Faoro, em seu livro *Donos do Poder*).

3.2 Valores e procedimentos associados à objetividade

Dentro do tópico “comunidade profissional internacional” se escolheu por tema desta dissertação “valores e procedimentos associados à objetividade” como subitem, afinal, ao se identificar a objetividade como uma orientação à verdade no jornalismo, convém indicar um *conjunto de abrangências*. O recurso da faticidade, por

exemplo, atende mais a um repertório epistemológico do que o pluralismo, mais identificado a uma dimensão política, relativo a ser verdadeiro, em sentido lato, segundo os espaços de convivência e de projeção de uma esfera pública.

E se a palavra objetividade tem marcada em sua certidão de nascimento o campo da teoria do conhecimento, as noções que obteve mundo e tempo afora ampliaram seu sentido, tornando-a um conceito “guarda-chuva”, ou, para usar outra imagem, detentora de múltiplas ramificações. Esse tópico, portanto, indica-as no contexto político (3.2.1), deontológico (3.2.1.1), epistemológico (3.2.2) e técnico/estético (3.2.3), ao exemplo do equilíbrio, da transparência, da exatidão e do texto conciso. Distante de uma enumeração, identificam-se e se ilustram esses domínios gerais com algum valor ou procedimento, os quais, somente em pesquisas direcionadas caso a caso podem pormenorizar esse quadro complexo. Os trabalhos de estudiosos de valores-notícias podem inspirar metodologicamente quem se arrisque avançar nessa área, pelo modo como eles delimitaram pontos gerais e específicos de um problema de natureza teórica. Fica o desafio aos pesquisadores em Jornalismo.

3.2.1 Valores e procedimentos políticos – apartidarismo e outros

Junto à norma da objetividade se associam valores e procedimentos de característica política. Corroborar tal afirmação Sponholz quando observa que há valores no jornalismo vinculados à sua característica de ágora, de espaço público. Para fins ilustrativos, tal lista pode incluir ao longo da história do jornalismo: apartidarismo, equilíbrio, neutralidade, imparcialidade, transparência e pluralismo.

A defesa de valores democráticos é citada recorrentemente na bibliografia como papel do jornalismo contemporâneo em todo o mundo. Assim, valores de respeito e de não-prejuízo ao outro são critérios proeminentes nas considerações de jornalistas. Assim, mesmo a “subjetividade” seria preferível à “objetividade”, quando a mídia cobrisse fenômenos anti-liberais e anti-democráticos. A mídia tende a não enquadrar com neutralidade moral desejos e concepções equivocadas, como colocar em discriminação certos segmentos da democracia (COHEN-ALMAGOR, 2008).

O jornalismo não fica alheio ao bem-estar social, ao considerarmos uma discussão genérica. Nesse sentido, mesmo ao imputar como verdadeira uma declaração racista feita por uma fonte

(digamos que ela realmente se manifestou daquela forma), não se pode conceber um jornalismo que afronte os direitos humanos. É propaganda, na pior acepção possível da palavra, jamais jornalismo. A noção de equilíbrio presente como um “valor político da objetividade” ilustra esse ponto quando Mindich (1998) se refere a Ida Wells, militante anti-linchamento dos EUA no final do século XIX. Aliás, como equilibrar uma cobertura de um assassinato em massa?

No bojo da objetividade jornalística há os conceitos de imparcialidade e pluralismo, relacionados à condição política do jornalismo. Um mediador da ágora, diz a autora, sem implicações para o conhecimento. Esses pontos são comentados com ambivalência – “sugerem a idéia tanto de que é impossível conhecer a realidade, como a de que é possível se aproximar da verdade” (p. 116). Philip Meyer acredita que os repórteres adotam modelos nos quais possam encaixar seus fatos objetivos, modelos que ajudam o leitor a compreender e apreender um fato e a guiar a interpretação – aquilo que Lippmann chamou de estereótipos. A dificuldade, porém, surge quando, diante de um fato novo ou diferente, procura-se encaixá-lo num modelo inadequado para sua percepção (1989, p.81-102).

Exemplo disso é o ponto cego criado pelos jornais norte-americanos em relação aos negros, até que veio à tona a luta pelos direitos civis na década de 1960. Antes, ele se concentrado em posições exarcebadas de ambos os lados, reforça interpretações distorcidas. Em 1964 e 1968, dois cientistas sociais da Universidade de Michigan, Angus Campbell e Howard Schuman, conduzem entrevistas sobre atitude racial e concluem na direção oposta à da cobertura dos jornais. A realidade midiática não indica a crescente tolerância entre negros e brancos. Posteriormente, esses pesquisadores são contatados pela Kerner Commission (*National Advisory Commission on Civil Disorders*) para um estudo empírico sobre atitudes raciais em 15 cidades importantes nos EUA. A divulgação do relatório, em uma conferência de imprensa, antagoniza a imagem separatista e extremada por parte dos negros, recorrente no jornalismo. O anúncio, no entanto, não leva a uma transformação da cobertura, comenta Meyer, o que retarda uma mudança social desejável. O autor observa que os jornais conseguem fazer o mundo se tornar aquilo que eles dizem que ele é.

Segundo Meyer, quatro regras pragmáticas guiam a necessidade democrática de tratar todas as pessoas ou causas de maneira equânime, ao encontro da imparcialidade, equilíbrio e objetividade (p. 86-89):

- a) A regra da atribuição, que pode levar o repórter a

esquecer a responsabilidade do jornalista de ir atrás das fontes e fazer uma verificação independente de sua validade;

b) A regra obtenha-o-outro-lado-da-história;

c) A regra do espaço igual;

d) A regra do acesso igual.

Quanto a efeitos residuais dessas regras, comenta sobre o ponto (c), a partir da indústria do cigarro. Há uma relativa demora para se publicar matérias, indicadoras dos malefícios do tabaco, por sempre se considerar o “lado” dos industriais interessados, de modo a suavizar as interpretações dos dados levantados por instituições de saúde. Goldstein (2007) faz a mesma crítica a partir de um tópico dos anos 2000 – o aquecimento global. Embora uma ampla maioria de cientistas concordarem sobre o acelerado processo de devastação natural e suas implicações climáticas, depoimentos da parcela minoritária de estudiosos ou mesmo dos grupos economicamente interessados, minimizavam os perigos. Logo, o quadro de alerta global demorou para se configurar.

Meyer sinaliza momentos em que as intenções da objetividade são ameaçadas. A questão da imparcialidade é a de mais difícil defesa: a) quando há interesses próprios do jornal; b) quando a concorrência dá um furo. O autor ainda comenta que estudos consultados indicam uma maior imparcialidade nos grandes jornais que nos regionais, uma vez que havia uma diluição da ação dos grupos de interesse. Segundo Sponholz (2008), em estudo empírico aplicado em jornalistas brasileiros, a neutralidade teria sido o ponto mais associado à objetividade, porém o mais rejeitado.

Politicamente, os meios jornalísticos são cobrados por concentrarem a cobertura em um número limitado de temas. Críticos da objetividade jornalística usam esse fato como exemplar em suas argumentações. Por essa sua função de mediar um espaço público, o jornalismo trabalha com relevância. Lorenzo Gomis (1991) comenta em seu livro que uma teoria completa do jornalismo precisa explicar não só por que certos temas são selecionados, mas por que outros, igualmente importantes, são excluídos do noticiário.

A relevância atribuída a certos temas recebe a ação de diversas variáveis, como a formação dos jornalistas. Kovach e Rosenstiel (2003) propõem a formação de redações com repórteres de diversas origens, representativos da diversidade social. Eles detêm uma outra sensibilidade dos fenômenos sociais, leem de modo mais completo e

representativo os conflitos em questão.

Sponholz (2003) discute com bastante propriedade a confusão feita com objetividade e relevância. A autora enfatiza que “quando o pauteiro escolhe os temas sobre os quais as notícias serão produzidas, o seu critério não é o que é verdadeiro. Isso será checado depois” (p. 114). Expõe o caso do *Initiative Nachrichtenaufklärung*, um grupo alemão formado por professores de comunicação. Para ela, todo ano eles divulgam nos países de língua alemã uma lista de temas de relevância social que não recebem atenção ou são pouco destacados em meios jornalísticos. Para ela, todo conhecimento é perspectivo, logo, a imprensa não pode tratar de todos os assuntos. E o que se pode discutir é “por que estes e não outros assuntos deixaram de receber a atenção da mídia”. No entanto, tratar-se-ia não uma questão de objetividade, mas de relevância.

3.2.1.1 Valores e procedimentos éticos – caso da transparência

Valores e procedimentos políticos podem ser matizados numa dimensão ética ou deontológica se considerada a dimensão pública do jornalismo (vide KARAM, 2004). Entre honestidade, credibilidade, isenção, por exemplo. Dilemas são constantes na prática profissional, como até quando se preserva o direito à privacidade ou sobre ingerências econômicas ao conteúdo editorial.

Para Lins da Silva, no Brasil a discussão ética no jornalismo emperra na dificuldade em aceitar as críticas, o que tem a ver com os anos de ditadura (1991), visto que apontar falhas da imprensa recebe, com frequência, a pecha de ir contra a liberdade. Em contrapartida, há países como os EUA, em que crescem a cada ano o número de periódicos de *media criticism*, de relatórios encomendados por jornais e editores e de *Ombudsmen* instalados em redações.

A importância da ética no campo jornalístico leva alguns autores, como Adriano Duarte Rodrigues, a assinalarem a credibilidade como estratégia referencial mais importante que a objetividade. A começar pela dificuldade em ir atrás dos fatos *in loco* ou por questões como o próprio jornalista solicitar a pessoas estranhas à profissão para dizerem aquilo que ele próprio deseja⁴¹. Quem parte de igual abordagem

⁴¹ Segundo Rodrigues, “é a pretensão objectivante que serve de estratégia para inculcar a credibilidade dos corpos sociais que fazem do discurso a sua profissão, numa sociedade ideologicamente marcada pelos valores positivistas de verdade” (1993, p. 32).

é Stephen Reese (1990), com um estudo de caso sobre a carreira de Kent MacDougall, um jornalista socialista com anos de trabalho no *The Wall Street Journal*. Quando passa a se dedicar à carreira acadêmica, o professor menciona suas preferências políticas e que, durante seu percurso como repórter, escolhia suas fontes de reportagens e de notícias apenas para fundamentar sua visão de mundo. Esses depoimentos causam imenso impacto em toda a comunidade jornalística norte-americana, com reações bastante ríspidas a MacDougall.

Se por um lado, o estudo da ética e o da epistemologia apresentam suas especificidades, ao se tratar do valor da “transparência” parece haver uma aproximação dessas disciplinas, em suas mais diferentes exigências. Afinal, um método rigoroso de apuração uma vez combinado com a sua exposição rende tanto credibilidade quanto informação/conhecimento maiores para o público. A ligação desse valor (ou procedimento, conforme sua expressão) corrobora à premissa ética do jornalismo, assinalada por Josenildo Guerra (1998), em que a objetividade se torna indispensável para a ação jornalística: uma vez que o público acredita encontrar através do jornalismo a realidade social (em última instância, a verdade), a resposta a essa confiança deve ser com credibilidade.

Nessa condição, cabe ao jornalista uma prestação de contas de toda a sua ação, tal qual um representante político ou econômico, por assumir um lugar social privilegiado. Por gozar de uma relativa imunidade como testemunha pública, por deter uma liberdade maior que a de outros agentes sociais, teoricamente, uma ética jornalística deve ser coerente com o valor da transparência. Conforme Marc-François Bernier, “os cidadãos devem julgar com conhecimento de causa a qualidade de trabalho e os comportamentos daqueles que agem em seu lugar e em seu nome” (tradução livre, 2004b, p. 26).

Uma pesquisa concluída em 2006 pelo ICMPA⁴², da Universidade de Maryland, estuda a transparência, a abertura e a

⁴² A metodologia foi aplicada em 25 empresas de mídia dos Estados Unidos, Inglaterra e do Oriente Médio. Cinco itens são observados (Correção de erros, Propriedade, Política de emprego, Política editorial e Interatividade), explicados em perguntas básicas: existe disposição para reconhecer e retificar os erros cometidos? (critério correção de erros); os leitores sabem quem são os donos da empresa de mídia? (critério propriedade); como a empresa trata eventuais conflitos de interesses? (critério política de emprego); os leitores sabem quais são os valores que orientam o trabalho dos jornalistas? (critério política editorial); e os leitores têm canais para expressar seus comentários e críticas? (critério interatividade). Fonte: International Center for Media and the Public Agenda. A pesquisa se chamou “Openness and Accountability: a Study of Transparency in Global Media Outlets”. Divulgada Venício de Lima, no Observatório da Imprensa.

imputabilidade da imprensa global⁴³. As conclusões do estudo sublinharam a falta de transparência desses canais de comunicação⁴⁴. Ao comentar esse estudo, Venício de Lima (2008) cita um ganhador do Pulitzer, Sydney Schanberg: a imprensa só pede transparência para os governos: “os repórteres rejeitam transparência para eles mesmos, e ainda dizem que estão praticando bom jornalismo. O público precisa da explicação completa, que só pode ser dada pelos próprios repórteres”. Lima provoca o leitor com a pergunta como fica a transparência da mídia em democracias menos consolidadas que EUA e Europa, como o caso do Brasil, e reporta uma pesquisa do GfK Indicator. Em março de 2006, mil adultos de nove regiões metropolitanas são entrevistados por telefone⁴⁵. Entre os resultados, uma sinalização para o descrédito da mídia: 44% declaram ter trocado de fonte de informação nos 12 meses anteriores, por perda de confiança; 45% discordam que a cobertura da grande mídia é acurada.

Ricardo Kotscho (2005), durante seu trabalho como assessor de imprensa da Presidência, expõe sua surpresa diante de atitudes de jornalistas em Brasília. Ele observa a extrema competitividade entre

⁴³ Em ordem alfabética: ABC; Al Jazeera (em inglês); CBS; CNN; Fox News; ITN; NBC/MSNBC; Newsweek; NPR (edição da manhã); PRI/BBC/WGBH: "The World"; Sky News; The BBC World Service; The Christian Science Monitor; The Daily Telegraph; The Economist; The Financial Times; The Guardian; The Int'l Herald Tribune; The Los Angeles Times; The Miami Herald; The New York Times; The Wall Street Journal; The Washington Post; Time e USA Today.

⁴⁴ Associação independente, formuladora de análises midiáticas, o Instituto Gutenberg apresentou em 22 de agosto de 2001 uma provocação: Por que a credibilidade da imprensa só é elevada nas pesquisas que ela mesma faz? Havia saído então uma pesquisa do DataFolha colocando a imprensa como segunda colocada entre doze instituições, perdendo apenas para a igreja católica – 15% contra 30%. Para a pesquisa, foram consultados 1605 brasileiros de mais de 16 anos, nas cidades de São Paulo, Rio, Porto Alegre, Brasília e Recife, no período de 18 a 20 de julho de 2001. Indicados como fonte de informação de 55% dos entrevistados, o rádio e a TV receberam apenas 5% e 11% da credibilidade. E outro dado duvidoso para o Instituto é que apenas não seriam leitores de jornais 21% dos entrevistados. Em termos de metodologia, criticaram o diferencial de nível entre “muita credibilidade” e “um pouco de credibilidade”, afetando ainda a isenção da pesquisa – 38% e 43%, respectivamente. Embora 39% respondessem que “publicam mentiras”. “Pode ser coincidência ou questão de método, mas toda vez que um jornal faz pesquisa sobre a imprensa, ele próprio colhe um everéstico índice de credibilidade. Quando a pesquisa é feita por institutos independentes, a credibilidade desce ao chão como as raízes das árvores que fornecem papel aos jornais”, concluiu o Instituto. No conjunto de análise citou-se, em contraste, pesquisas feitas pelo Ibope, Vox Populi e Listening Post. Em novembro de 1997, o primeiro órgão teria deixado a televisão com uma credibilidade em 43%, enquanto que os jornais ficaram em 24%. Em 1993, os bancos ficavam à frente (28% contra 22%) da imprensa. E em 1995, o Listening Post teria chegado ao dado de que mesmo os anúncios estavam à frente - 52% - das reportagens (39%).

⁴⁵ Pesquisa realizada em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

jornalistas do mesmo veículo, a qual desconhecia. Como também não era de seu domínio de que há um cultivo do consenso em pautas e até de abordagens. Logo, se a própria imprensa se mostra opaca para um jornalista com trânsito nos impressos brasileiros de maior tiragem, como ficaria para o público?

Outra crítica do autor de *Do Golpe ao Planalto* é sobre o uso de *off* pelos repórteres políticos de Brasília. Esse recurso terminaria pautando assuntos sem apuração, baseados em interpretações frágeis. E o público acaba sem acesso ao factual dos eventos reportados. Kotscho, um “repórter sempre ciumento de seu próprio lide”, ilustra a entrevista com uma cena diária na capital federal:

às vezes tem um pequeno negócio que o cara ouviu num restaurante, que algum secretário de não sei quem falou para não sei quem. A pessoa, em vez de checar e ver se é aquilo mesmo, para sair na frente, publica assim mesmo (id, p. 08).

Pormenorizar as decisões e práticas feitas pelos jornalistas é “a melhor forma de ajudar os jornalistas a tomarem contato com suas responsabilidades sociais, profissionais e deontológicas” (tradução livre, BERNIER, 2004b, p.25). A legitimidade social do trabalho jornalístico, segundo esse referencial, se dá com essa coerência de representante do interesse público. Por conta do papel da informação na vida social, teorias democráticas posicionam os jornalistas ora como porta-vozes da opinião pública, ora como vigilantes do poder (TRAQUINA, 2004, p. 48). Há intelectuais que defendem a eleição dos jornalistas e mesmo seu pagamento pelo povo. Da mesma opinião, o jornalista Washington Novaes publica, em 1987, o seguinte pensamento:

Talvez num futuro próximo se venha a reconhecer que o jornalismo não é profissão que se exerça em nome próprio, e sim por representação da sociedade, a quem pertence a informação. Talvez nesse futuro a sociedade exija eleger, ela mesma, os seus representantes (jornalistas), em eleição direta, por voto secreto (NOVAES, 1987).

A imprensa se torna um órgão direto da democracia. Segundo Walter Lippmann (1922), por ela a população acompanha os problemas

das instituições, delibera ou crê no encaminhamento de uma solução⁴⁶ - “agindo sobre todos por 30 minutos ou por 24 horas, a imprensa é instada a criar uma força mística chamada Opinião Pública que aponta as folgas das instituições públicas” (tradução livre, Cf. capítulo XXIV, *News, Truth, and a Conclusion*). Uma instituição com atribuições de agir como iniciativa, referendo e chamado popular. Como imagem, a opinião pública⁴⁷ como “força mística”, “corte”. Uma serve e guardiã das instituições, porém jamais uma substituta.

3.2.2 Valores e procedimentos epistemológicos – faticidade e outros

Junto à norma da objetividade, valores epistemológicos procuram superar o solipsismo, o impressionismo e as ilusões. Entre eles: a faticidade, o rigor, a exatidão (acurácia), a transparência. Schiller acentua a ligação da “exposição” com a ascensão de um novo público. Os diretores de jornais da *penny press* (século XIX) são afins ao baconianismo. Muitos autores classificam ser uma época de um “realismo ingênuo”, pela forma com que se acredita que desejar ser objetivo baste para conseguir-lo.

Mindich, ao discutir sobre faticidade, recupera outros momentos da história norte-americana que favorecem significativamente o paradigma da objetividade (1998, p. 97), referem-se a pontos de ordem sanitária, tecnológica, militar, estética e filosófica. **De todos os autores do referencial teórico consultado, é o único que faz referência às epidemias de cólera como um fenômeno cujo impacto na sociedade promove uma aproximação do discurso científico ao jornalismo.** Em momentos iniciais, líderes religiosos chegam a acusar a “população pecadora” como responsável pela incidência da peste. Quando cientistas

⁴⁶ Pelas próprias palavras de Lippmann, “há um grande custo moral ao se encorajar a democracia, ligando-a a suas premissas originais (...) Instituições, tendo falhado em fornecer com instrumentos de conhecimento, se tornam um foco de ‘problemas’ que a população como um todo, lendo a imprensa, está teoricamente preparada para resolvê-los” (tradução livre, capítulo XXIV).

⁴⁷ Recomenda-se a leitura do texto *A teoria de Ferdinand Tönnies sobre opinião pública como uma forma de vontade social*, de autoria de Slavko Splichal, em que se explica os conceitos de Tönnies referentes à opinião pública. Ele distingue três conceitos como aprofundamento: opinião publicada (*öffentliche Meinung*), opinião pública (*eine öffentliche Meinung*) e opinião do público (*die Öffentliche Meinung*). Este último como conceito puro de uma forma de vontade social. O termo opinião pública ganhou solidez com livro homônimo de Walter Lippmann, de 1922, considerado um clássico. Lippmann, convém lembrar, conhecia de perto os bastidores do poder. Ele foi conselheiro do presidente norte-americano Woodrow Wilson, durante a Primeira Guerra Mundial.

encontram tratamento e profilaxia da cólera, aquela forma de manifestação perde credibilidade. A ideia de fato, portanto, sai reforçada sobre as opiniões, quaisquer que elas sejam.

Momentos históricos a partir dos quais David MINDICH situa a incorporação da faticidade como valor formador da norma da objetividade na imprensa norte-americana	
1832 (Julho)	Início da primeira epidemia de cólera em Nova York
1839	Invenção da fotografia por Louis Daguerre
1844 (Maio)	Morse demonstra sua invenção, o telégrafo elétrico
1849	Início da segunda grande epidemia de cólera em Nova York
1855	Whitman publica <i>Leaves of Grass</i>
1852-62	Karl Marx é o correspondente do <i>New York Tribune</i> , de Greeley
1859	Publicação de <i>Origem das espécies</i> , de Charles Darwin
1860	Publicação de <i>First Principles</i> de Spencer
1861-65	Guerra Civil Norte-Americana
1866	Início da terceira e última epidemia de cólera em Nova York
Década de 1870	Início da era norte-americana do “realismo” na arte e na literatura Ampla circulação de antissépticos e uso de anestesia

Lorenzo Gomis considera os fatos jornalísticos segundo uma abordagem em que a interpretação é central, por ser pela linguagem o processo de compreensão e de expressão da realidade. O acontecimento jornalístico alçado da realidade social, como um de seus fragmentos, enfatiza a linha de pensamento de que toda a realidade é inapreensível (1991). Tal mediação promovida pelo jornalismo, de recorte da realidade e expressão, proporciona para todo o conjunto humano um presente social contínuo.

O fato é definido como “uma unidade independente e completa da realidade social, podendo ser elaborada, redigida e comunicada ao público como notícia” (1991, p. 40). Entre a sua seleção e conversão em notícia, o autor sugere o seguinte ciclo de etapas:

1. A realidade pode ser fragmentada em períodos. O único período que se trata de interpretar é o atual, e esse é

precisamente aquele que ainda não foi interpretado pelo meio. Ao unificar um período, o veículo define o presente;

2. A realidade se fragmenta em unidades completas e independentes (fatos), capazes de se interpretar em forma de textos breves e autônomos (notícias);

3. A realidade interpretada deve poder ser interpretada de forma satisfatória em tempos distintos e variáveis por um público heterogêneo;

4. A realidade interpretada deve se encaixar em um espaço e tempo dados (a superfície redacional do periódico que deixa livre a publicidade, o tempo destinado na programação ao noticiário radiado ou televisado);

5. A realidade deve chegar ao público de um modo completo através de uma gama de filtros e formas convencionais (gêneros jornalísticos). As duas formas extremas, básicas e complementares dessa gama de interpretações são a informação pura (notícia) e o comentário (principalmente o editorial). A essa gama corresponde uma diversidade de tons e usos da linguagem (GOMIS, 1991, p. 38-39).

Em (1), Gomis condiciona o presente do jornalismo ao estabelecimento de um período. Em (2), ele relaciona a interpretação da realidade social ao seu recorte em fatos e a sua expressão em notícias. Em (3), trata da capacidade expressiva do texto. Ainda que este promova um presente social, internaliza um passado e projeta relações para o futuro. Em (4), observa o constrangimento do tempo e do espaço para os jornalistas, que precisam adaptar seus conteúdos e formas para circularem em prazos e dimensões definidas (Cf: Tuchman, Traquina). Em (5), Gomis recupera a ação combinada de gêneros jornalísticos próprios para que a interpretação da realidade social consiga realmente ser o elo de uma cadeia comunicativa.

3.2.3 Valores e procedimentos técnicos/estéticos – caso da pirâmide invertida

Para facilitar o alcance de uma comunicação menos hermética, aberta a um maior público, agregam-se à norma da objetividade procedimentos e valores que chegam a se confundir com ela. Há nessa ordem formal: clareza, concisão, lead, pirâmide invertida. Os manuais

de redação representam esse direcionamento técnico da argumentação jornalística.

Para David Mindich (1998), a pirâmide invertida antecede os telégrafos e as agências de notícias. Ele acredita que embora a guerra civil norte-americana seja contemplada pelos estudiosos do jornalismo como importante na mudança dos padrões de cobertura e redação, ela deve ser mais valorizada, principalmente, por reconhecer o Secretário de Guerra de Abraham Lincoln, Edwin Stanton, como precursor do modelo da pirâmide invertida. O anúncio do assassinato do presidente é um desses exemplos. Stanton era censor e, nas suas relações políticas, era tido como um homem de segredos, caprichoso em manter influência por ser bem-informado. Sua opção pela estrutura de notícia baseada na ordem de importância dos fatos resulta de sua política restritiva, enquanto que a disposição dos eventos em ordem cronológica ou narrativa era padrão dominante nos jornais, dificulta a manipulação do noticiário, segundo Mindich.

Quanto à diferença estilística, há um bom exemplo no jovem repórter do *New York Tribune*, Henry Wing, no ano de 1864, ao tratar de uma conquista em favor do lado Norte. Primeiro, ele dedica quatro parágrafos para contar eventos ocorridos na quarta-feira, outros seis para quinta-feira e apenas no décimo-terceiro parágrafo, de uma matéria de quinze, ele vai ao ponto decisivo da sexta-feira: houve uma “grande vitória”. Stanton, por sua vez, despacha uma mensagem mais enxuta, factual e informativa, mais ao modelo da pirâmide invertida. Depois de ordenar os acontecimentos, não assinala o momento como uma “grande vitória” e aguarda a coleta de depoimentos oficiais junto ao Exército (p. 83).

Abaixo, uma tradução livre da carta que Stanton encaminha aos jornais, na qual ele conta da agonia de Lincoln, mais uma das suas notícias que se publica na íntegra por jornais de diversas regiões.

CARTA EM QUE SE ANUNCIA ATENTADO CONTRA LINCOLN Tradução livre (MINDICH, 1998).

Departamento de Guerra,
Washington, 15 de abril - 1h30 da manhã

Major General Dix, Nova York,
Esta noite por volta das 9h30 min, no Ford's
Theatre, o presidente, enquanto estava sentado em seu

camarote privado com Sra. Lincoln, Sra. Harris e Major Rathburn, foi alvejado por um assassino, que subitamente entrou no camarote e se aproximou por detrás do presidente.

O assassino então saltou para o palco, brandindo uma grande adaga ou faca, e fez sua fuga pelos fundos do teatro.

A bala do revólver entrou por trás da cabeça do Presidente e a penetrou, quase que atravessa sua cabeça. O ferimento é mortal.

O Presidente está inconsciente desde que foi atingido e está agora morre.

Na mesma hora um assassino, não importa se é o mesmo ou não, entrou no apartamento de Sr. Seward, e sob o pretexto de ter uma prescrição foi levado ao consultório do Secretário. O assassino imediatamente se atirou sobre ele e atingiu duas ou três punhaladas na garganta e duas no rosto.

Espera-se que os ferimentos não tenham sido mortais. Minha apreensão está em que eles sejam fatais.

A enfermeira alertou o Sr. Frederick Seward, que estava em uma sala adjacente, e ele correu para a porta do quarto de seu pai, quando ele encontrou o assassino, que o atingiu com um ou mais ferimentos graves. A recuperação de Frederick Seward está sob dúvida.

Não é provável que o Presidente viva até o passar da noite.

Foi anunciado que o General Grant e sua esposa estariam no teatro esta noite, mas ele foi para Burlington às seis horas esta noite.

No encontro do Gabinete, em que General Grant estava presente, foi discutido o estado do país. O Presidente estava animado e esperançoso, e falou muito gentilmente ao General Lee e outros da confederação e do estabelecimento de um governo na Virgínia.

Todos os membros do Gabinete, exceto Sr. Seward, estão agora junto ao Presidente.

Eu vi o Sr. Seward, mas ele e Frederick estão inconscientes.

Edwin M. Stanton
Secretário de Guerra

3.3 Jornalismo Literário e objetividade

Norman Sims acentua o caráter de compromisso pessoal no JL (Jornalismo Literário), em compasso com a correção das informações. A perenidade e a profundidade da reportagem oferecem aos jornalistas-literários os materiais brutos que eles precisam, mas não são suficientes, pois os detalhes precisam estar corretos. Segundo Mark Kramer, esse modelo de jornalismo exige um alto grau de acurácia, e um escritor da realidade que cometa imprecisões, relata dados que não correspondem ao mundo realista, perde os seus mais expressivos leitores (In SIMS, 1995, p. 21-35).

Sims, a partir do depoimento de quatro jornalistas literários, assinala que três deles (Singer, Quammen e McPhee) enfatizam que as ideias no JL crescem a partir dos fatos. Logo, se o jornalismo literário procura trazer outras (ou mais) respostas para um fato social, continua uma investigação que tem na informação seu ponto de partida. O que permite que se estabeleça uma compreensão profunda de um fato e rume, inclusive, à sua dimensão simbólica. Sims (1984) pesquisa o JL a partir de duas gerações de jornalistas literários. Uma delas encontra sua “voz” na época do Novo Jornalismo, entre a metade dos anos 1960 e a metade dos anos 1970 (nomes como Tom Wolfe, Joan Didion, Richard Rhodes e John McPhee). A geração subsequente – influenciada pela primeira – integra-se por nomes como Richard West, Mark Kramer, Sara Davidson, Tracy Kidder e Mark Singer. O método de pesquisa se baseia em entrevistas em profundidade com esses autores e procura definir quais são as fronteiras do JL, identificar quais conceitos e técnicas são elementares nessa forma de jornalismo, quais as limitações dessas investigações.

Sims organiza os seguintes pontos, classificados por ele como pilares do jornalismo literário: (a) Imersão, (b) Humanização, (c) Responsabilidade, (d) Exatidão, (e) Criatividade, (f) Estilo e (g) Simbolismo. A literalidade do JL advém de técnicas aplicadas historicamente em obras de ficção, como a descrição minuciosa, as digressões, os diálogos, os fluxos de consciência, o monólogo interior, as metáforas, e a construção cena a cena e o metatexto – tal qual um *making of* em obras de cinema (LIMA, 1995; VILAS BOAS, 2002). *Criatividade* e *estilo* acabam se impõem ao texto, quando essas características se somassem ao aprofundamento da relação humana estabelecido pela *Imersão* do repórter no contexto da sua fonte. O *simbolismo* tem relação com a capacidade de um assunto se ligar a significados subjacentes.

Exatidão e responsabilidade esclarecem, de imediato, a característica de ser este um jornalismo calcado na realidade exterior, dentro dos limites possíveis do autor em captá-la e interpretá-la. Mark KRAMER reforça o ponto da exatidão em um de seus itens, ao listar regras “passíveis de quebra” do JL⁴⁸:

- 1) Jornalistas literários fazem uma imersão no mundo de seus assuntos e fazem pesquisa de contexto;
- 2) Jornalistas literários trabalham com convenções de exatidão e franqueza com seus leitores e fontes;**
- 3) Jornalistas literários, na maioria das vezes, escrevem sobre eventos de rotina;
- 4) Jornalistas literários escrevem com “voz íntima”, de modo informal, franco, humano e irônico;
- 5) O estilo conta muito e tende a ser simples e livre;
- 6) Jornalistas literários escrevem de uma instância móvel, a partir da qual eles contam histórias e também se dirigem diretamente a seus leitores;
- 7) Estrutura conta, misturam-se narrativas principais com contos e digressões para ampliar e reenquadrar eventos;
- 8 – Jornalistas literários desenvolvem sentidos a partir de reações sequenciais sobre os leitores (1995, grifo nosso, p. 21-35).

Quanto à história social dos jornais americanos, Michael Schudson destaca o jornalismo literário na sua vertente mais conhecida, o Novo Jornalismo. Como seu capítulo final traz como tema objetividade, notícias e cultura crítica, o JL e o Jornalismo Investigativo são apresentados num contexto de crítica ao “jornalismo convencional”, na década de 1960 (1978:160-195). Esse JL está no contexto da contracultura, em que o jornalismo “mainstream” é alvo de críticas, a começar pela cobertura da guerra no Vietnã. Para Nat Hentoff, o JL é uma possibilidade de “quebrar o vidro entre o leitor e o mundo em que ele vive”.

Quando Schudson se refere ao jornalismo dos anos 1930, trata da ascensão do “jornalismo interpretativo”. A Primeira Guerra Mundial se mostra um evento complexo demais para ser entendido por notícias. O autor seleciona dois livros daquela época como exemplares do

⁴⁸ No Brasil, no dia 23 de Outubro de 2007, evento em São Paulo reuniu os jornalistas Anne Hull e Mark Kramer, no painel “Autores em ação: o trabalho de campo”. Discussões semelhantes às levantadas nesse subcapítulo foram realizadas (Seminário Brasileiro de Jornalismo Literário).

movimento em favor do jornalismo interpretativo: *Interpretative Reporting* (Curtis MacDougall, 1938) e *The Changing American Newspaper* (Herbert Brucker, 1937). Para MacDougall, o jornalismo norte-americano está despreparado para a Primeira Guerra Mundial, os serviços a cabo e os jornais se reportam apenas o que acontece, falta uma interpretação sobre *por que* aquilo acontece. Segundo ele, a imprensa falhara novamente em 1929, durante a grande recessão naquele país. Para Brucker, a crescente complexidade do mundo leva o público dos jornais a pedir por maior contextualização e maior interpretação nos conteúdos jornalísticos (id., p. 145-147).

4 OBJETIVIDADE E TEORIA DO CONHECIMENTO

Objetividade deriva de objeto, da clássica dicotomia sujeito versus objeto. Tratar do objeto significa tratar daquilo que é exterior ao sujeito. Nascido em bases ingênuas (basta querer conhecer para obter um conhecimento), essa percepção se torna complexa ao longo dos anos para então transforma a “objetividade jornalística” num conceito referencial que reúne valores e procedimentos orientados à busca da verdade no jornalismo.

Para diminuir a confusão relativa a esse conceito, primeiro é preciso duas considerações. A objetividade (a *objetividade jornalística*), em sentido genérico, diz respeito a todos os procedimentos e valores orientados à verdade, sejam políticos, éticos, epistemológicos e estético. Em sentido estrito, a *objetividade do jornalismo* discute a epistemologia do jornalismo, ou seja, como ele produz conhecimento e quais as características e métodos desse saber.

O trabalho parte do pressuposto que o conceito objetividade jornalística está atrelado ao de verdade. O público do jornalismo procura por informações verdadeiras a partir das quais orienta suas decisões no mundo. Confiança a qual atribui um status de realidade porque construída sob os argumentos organizados pelos meios de comunicação, como compromisso ético e técnica profissional.

Ou seja, o público quer encontrar relatos orientados à verdade, assim, os fatos ou as interpretações acerca deles devem ser reportados segundo os melhores critérios disponíveis, de modo a ficar o mais próximo possível a um enunciado *circunstancialmente* universal. Ou, para ser mais prático e menos ansioso à perenidade dos textos periódicos, obter uma informação o melhor apurada possível.

A contribuição deste trabalho, além da reunião e interpretação de autores, está em apresentar uma proposta de análise da objetividade em três momentos:

1) Como ponto de partida da investigação jornalística:

O impulso do jornalista à verdade

(seus princípios e motivações)

Num âmbito prático: quando se escolhe a pauta e se orientam abordagens.

2) Como percurso da investigação jornalística:

Os critérios do jornalista para cercar a verdade (métodos).

Num âmbito prático: a apuração e teste das informações para publicação.

3) Como validação *a posteriori* dos resultados da investigação jornalística

A validação do enunciado jornalístico, conforme a melhor base cognitiva disponível naquele momento histórico (justificação do conhecimento).

Num âmbito prático: quando se prova que determinada informação trazida a público por um jornalista adquire o status de conhecimento proposicional.

Nesses três momentos de análise da objetividade, percebe-se que os dois primeiros se vinculam ao caráter genérico do conceito e, por consequência, a um conceito genérico de verdade. Discussão que interessa amplamente às áreas de estudo do Jornalismo, a começar pela Ética, remete à dimensão prática, imediata desse campo profissional e intelectual.

Quanto ao terceiro momento de análise, ele é mais estrito, assim como o conceito de verdade ao qual implica. Aqui, a objetividade existe como uma possibilidade a ser avaliada *a posteriori*, quando se tenham condições de se saber se determinada crença é realmente verdadeira e passível de justificação. Ou seja, essa terceira etapa interessa, em especial, a área da teoria do conhecimento. E distinções entre informação e conhecimento precisam estar bem claras para evitar confusões (recomenda-se leituras de artigos de Tambosi, vide bibliografia).

Espera-se que, em outra oportunidade, os pontos inicialmente apontados nessa pesquisa sejam detalhados. Pelas circunstâncias, não foram amplamente detalhados visto que se houve aqui um grande esforço em divulgar e comentar trabalhos de autores dedicados ao tema em questão. A parte autoral se encontra diluída entre as escolhas do referencial teórico e em comparações e contrastes aos quais o leitor atento será despertado.

Abaixo, explica-se a escolha do referencial realista para este estudo em epistemologia do jornalismo. Entre as questões de fundo, distinções de concepções como dogmatismo, relativismo, realismo, racionalismo e ceticismo. O uso de hipóteses em expedientes de jornalismo investigativo ilustra a possibilidade de o jornalismo ser método de obtenção de conhecimento proposicional, universal.

4.1 Realismo e agenda cética

Se por um lado o realismo parte do pressuposto de que há uma realidade independente do observador, exterior a ele, e que é possível acessá-la sob a forma de conhecimento, por outro lado, um extremo relativismo marca a posição cética, em que a realidade é opaca, ininteligível e tudo o que sabemos pode ser um perfeito engano. Para o cético mais radical, “não apenas não temos provas suficientes, mas, estritamente falando, não temos prova alguma” (SEARLE, 2000, p. 34).

A teoria do conhecimento desde sua fundação enfrenta as questões do ceticismo, posição que coloca em xeque a capacidade humana de conhecer a realidade. Christopher Norris afirma que

todo o debate epistemológico pode ser visto como um conjunto de posições assumidas em relação à questão básica disputada entre realismo e ceticismo concernente à existência de um mundo exterior (objetivo ou independente da mente) (2007, p. 205)

e que *não* é apenas uma construção elaborada a partir de nossos múltiplos dados dos sentidos, formas de vidas culturais e assim por diante.

O autor tem preferências realistas, por julgá-las mais adequadas à solução de problemas na ordem da teoria do conhecimento. Ele interpreta episódios históricos de mudança de teorias como uma explicação generalizada entre verdade, conhecimento e crença e não desabona a ação de sociólogos do conhecimento e a de historiadores culturais da ciência; pelo contrário, considera pertinente a todo cientista estudar esses trabalhos pelo inventário que fazem desde o modo de vida no laboratório até as ideologias que influenciaram o trabalho e pensamento de cientistas. A rejeição dele está diante da adesão ao “programa forte” do construcionismo, segundo o qual o “conhecimento científico *nada mais* é do que um produto desses mesmos interesses motivadores” (p. 214).

O relativismo é uma das tendências de consideração da realidade no mundo contemporâneo, junto com o racionalismo (com o qual está sempre em choque) e o fundamentalismo religioso, para Ernest Gellner (1992). A segunda concepção está representada no racionalismo iluminista ou mesmo num fundamentalismo racionalista, enquanto que a primeira orientação se exemplifica no pós-modernismo. Essa tendência, herdeira filosófica da Escola de Frankfurt, é uma adversária filosófica

do “culto da objetividade” a ponto de rejeitar “não a objetividade *superficial*, mas a objetividade enquanto tal”. Gellner chama também a atenção pelo fato de ela estar em voga em publicações de ciências sociais aplicadas. Para Norris, as correntes relativistas se disseminam em ideias pós-estruturalistas acerca da linguagem e da representação, no relativismo kuhniano que envolve paradigmas científicos, nas ‘genealogias’ do poder/conhecimento de Foucault e, retomando, na posição cética pós-moderna em relação a conceitos ‘iluministas’, “supostamente fora de moda, tais como verdade, progresso e crítica” (p. 216-217). Segundo o primeiro autor, o relativismo implica em niilismo, pois o excessivo culturalismo pressupõe que nenhum padrão é capaz de realizar avaliações cognitivas livres do condicionamento cultural e que qualquer racionalização jamais consegue realizar enquadramentos transcendentais, universais.

Interessante anotar aqui o pensamento de Nicholas Rescher (1997) e John Searle (1995) sobre racionalismo e realismo. Para Rescher, a racionalidade tem por definição a universalidade e há a condicionalidade de ser “universal *circunstancialmente*” (p. 3-25). Searle aponta que mesmo as ocorrências do cotidiano, originárias não da natureza, mas da cultura, podem ser também entendidas como fatos institucionais. Para tanto, estão também numa trama de contexto para sua formatação. Em normas constitutivas, um fato institucional provém da fórmula “X consiste em Y na condição C” (p. 79-112).

Antes de considerar o conjunto de posições céticas em relação ao jornalismo, aqui denominada *agenda cética*, dispõe-se sobre argumentos céticos consagrados ao longo da história da teoria do conhecimento:

a) *o argumento do erro* - nega o conhecimento realista pelo fato de que crenças anteriormente tidas como verdadeiras são desacreditadas ao longo da história por novas pesquisas (Norris)

b) *cérebro em uma cuba* - Vassalo (2003, p. 11) é como se o nosso cérebro estivesse imerso em uma vasilha com uma solução nutritiva e de lá recebesse impulsos de um computador de um extraterrestre, ou de um neurocientista. Logo, todas as nossas percepções não passam de estímulos dessa origem.

c) *hipótese do sonho* (*id. p. 90*) - por não se poder julgar exatamente que aquilo que vivemos é um sonho ou não, podemos duvidar de nossa capacidade de juízo para o conhecimento. A pergunta é: como realmente saber se estamos acordados ou dormindo? (*id. 2003, p. 90*)

c) um *demônio maligno* ele sempre nos distrai e engana as

nossas percepções.

Ao tratar da questão cética, Norris discorre sobre argumentos em confronto com um argumentador realista. Diálogos bem possíveis de ocorrer entre tal pesquisador e um cético quando o assunto fosse realidade e conhecimento:

C: insiste na ideia de que o realismo não é nada mais do que certo hábito de pensamento profundamente arraigado que não fornece absolutamente nenhuma garantia do seu próprio *status* verídico.

R: responde ao caráter evidente do progresso nos diversos campos comprovados e testados do conhecimento científico experimental e ordinariamente aplicado. Muito embora esses conhecimentos não estejam imunes a qualquer possibilidade de revisão ou rejeição futura.

C: invoca o “argumento do erro”, por ser seguro apostar que a maior parte do “conhecimento” que atualmente aceitamos como tal virá a ser igualmente falso, parcial ou baseado em evidência inadequada. Ele então provocará: “por que depositaríamos qualquer confiança em métodos e suposições que têm sofrido tal série de fracassos e reveses através da sua história até os nossos dias?”.

R: diz que o cético ao fazer tal contra-argumentação usa de premissa implicitamente realista, segundo a qual nós temos agora uma razão científica adequada para julgar falsas aquelas antigas teorias.

Assim como o “argumento do erro” encobre uma premissa realista, a acusação de manipulação ou tendenciosidade são indicativos de objetividade, argumentação feita por Judith Lichtenberg (apud AMARAL, 1996, p. 61-62). Classificar um informe como inclinado a uma posição qualquer, reclamar dessa postura, sugere a possibilidade de evitar quaisquer preferências e orientações, enfim, ser objetivo. Ela argumenta que:

a) uma queixa sincera de que uma matéria não ser objetiva só tem sentido com a admissão anterior de que a objetividade é possível. E questiona: por que se queixar do inevitável?;

b) a insistência de que o jornalismo não pode ser objetivo torna supérfluo o ponto de vista de que a objetividade seja indesejável. E

questiona: por que perder tempo em denunciar o inevitável?;

c) a afirmação de que a objetividade não seria desejável torna sem sentido a queixa de que o jornalismo não seja objetivo. E questiona: qual é a queixa?

Embora a defesa do realismo sugira um estereótipo que interessa apenas a cientistas deslocados das lutas democráticas, Norris alinha indiretamente uma complementaridade entre racionalidade e vida social. A epistemologia de base realista renova debates sobre a ética e promoção do conhecimento. A verdade ausente do referencial realista dificulta explicações de que a existência humana possa ser “modificada para melhor através de certas formas responsáveis, eticamente interessadas e - principalmente - realmente viáveis, de conhecimento científico aplicado” (p. 209). Uma ciência mais cuidadosa e ligada a projeções de bem humano, permite clareza do seu poder de realização e ser compreensiva em questões éticas e sociopolíticas. Ao se retomar Gellner, parece que o próprio conflito entre realismo e relativismo, ou a destituição completa da racionalidade, abre espaço para manifestações como o fundamentalismo religioso.

Em vez de uma ciência que “encontra refúgio em um reino fantasioso de livre descrição criativa”, promotora de uma agenda ideológica anticiência: “aliança estratégica entre os fundamentalistas cristãos, criacionistas, ‘pró-vida’(antiaborto) e outras frentes conservadoras similares que podem prontamente explorar a linha descritivista ‘forte’ em favor dos seus próprios propósitos de persuasão”. Consequências anti-liberais se constataam em pontos como ética médica e pesquisa genética, pois “a adesão doutrinal está apta a ignorar os interesses do debate democrático ponderado e cientificamente informado” (p. 211).

Por serem frequentes e variados os ataques ao conceito de objetividade, a jornalista Stéphanie Martin organiza oito tipos de (Texto *Verdade e objetividade jornalística: é mesmo contestação?*, 2004). Segundo Martin, a rejeição da objetividade no jornalismo passa pela rejeição da verdade. Ela propõe uma definição operacional de objetividade, inclusive em condições de ser medida. Como referência, ela toma os estudos de John Searle, em suas diferenciações entre senso epistêmico e senso ontológico quanto às noções de objetividade e subjetividade. Os ataques mais constantes à objetividade são de ordem ideológica, econômica, técnica, formal, profissional, organizacional, individual e os antirealistas. Apresenta-se abaixo síntese e detalhe da pesquisa de Martin, ao modo de uma tradução parcial desse trabalho:

a) Ataques de ordem ideológica - muitos autores sustentam que os meios de comunicação são influenciados pelas ideologias dos seus atores. Os meios seriam um modo de impor e manter uma ideologia dominante. Quatro gêneros desses ataques: 1) os meios como instrumentos de poder para manter as ideologias dominantes; 2) a teoria da manipulação ideológica; c) a denúncia da influência nefasta que padrões de empresas de jornalismo impõem sua visão de mundo; 4) que os próprios jornalistas podem influenciar e colocar em risco a objetividade.

b) Argumentos de ordem econômica - críticos afirmam que as reportagens e artigos jornalísticos não podem ser objetivos em razão da submissão das empresas de jornalismo às incontornáveis leis de mercado. Presente em autores como Mario Grenier (*Quand toute vérité n'est pas bonne à dire...: information et publicité*, 1997).

c) Ataques de ordem técnica - críticas de ordem técnica sustentam a influência da tecnologia sobre a objetividade das reportagens, especialmente as televisadas. E que, independentemente da vontade de trabalho dos jornalistas, a própria técnica tornaria tendenciosa a mensagem que vai a público. Ignacio Ramonet (*L'ère du soupçon*, 1991), por exemplo, comenta como a imagem tende a colocar em segundo plano a informação jornalística.

d) Ataques de ordem formal - afirmam que os meios não são objetivos em razão da sua tendência de apresentarem uma informação “divertida” em detrimento de uma informação “séria”. A tendência ao espetáculo, a preferência por informações sensacionalistas e a mania recorrente de valorizar a emoção. Críticas como as presentes em Feder (*Good News, Bad News: The Trouble with Network News*, 1997), Neil Postman (*Se distraire à en mourir*, 1986) e Ramonet (id.).

e) Ataques de ordem profissional - jornalistas seriam pouco objetivos em função da sua posição social e profissional. O jornalista está condenado a ser uma correia de transmissão de mensagens de fontes interessadas. Argumentos encontrados em Gieber & Johnson (*The City Hall Beast: A Study of Reporter and Source Roles*, 1961), Leon Sigal (*Reporters and Officials*, 1973) e Ludovic Hirtzmann (*Boire aux mêmes sources*, 1997).

f) Ataques de ordem organizacional - em uma redação, uma série de procedimentos e exigências são “impostas” aos jornalistas para que seus artigos ou reportagens correspondam a certos padrões da profissão. Um dos argumentos mais presentes aqui é o “argumento da seleção”, que nos remete a Gauthier, quando procura traçar os limites de alcance da objetividade jornalística. Esse argumento teria três

apresentações tradicionais. Na primeira, a rejeição vem da incapacidade de o jornalista dar conta da totalidade da realidade. A segunda resulta de uma perspectiva ou ângulo que pode variar de um jornalista a outro para o mesmo acontecimento. A terceira forma se origina da característica imperfeita de toda linguagem.

g) Ataques de ordem individual - provêm do destaque às predisposições pessoais do jornalista. As reportagens e artigos seriam consequência dos seres humanos e de seus valores, de suas tendências e preferências pessoais, que influenciam a sua interpretação e a transmissão dessas informações. Presente no trabalho de Bozell & Baker (*And That's the Way it Isn't: a Reference Guide to Media Bias*, 1990).

h) Ataques antirealistas - essa modalidade de ataque recebe a classificação de “mais radical” por parte da autora. Posição que se inscreve na versão de um construtivismo radical, afirma que, numa primeira abordagem, é impossível um conhecimento objetivo da realidade porque mesmo ela não existe por si só. Assim comentam Michael Novak (*The Experience of Nothingness*, 1970) e Grégory Derville (*Le journaliste et ses contraintes*, 1999), eles afirmam que não existem “fatos ‘lá fora’” nem um “mundo real”. Outra abordagem desse ataque provém de uma posição cética de que a realidade talvez exista, mas o jornalista não possui a capacidade de acessá-la. Pode haver uma terceira forma dessa exposição, a partir da construção efetuada pela atividade jornalística ou em diversos aspectos da prática ao dar a impressão de que os fatos narrados fazem parte de uma realidade que lhes é anterior. Nesse ponto, há como referência Gaye Tuchman (*Making News: A Study in the Construction of Reality*, 1978, *Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected*, 1973), Molotch & Lester (*Accidental News: The Great Oil Spill as Local Occurrence and National Event*, 1975) e Fishman (*Manufacturing the News*, 1980).

No contexto da construção social da realidade, há autores que criticam a possibilidade de se acessar uma realidade independente pelos mecanismos da linguagem, nem sequer se aceita a possibilidade de alcance de uma verdade aproximativa. Tuchman afirma que é “impossível um indivíduo identificar seu conhecimento como verdade objetiva, não ideológica” e que, por uma questão profissional ou de classe, os jornalistas “identificam os métodos que utilizam para recolher e avaliar notícias como garantia de objetividade” (1983, p. 192-193). Para a antropóloga, após a Primeira Guerra Mundial os meios de comunicação norte-americanos passaram a agir como “árbitros da realidade social”.

Ao se desenvolver uma reflexão sobre os ataques à

objetividade, após se apresentar o trabalho de Martin, importa lembrar uma das críticas principais ao conceito, ao taxá-lo de positivista, num contexto em que essa palavra da escola filosófica de Comte leva ao reducionismo. Por certo que associar objetividade às ciências experimentais tem suas razões, ponto comentado *en passant* na primeira parte deste trabalho, ao se esquematizar um breve histórico da razão. No entanto, o binômio racionalidade / objetividade ultrapassam as contingências de uma escola.

Daniel Cornu (1994) recorre a uma questão exposta por Martin no tópico acima identificado como (f), quando classifica como “infinitamente mais incerta” a situação dos jornalistas em comparação aos cientistas na busca da verdade. A expressão da subjetividade compete ao foro individual, enquanto que “a objectividade do seu trabalho científico será submetida à apreciação dos seus pares, quer os seus pressupostos sejam ou não partilhados”. Na vinculação dos jornalistas às empresas com “linhas gerais” definidas há “uma orientação implícita da curiosidade, que já não necessitaria de ser dita e que seria objecto de um contrato tácito entre um *media* e seu público”. Cornu recorre também ao ponto (g) da canadense, ao considerar que mesmo jornalistas ligados intimamente aos juízos de fato dificilmente *confessam* sua relação com os juízos de valor (p. 347). Se há essa consideração em relação aos constrangimentos à objetividade, em outro momento de sua obra, o francês considera uma condição em seu favor – o *rigor no método* – e liga, parcialmente, sua argumentação sobre ética com a epistemologia.

Nos livros *Ética na Comunicação* e *O Segredo da Pirâmide*, importantes nos currículos acadêmicos de jornalismo, critica-se a objetividade. Para Clóvis de Barros Filho (2003), a objetividade é “instrumento de redução da complexidade social” (p. 69-70) que “retira [do jornalista] parte de sua responsabilidade” (p. 25). Em seu livro *Ética na Comunicação*, chama-a *objetividade aparente*. Ele discorre o assunto em tópicos como objetividade ideal-típica, objetividade impossível e a objetividade indesejável. Situa-se o termo num contexto de realismo ingênuo e se usa o verbo “espelhar” para classificar o que seria o resultado da ação do repórter ao aplicar suas técnicas de captação do real. Adelmo Genro Filho, em *O Segredo da Pirâmide* (1989), trata a objetividade como um processo histórico-social, dependente da ação dos sujeitos. Segundo o autor, há um fluxo objetivo na realidade, com recorte e construção dos fatos, em que a conotação ideológica é inseparável da objetividade. Chega-se a promover uma comparação entre a “ideologia da objetividade”, de um jornalismo burguês, e a

“ideologia do jornalismo científico”, apresentada por Hudec. Numa, os fatos reforçam o *stratus quo* baseados no senso comum e na ideologia burguesa. Na outra, os fatos emanam de evidências do senso comum e devem “ilustrar essas leis em cada momento conjuntural” (p. 151). A abordagem de Genro Filho é mais complexa, no entanto, essa observação, em conjunto com a de Barros Filho aponta para uma orientação de ataque ao conceito⁴⁹.

4.2 A construção da realidade social

John Searle, autor das obras *The Construction of Social Reality*, *Mente, Linguagem e Sociedade* afirma que “a distinção entre os aspetos relativos aos observadores e independentes dos observadores é muito mais importante do que as distinções, em nossa cultura filosófica, entre mente e corpo ou fato e valor” (2000, p.110). A partir do conceito de intencionalidade, acredita que um “conjunto de fenômenos institucionais relativos aos observadores poder ter uma existência epistemologicamente objetiva, embora sua ontologia seja dependente dos observadores, e contenha, portanto, um elemento ontologicamente subjetivo” (id.).

Searle procura esclarecer sua posição de que o fato de existir um mundo lá fora não é uma *opinião* que ele tem, e sim uma “estrutura necessária para que seja até possível defender opiniões ou teorias sobre coisas como os movimentos planetários”. O debate sobre a consistência de uma teoria parte do “pressuposto de que existe uma maneira como as coisas realmente são” (id., p. 38). Em uma de suas sínteses sobre sua obra, ele a considera como envolvida no esforço de delimitar com a maior clareza possível quais são os aspectos dependentes do observador e quais são independentes.

A *intencionalidade* está presente na ligação entre consciência e capacidade de representação de objetos e estados de coisas no mundo.

⁴⁹ Sinteticamente, Luiz Amaral (1996, p. 59-62), em se panorama sobre a objetividade, registra ataques feitos por jornalistas e pesquisadores, por exemplo: (a) Para Kenneth Stewart, o esforço em direção à objetividade torna os jornalistas simples moços de recado; (b) Para Michael Parenti, apoiar-se na objetividade jornalística implica na aceitação das forças dominantes em uma realidade social. (c) Para Ben Bagdikian, a doutrina é objetiva apenas do ponto de vista da dominação. O fato de repórteres cobrirem o mesmo assunto e apresentarem diferentes conteúdos exemplifica essa limitação conceitual. O jornalismo se liga ao subjetivo, pois diante de um número infinito de ocorrências, há a postura ativa do repórter a começar pela pauta, uma decisão baseada em valores. Por outro lado, a doutrina da objetividade serve para desbaratar o sensacionalismo, disciplinar repórteres, melhorar a qualidade dos periódicos.

Segundo o autor, é uma característica da mente graças à qual os estados mentais são dirigidos a, ou falarem de, ou se referirem a, ou apontarem para estados de coisas no mundo; em que influem “crenças e desejos, esperanças e medos, amor e ódio, orgulho e vergonha, bem como a percepção e intenção”. E nosso estado intencional pode até representar objetos não-existentes, como a criança quando aguarda um coelho da páscoa. A compreensão da intencionalidade depende do estudo da consciência, mesmo que haja intencionalidade em domínio inconsciente - caso dos sonhos -, estes, por vezes, potencialmente conscientes (p. 66-67).

Como causa de erro sobre nossos próprios estados conscientes há: a) o auto-engano; b) a má interpretação; c) desatenção; d) suposição de que há fronteiras nítidas entre “categorias verbais que se aplicam à consciência e aquelas que se aplicam ao conhecimento subsequente”. Na tradição filosófica:

- a) a incorrigibilidade;
- b) ponto de vista segundo o qual nossos estados conscientes seriam conhecidos por uma faculdade especial - um tipo de visão mental interna – chamada “introspecção”;
- c) doutrina de que todos os nossos estados da consciência envolveriam a autoconsciência (p. 70-73).

Searle usa três conceitos a fim de estabelecer uma explicação para a realidade:

- a) Intencionalidade coletiva;
- b) a atribuição de funções;
- c) regras constitutivas.

Um dos desafios feitos em sua argumentação é o de compreender como pode existir uma realidade social epistemologicamente objetiva, em parte constituída por um conjunto de atitudes ontologicamente subjetivas (p. 107). Para o filósofo, a distinção entre o que é relativo à observação e o que é independente é mais relevante que as habituais dicotomias estabelecidas na cultura filosófica ocidental, como “mente e corpo” ou “fato e valor”.

Quanto à circunstancialidade lógica da comunicação, John Searle organiza uns argumentos do modelo realista:

1. Suponhamos que o realismo externo seja verdade.

Nesse caso, existe um mundo real, independente de nós e de nossos interesses.

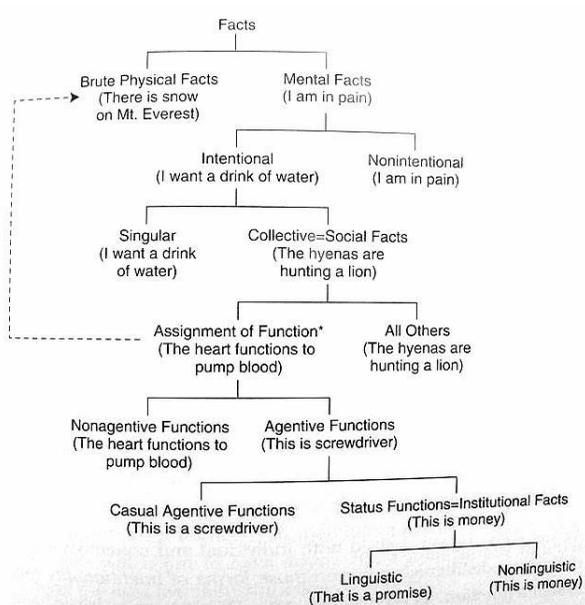
2. Se existe um mundo real, então existe um modo como o mundo realmente é. Existe uma maneira objetiva como as coisas são no mundo.

3. Se existe uma maneira como as coisas são, então deveríamos ser capazes de dizer como são.

4. Se podemos dizer como as coisas são, então aquilo que dizemos é objetivamente verdadeiro ou falso dependendo de nosso êxito em dizer como são (1998, p. 23-24).

Disposto a fazer pensar sobre linguagem e mundo, Searle tem sido referência de estudos como em Martin (2004). A pesquisadora recorre às categorias *objetividade ontológica* e *objetividade epistemológica*, propostas pelo filósofo segundo o senso de existência das entidades, para então desenvolver sua argumentação dentro da objetividade⁵⁰. Os exemplos usados por Searle são a dor e a montanha, ambas como entidades dotadas de existência. A diferença está no fato de que aquela depende de um sujeito para existir, enquanto que esta não. Portanto, a dor tem uma ontologia subjetiva. No caso da montanha, há uma ontologia objetiva. E a *objetividade epistemológica* pressupõe que, epistemologicamente, objetividade ou subjetividade são características de enunciados. A sua identificação epistêmica dependeria dessa análise, logo, **para determinar se um enunciado é epistemicamente objetivo é preciso que ele consiga responder “sim” ou “não” a uma questão colocada**. Por outro lado, um enunciado epistemicamente subjetivo não tem um valor de verdade porque ele depende da atitude, do ponto de vista ou dos sentimentos do autor ou do receptor do enunciado.

⁵⁰ Para Nilson Lage, a notícia pode ser encarada como que constituída por dois componentes básicos: a) uma organização relativamente estável, ou *componente lógico* e b) elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia – o *componente ideológico*” (2001, p. 54). Nesse sentido, importa considerar, nas relações entre linguagem e o real, a pesquisa jornalística também em sua constituição lógica. Ao Jornalismo convém tal reflexão a fim de se reconhecer em qual grau é possível alcançar a verdade em seus relatos, ainda que seja num caráter aproximativo.



Quadro apresentado por SEARLE classificando fatos
(Livro *The Construction of Social Reality*)

4.2.1 Limites da objetividade

Gilles Gauthier (1993) comenta que, na maioria das vezes, o conceito de objetividade é criticado sem ser definido. Outra razão para seus críticos seguirem à carga se deve aos diferentes sentidos do termo conforme tempo e espaço. Para ele, o fim desse conceito seria o fim do próprio jornalismo.

A defesa da objetividade, segundo Gauthier, exige uma definição precisa e clara, em contraposição à habitual elasticidade e ambiguidade com que é tratada. Inspirado pelo termo “área de aplicação”, de John Rawls (*A theory of justice*, 1971), procura, primeiro, estabelecer onde a objetividade do jornalismo não se aplica. Um dos “erros categóricos” dos críticos da objetividade está em demonstrarem sua ineficácia em aspectos inapropriados de reportagem. E uma das mais importantes considerações no debate sobre a objetividade (e sua crítica),

para o autor, está não em vê-la como um propósito, mas, sobretudo, em ser considerada *a posteriori* como uma prática do jornalismo. **A objetividade não se aplica nas escolhas iniciais para uma notícia, mas em uma fase posterior de trabalho.**

Proposições do autor sobre o alcance da objetividade no jornalismo. Como feito com outros autores neste texto, há um caráter de exposição de ideias criativas na abordagem do conceito-tema. Logo, entre os itens 1 e 5, o pesquisador propõe suas limitações:

1. Objetividade pode apenas ser aplicada ao estrito relato noticioso – o autor exclui categorias alternativas como o jornalismo advocatício, editoriais, o jornalismo literário, jornalismo investigativo, jornalismo de serviço ou de marketing. O erro categórico de inclui-las se deve à extensão da noção de objetividade a áreas que supostamente cobriria. Observa que o estudo se abre para um debate histórico sobre diferentes conceitos de objetividade para, em seguida, assinalar que, no seu conceito mais ortodoxo, a objetividade se associa ao relato de notícias. Cita Jean de Bonville (*Naissance et déclin d'un paradigme: le journalism d'information*), texto então no prelo, o qual qualifica a reportagem informativa como uma fase na história do jornalismo situada entre o jornalismo editorial e o *infotainment*.

2. Objetividade pode apenas ser aplicada àquele gênero de relato conhecido como “notícia” – a objetividade é um conceito aplicado unicamente à função relatorial do jornalismo.

3. Objetividade não se aplica à coleta de notícias – aponta como a forma mais convencional de ataque à objetividade a afirmação de que ela é impossível porque na prática o jornalista escolhe seu material bruto, as notícias. Há sempre investigação, interpretação, ou mesmo criação da realidade no relato noticioso. Ou seja, aponta a necessidade de o jornalismo trabalhar com seleções. O autor recorre ao comentário de John Merrill (artigo *Journalistic objectivity is not possible*, 1984), um dos que foi mais adiante na crítica via seletividade. Primeiro, a seletividade induz à questão da subjetividade na reportagem. E em segundo lugar, há o que Gauthier chama de “argumento da verdade total”, por imputar à objetividade uma reprodução ou representação integral da realidade. Logo, um conceito indefensável.

4. Objetividade não necessariamente se aplica a condições formais, “externas”, de relato noticioso – para alguns críticos, a objetividade em jornalismo é impossível por causa dos constrangimentos formais e materiais sobre a imprensa. Para Gauthier, essa não é uma discussão central, pois se tais constrangimentos afetam a busca da objetividade, não a tornam impossível.

5. A área de aplicação da objetividade no jornalismo está limitada ao modo pelo qual notícias são trabalhadas – segundo o autor, “a objetividade diz respeito ao relacionamento primário, fundamental entre o jornalista e os fatos reportados, ou seja, o modo como o jornalista processa a informação”. Ao comentar os trabalhos de Bernard Roshco (*Newsmaking*, 1975) e Tuchman (id., 1978), em que classificam, respectivamente, a objetividade como “ideologia ocupacional” ou “ritual estratégico”, Gilles Gauthier considera essas abordagens legítimas porque o papel e as funções da objetividade na prática do jornalismo são de grande interesse. Faz então a sua ressalva, de que esse tipo de estudo não é sobre a própria objetividade, mas sim um estudo sobre o uso que os repórteres fazem da objetividade. Estudos “sociológicos” ou “pragmáticos” não são suficientes para uma descrição essencial do conceito.

Tal como Gilles Gauthier, Líriam Sponholz tem por objetivo definições claras e dizer o que *não é* objetividade. Antes, de modo abrangente, apresenta a objetividade como uma “relação entre realidade social e realidade midiática”, uma condição *sine qua non* para a mediação de informações. Se não houvesse relação entre ambas as realidades, não seria possível transmitir informações, pois, para a autora, “se esta relação não existe, é necessário abandonar a tarefa informativa do jornalismo e assumir todas as consequências publicísticas e políticas que isto significa” (2003, p. 110-111). Nessa afirmação, há um ponto de contato com Gauthier (1993, p. 113): “reconstruir a realidade não pode ser interpretado como antônimo de ser objetivo”.

Alguns esclarecimentos semânticos feitos pela autora, na variedade do termo objetividade, nos múltiplos sentidos em que é entendido: a) Objetividade como relevância⁵¹, b) Objetividade como clareza, exatidão ou precisão⁵², e c) Objetividade como neutralidade, imparcialidade e pluralismo⁵³. Em sua obra, a pesquisadora levanta um

⁵¹ Percebe-se aqui um recorrente deslocamento conceitual, ao tratar objetividade a partir do número de certo tipo de ocorrências em detrimento de outras. Do ponto de vista da cobertura, concentrar um maior número de trabalhos jornalísticos em certas fontes e temas não diria muito em um estudo sobre “verdade”, diria mais respeito à relevância atribuída por um veículo a certas fontes e canais. Segundo a autora, como a imprensa não pode tratar de todos os assuntos, a escolha de pauta é uma questão de relevância - “quando o pauteiro escolhe os temas sobre os quais as notícias serão produzidas, o seu critério não é o que é verdadeiro. Isso será checado depois” (114). A partir de Neuberger (1996), ela fundamenta a argumentação de que objetividade e relevância são questões diferentes e independentes.

⁵² Para a autora, exatidão e precisão “podem contribuir para a objetividade, mas a objetividade não se reduz a essas características”, pois mesmo um texto tendo clareza, exatidão e precisão pode ser relativo a algo fictício (p. 115).

⁵³ Seguindo a linha de que a separação completa de subjetividade e objetividade, mais que

importante ponto sobre objetividade e tarefas políticas do jornalismo, a começar pela imparcialidade e pluralismo, os quais têm por missão mediar a ágora, o espaço público, em vez de se ligarem a demandas da teoria do conhecimento.

Imparcialidade e pluralismo, para Sponholz, sugerem a ideia tanto de que é impossível conhecer a realidade, como a de que é possível se aproximar da verdade. Pois, se todo relato fosse possível de plena imparcialidade, a questão da pluralidade jamais cobraria espaço. E duas conclusões importantes da autora é que a) rumar à objetividade não significa barrar a opinião; e b) rumar à objetividade é tarefa do jornalismo. No primeiro caso, esse caminho implicaria em estar aberto para que ideias sejam derrubadas pela observação empírica (p. 120).

No segundo ponto, embargar essa atitude significa “aceitar todo tipo de manipulação e esvaziar o jornalismo de sentido, exatamente quando tanto se precisa dele” (p. 120). Passível de comparação, Daniel Cornu trabalha o que chama uma “reabilitação da objetividade como método”. Se fosse preciso estabelecer um único critério para o trabalho jornalístico, ele escolheria o *rigor no método*, como uma maneira de não cair na “ilusão objectivista” ou nas armadilhas do subjetivismo. Para ele, rigor é “ir ao fundo das investigações materialmente realizáveis, no tempo dado para essas pesquisas. É a recolha de todos os factos confirmados disponíveis” (1999, p. 391).

Esse tópico teve por objetivo apresentar esforços teóricos em favor de conceitos de objetividade mais precisos, os quais conseguem perceber nuances de discussões paralelas sem se desviarem dos propósitos de delimitação. Em vez de ficar em cima de um debate que tenta provar a inexistência de um conceito consolidado na história do jornalismo, mostram-se mais pertinentes trabalhos que dissertam sobre o que *não é* objetividade jornalística. Conjunta ou independentemente na menção daquilo que *é*.

4.3 Uso de hipóteses e o conhecimento

Cada gênero jornalístico prevê uma forma de relato, o que interfere em seus procedimentos e em como se processa a objetividade. Uma matéria de jornalismo investigativo se diferencia de um editorial

impossível seria indesejável, recorre à argumentação de Bentele (1982; 1988), em que ambas não podem ser tratadas como antônimas. Subjetividade seria uma condição para a objetividade, já que buscar a realidade com vistas a resolver um determinado problema pressuporia interesse (p. 115). A separação entre comentário e notícia não significa uma divisão entre informação/fato e opinião. Uma subjetividade inevitável estaria implícita na perspectividade, seletividade e construtividade, seja em comentários ou “textos informativos”.

também na construção da verdade ou, em outras palavras, nos graus de verdade que se atinge (TAMBOSI, 2003, 2005, 2007). Se pegarmos as teorias da verdade, estudadas no campo filosófico, podemos fazer comparações entre os gêneros jornalísticos em suas investidas pelo conhecimento, e de como eles procuram responder a demandas lógicas para sedimentar seus argumentos (HAACK, 1978; KIRKHAM, 2003).

A tendência de que a atividade jornalística seja sempre uma estranha no ninho em se tratando de objetivações, talvez tenha um pouco a ver com esse constante contraste dela com outras linhas de investigação, enquanto ficam negligenciadas as semelhanças – ainda que depois venham a servir como elementos que acentuem o contraste. Dessa forma, recorreremos ao filósofo Luiz Henrique Dutra, o qual desenvolve uma pesquisa cujo interesse é considerar todo tipo de investigação – científica, policial, jornalística, jurídica etc –, cuja orientação se dá pelo foco da “descoberta”, e é sob esse referencial que começamos a debater sobre a presença de hipóteses no trabalho jornalístico. Dutra orienta o enfrentamento desse problema. Na sua abordagem sobre todos os tipos de investigação, ele apresenta quatro etapas consideradas constituintes:

- 1) A elaboração de um problema;
- 2) A elaboração de uma hipótese, visando solucionar o problema;
- 3) A constituição de uma base de dados, com a qual a hipótese será comparada;
- 4) A constatação de um acordo entre a hipótese e a base de dados, a averiguação propriamente dita [grifos do autor] (DUTRA, 2001, p. 141).

Analisa-se agora como pode o jornalismo estabelecer um nível de relato adequado para uma sequencial validação epistemológica. Mais que uma síntese intelectual elaborada, há questões de fundo, algumas centenárias, como a definição de realidade. E outras questões complementares, como a de diferenciar a realidade da ficção.

Em vários manuais de metodologia científica, a hipótese é tratada como uma resposta preliminar que se confronta com um problema dentro de uma investigação cujo entendimento do conflito dá andamento à investigação. A seguir, importantes observações registradas em um Dicionário Filosófico sobre essa ferramenta de pesquisa, dá-se conta de propriedades a ela atribuídas:

Em geral, [a hipótese é] um enunciado (ou um conjunto de enunciados) que só pode ser comprovado, examinado e verificado indiretamente, através das suas consequências. Portanto, a característica da hipótese é que ela não inclui nem garantia da verdade nem a possibilidade de verificação direta. Uma premissa evidente não é uma hipótese, mas, no sentido clássico do termo, um axioma. Um enunciado verificável é uma lei ou uma proposição empírica, não uma hipótese. Uma hipótese *pode* ser verdadeira, mas sua verdade só pode resultar da verificação de suas consequências (ABBAGNANO, 2000, p. 501).

Dutra dá a essa ferramenta metodológica uma importância fundamental, pois, para ele, “o objetivo final de uma investigação é a verificação de uma hipótese”. E, para tanto, um objetivo médio é “o estabelecimento de uma base de dados” (2001, p. 148). O jornalismo, ainda que mantenha como característica genérica a atribuição de ser um trabalho investigativo, nem sempre desenvolve todas as etapas formais de uma investigação (informação supracitada). Ao se tratar da informação nos mais diversos conteúdos e formas, eis questões a serem refletidas:

Como e por que transformar a informação em conhecimento?

Como montar essa base de dados para o comparativo das hipóteses?

Para TAMBOSI, “um requisito fundamental para que a informação se Transforme em conhecimento é a verdade”, o que torna necessária a articulação desse conceito no sentido epistemológico, não apenas deontológico, ou seja, referente ao conhecimento e não à ética. Debate que não retira a inegável contribuição do debate ético para a instituição jornalismo e para a atividade jornalística. Mas a questão aqui comentada é “como produzir conhecimento?”, no sentido de uma crença verdadeira e justificada (HAACK, 1978).

Na linguagem jornalística, montar a base de dados está ligado à fase de *apuração*. Quanto à questão da *base de dados*, há na citação seguinte um comentário adicional que esclarece quanto ao levantamento e projeção de hipóteses. Detalhe a recordar dentro do referencial teórico deste artigo: não se trata de uma observação pertinente às bases de dados e hipóteses de investigações científicas, mas também das jornalísticas.

Muito da investigação consiste em tentar aumentar os dados disponíveis. Consiste exatamente no estabelecimento e ampliação de uma certa **base de dados** (que pode ser interpretada como base empírica, mas, que, a rigor, a isso não se limita). Quanto de informação essa base de dados deve conter, eis uma questão a ser resolvida e revista a todo o momento durante a própria investigação. Ela deve permitir levantar hipóteses, e levantar hipóteses cada vez mais precisas, e fazer projeções ou predições exatas o suficiente. Mas isso também é algo que o investigador deve determinar o tempo todo, dado o conhecimento de fundo, que é pressuposto (DUTRA, 2001, p. 108-109).

Pereira Jr. (2006, p. 78), em *Apuração da Notícia*, organiza quatro etapas no processo de apuração: a) elaboração da pauta (pista inicial, sondagem inicial, preparação da pauta); b) pré-produção (análise de fontes, sequência de abordagem); c) produção (confrontação de informações, checagem); d) pós-produção (redação, produção visual da reportagem, reserva de documentação). No terceiro momento, a produção, com o choque de informações e a verificação, se dá a conferência de hipóteses quando de seu uso numa investigação jornalística.

Em um jornal impresso diário, o repórter recebe a incumbência de fazer matérias a partir de determinadas pautas. Ele possui temas, os quais recebem alguma contextualização de personagens, cenários e circunstâncias, de que por um critério de noticiabilidade ele fará uma cobertura. Se a tarefa é fazer a cobertura do dia no parlamento, em que coletam os temas mais proeminentes na agenda, talvez não seja conveniente trabalhar com uma hipótese, julgue-se desnecessário a projeção de eventos possíveis (hipotéticos). Por outro lado, há investigações em que bem cabe a delimitação de uma hipótese, o que não ocorre talvez por uma falta de clareza quanto ao problema em questão. Portanto, lançamos algumas questões:

- (1) O trabalho jornalístico pode ser realizado sem um reconhecimento da aplicação de hipóteses;
- (2) O jornalismo investigativo regularmente aplica hipóteses;
- (3) O uso de hipóteses no jornalismo pode trazer esclarecimentos sobre as prováveis contribuições

epistemológicas do jornalismo, ao se considerar uma teoria do conhecimento racionalista.

Em termos metodológicos, essa discussão pode ser explorada pela tradição de estudos de *newsmaking*, ao se consultar a bibliografia acumulada ou mesmo ao se encaminhar pesquisas empíricas originais. Assim podem ser analisadas etapas de pauta, apuração e checagem, e considerar hipóteses são aplicadas ou não. Afora dessa linha de abordagem, podemos pensar como o referencial, em teorias da verdade, pode ganhar um aporte teórico suplementar quando uma peça jornalística reconhecer hipóteses durante o desenvolvimento da investigação.

Por outro lado, um jornalista investigativo, que passa semanas apurando um caso de corrupção no Parlamento, precisa saber de modo evidente com quais hipóteses trabalha. Ele parte de um problema, como o de apurar que há nepotismo cruzado. Então o que ele faz é procurar estabelecer possíveis respostas a um problema que se configura (“há ou não há nepotismo no Congresso?”). A hipótese dele pode ser a de que não há nepotismo cruzado, porém a partir do segundo grau de parentesco. A crença mais corrente poderia ser a de que a lei conseguisse barrar essas iniciativas ou considerar que nada disso teria mudado em décadas. O jornalista, porém, quer saber se a questão que ele coloca para si corresponde ao cenário político atual. E inicia uma investigação. Vai formar a sua base de dados, a partir da qual irá procurar um acordo entre ela e a hipótese formulada⁵⁴.

Exemplo do que diz o jornalista investigativo Raimundo Pereira, durante uma reportagem investigativa feita para a revista Realidade; “‘Retrato da Amazônia’ (...) fala sobre a história de que estrangeiros estavam roubando a Amazônia, sobre roubos de minérios, sobre padres carregando coisas debaixo da batina. *‘Eu tinha uma hipótese: isso não era verdade. Era coisa pior.* Os militares estavam entregando a Amazônia’ [grifo nosso] (SIQUEIRA e SANTOS, 2003, p. 38-39). Ainda no mesmo artigo, informações de contexto:

[Raimundo Pereira] foi a todos os projetos amazônicos. Passou uns três meses percorrendo a Amazônia. Foi a Carajás, Serra Pelada, esteve em fazendas, além de outros lugares, para poder construir o texto com os argumentos

⁵⁴ José Argolo no artigo “Caminhos para a investigação jornalística” faz a ligação entre ceticismo, investigação e a função de repórter para evidenciar que a apuração está marcada pela contínua fundamentação do fato (2000).

para a sua hipótese. Obviamente não disse diretamente. ‘Em nenhum lugar você vê isso, porque não é normal, na Realidade não sairia isso. No fim da matéria eu dizia que era um mito essa história de que eles estão roubando, porque é tudo legal e ainda tinha uma frase assim: ‘e o pior é isso’. Essa frase jamais saiu na revista, mas estava lá’ (idem).

Ou seja, o repórter se refere à constituição de sua base de dados. Em seguida, ele procura confirmar sua hipótese e “estabelecer a verdade”. As autoras do texto, que apresenta Raimundo Pereira, comentam como foi organizada a reportagem:

Em parte de seu depoimento, Pereira faz o seguinte comentário sobre escrever um texto depois de apurar as informações: “você vai juntando uma ponta aqui, outra acolá, e entre elas você faz ganchos” Assim se constrói um texto. “Texto são fatos que você junta aos outros, por meio de ações, hipóteses e com bom-senso de dizer as causas, as conseqüências (...) Jornalismo é sempre uma construção a partir de fatos, dos quais você revela alguns” (ibid., p. 30).

Sobre jornalismo e conhecimento, há uma discussão de que falta ao jornalismo uma linguagem conceitual, pois as palavras são usadas não como o são na linguagem acadêmica, em que determinada palavra refere-se a um conjunto de ideias afiliadas a um pensamento, a uma linha de conhecimento e comunidade científica. “Modernidade” é um conceito dentro do pensamento de um autor como Karl Marx ou Celso Furtado, que não possui os mesmos sentidos estritos de “progresso”, “atualidade”, enquanto que, num texto jornalístico, pode ser que o seja utilizado de modo equivalente tão-somente para não repetir palavras e tornar o texto mais atraente ao leitor. Peters (*A interação entre jornalistas e peritos científicos: cooperação e conflito entre duas culturas profissionais*; 1995) comenta essa questão da linguagem conceitual de evidente conflito dessas duas culturas profissionais. Os cientistas gostariam que os jornalistas politizassem menos as suas pesquisas, como também reclamam da distorção de seus conteúdos. Um dos motivos é a diferença entre os códigos linguísticos. Por outro lado, os cientistas por si só têm pouco êxito em divulgarem massivamente o seu conhecimento:

As diferenças entre a cultura científica e a cultura do dia-a-dia conduzem a dificuldades na explicação dos problemas, dos métodos e dos resultados científicos a um público leigo, a um defasamento entre o que os próprios cientistas consideram importantes questões de comunicação no seio da sua comunidade e aquilo em que o público leigo está interessado, e a um uso de diferentes critérios na consideração da relação custo-benefício da investigação científica (p. 219)

De qualquer forma, pode-se dizer que, no exemplo de Raimundo Pereira, quando ele fala em “hipótese” não significa que a trate como um conceito metodológico, como uma resposta parcial a um problema-chave em igual medida científica. Percebe-se que, ao se empenhar num trabalho de fôlego, ele precisa de teses intermediárias para orientar sua pesquisa, para averiguar a solução dos problemas propostos pela investigação. À medida que as confirma ou nega, mudam-se seus rumos de trabalho.

No jornalismo, a depender do modo e do contexto do trabalho, mesmo hipóteses aparentemente sustentáveis não conseguem ser testadas pela ausência de condições para a averiguação. Exemplo dado no livro de memórias de Ricardo Kotscho:

Passei uma semana perambulando pela Companhia Docas. Entrevistei conferentes, fiscais, viajantes, dirigentes do porto, mas *ninguém quis falar nada sobre o que eu estava procurando*: casos concretos de corrupção, cobrança de propinas, irregularidades na alfândega. O jeito foi preencher uma página de jornal com histórias sobre o funcionamento do porto, seus personagens, o drama dos passageiros, que esperam longas horas na fila pela liberação das bagagens. Ou seja, “enchi lingüiça”, como se diz no nosso jargão [Grifo nosso] (2006, p. 44).

Nesse caso, a única forma que o repórter possuía para montar sua argumentação era o depoimento (fontes primárias). Como ninguém quis colaborar na sustentação de suas teses temporárias, não teve como dar andamento à investigação até o prazo de fechamento da reportagem, optou-se por outra matéria que não tinha a necessidade de responder o problema anterior. No novo tema, ele contou “histórias”. Textos que traziam informações e que tinham seu valor-notícia (espera de liberação de passagens por longas horas de fila ≠ serviço regular) e *nem por isso*

precisavam formular uma hipótese, ou não uma hipótese que exigisse uma arquitetura específica, uma maior elaboração. Se houve, foi de modo intrínseco, espontâneo, não racionalizado. Apenas focar o problema foi suficiente para os objetivos do relato. Analisar esse expediente em matérias de interesse humano cabe em outro estudo.

Kotscho escreveu uma das reportagens mais importantes da história brasileira, chegou a contribuir com o léxico com a palavra “mordomia”. Termo técnico da burocracia, transformou-se em sinônimo de “mamata”, graças ao seu trabalho investigativo. Na época, ele trabalhava para o jornal O Estado de S. Paulo. Ruy Mesquita, diretor do veículo, colocara a seguinte nota: “toda essa matéria tem denúncias que, se não forem comprovadas documentalmente, podem ser simplesmente desmentidas e causar até procedimentos legais. Ruy” (id., p. 58). No entanto, as “denúncias” eram mesmo consistentes, estavam embasadas. Logo, houve a publicação. As hipóteses eram *confirmadas* segundo uma base de dados consistente, que permitiram a devida averiguação.

A preocupação do diretor do jornal era que, palavra por palavra, a tese do repórter não se mantivesse diante dos contra-ataques do governo (a matéria tratava de super-funcionários públicos). No entanto, dessa vez o relato do jornalista não se resumia ao simples enfoque do problema; ele ampliava seu percurso exploratório, o que inclui estabelecimento e teste de uma hipótese. Afinal, Kotscho *acreditava* na existência de um esquema de corrupção quando iniciou a reportagem, apenas não tinha um conjunto de fatos/enunciados que pudessem qualificar sua crença como verdadeira e justificada. Logo, levantou um quadro informativo que respondesse a esse ponto-chave: há corrupção? Adiante, ele consegue provar que sim.

Afinal, como comenta o também experiente jornalista Ricardo Noblat, “denúncia não é notícia. Notícia é a denúncia com fundamento” (2002, p. 53). A forma para chegar ao estado de notícia é a apuração:

Repórter é pago para investigar e obter respostas (...). Cabe ao repórter perseguir a verdade. Não existe verdade absoluta. Nem uma única verdade. Dois repórteres que testemunhem um mesmo fato poderão narrá-lo de forma diferente. Mas se forem bons repórteres e honestos, não divergirão do essencial.(...) o que fazer diante de contradições? Apurar, apurar, apurar. Até que todas ou quase todas tenham sido eliminadas. Até que nos reste apenas uma história na qual possamos acreditar (2002, 51-52).

Noblat escreve o livro bem ao formato jornalístico e não ao estilo dos jornalistas que pesquisam o campo a partir de referenciais da Academia. Mas se não mantém um discurso de teórico, com precisão conceitual, suas palavras dizem muito pelo que representam de um profissional experimentado. A apuração, segundo ele, dá subsídios para o estabelecimento da notícia. **E concluimos, a partir da discussão metodológica: uma denúncia apenas seria um problema.**

O andamento da investigação exige o levantamento de hipóteses. Conforme os dados são recolhidos e organizados, elas passam por uma etapa de teste e justificação. Em certas ocasiões se consegue “provar” algo, em outras, o simples percurso e explicação da pesquisa são esclarecedores quanto os propósitos iniciais. Aliás, o jornalismo trabalha pressionado pelo tempo e precisa colocar a informação para circular. O que tem ali de conhecimento ou aquilo que um dia poderá ser confirmado como conhecimento é questão a ser debatida em outros trabalhos, tema estimulante a pesquisadores do campo científico do Jornalismo.

A pesquisa *Epistemologies of TV journalism: a theoretical framework* (2002) aponta interpretações em epistemologia, especialmente pertinentes nesse trecho da dissertação, onde foi citado um suposto uso de hipóteses no jornalismo investigativo. Mats Ekström, pesquisador da Universidade Örebro (Suécia) e autor do artigo mencionado usa o termo epistemologia aplicada, com um sentido pouco ortodoxo, e o menciona no plural.

Segundo Ekström, talvez o elemento mais essencial na *cosmologia* da reportagem seja a *crença nas notícias* (grifo do original), a convicção partilhada de que essa forma específica de conhecimento é importante e tem um valor na sociedade. Logo, as notícias representam um modo de descrever a realidade e os membros da profissão têm em comum um conjunto de critérios daquilo que constitui boas notícias. A abordagem dessa pesquisa escandinava promove uma identificação entre conhecimento e objetivos da investigação. Ou seja, submete o método aos propósitos. Logo, numa reportagem para a TV, a dramatização (a história a ser contada) pode orientar mais a escolha dos fatos que o seu conteúdo.

A partir desse enquadramento teórico, Ettema e Glasser (1987, 1998 apud EKSTRÖM, 2002) analisam as diferenças entre a obtenção de conhecimento na reportagem ordinária e no jornalismo investigativo. Em autores como Tambosi, em vez de “conhecimento”, o termo em questão seria “informação”. Quanto à dupla de pesquisadores de jornalismo investigativo, essa categoria pressupõe que o profissional de

imprensa não pode confiar somente nas fontes estabelecidas para justificar suas demandas informativas. Jornalistas investigativos trabalham dentro de um “contexto de justificação” específico, uma vez que se responsabilizam por suas asserções, pois julgam a informação que obtêm. Ao disporem de evidências suficientes para permitir a exposição de delitos, por exemplo, eles asseguram a responsabilidade de acusar. Logo, métodos são criados para esse expediente⁵⁵.

Baseado nesse referencial, Ekström desenvolve estudo no qual observa haver uma relação estreita entre o “método de justificação” e “jornalismo investigativo como forma de conhecimento”. O trabalho de observação-participante é realizado junto com Ericksson (1998) e analisa um programa semanal de jornalismo investigativo chamado *Striptease*, com conteúdos produzidos por uma emissora pública sueca (Sveriges Television). O conceito de verdade remete à obtenção de uma tese bem fundamentada. Como se subordina o método aos objetivos, de forma bastante pragmática, ser *suficientemente* verdadeiro pode ser determinado até mesmo segundo prioridades dramatúrgicas⁵⁶.

⁵⁵ Ettema e Glasser (1987), consultados apenas indiretamente nesta pesquisa, identificam quatro passos comuns para jornalistas investigativos justificarem suas afirmações: a) Os jornalistas acessam várias pistas e ideias. Elas são confiáveis? Elas podem se tornar uma boa história? Mas também: o que vai obter a reportagem? b) A informação é coletada e avaliada com respeito a seu valor de evidência. Há uma hierarquia de peso conforme o fator evidência. c) As peças de uma história são reunidas em uma narração adequada para a televisão. As partes são avaliadas em relação a cada outra e com a história como um todo. Quanto mais peças formam um padrão, mais justificada é uma história. d) O jornalista faz uma avaliação final da história global. Narrativas alternativas, explicações alternativas são testadas e a equipe avalia as possíveis falhas da história. O resultado final é uma história suficientemente justificada.

⁵⁶ Quatro características ficaram evidentes na produção de *Striptease*, para os pesquisadores: 1) **Jornalismo fixa um ponto em vez de testar hipóteses** – em todas as reportagens estudadas, o time de repórteres decide com antecedência o que eles querem dizer com a história e então procuram coletar evidências para dar suporte à mensagem. O jornalista pesquisa seletivamente e enfoca declarações que apoiem o ponto que desenvolve. Os jornalistas entrevistados dizem que precisam ter uma idéia clara de qual história querem dizer (o ponto a desenvolver), antes de se preparem para suas tarefas. Todas as gravações devem, tanto quanto possível, dramatizarem e documentarem o ponto. Logo, há o testemunho de muitas pessoas em apoio ao ponto-trabalho, enquanto que se excluem de fontes cujas declarações podem confundir a edição. 2) **A construção de verdades genéricas para além de casos individuais não-representativos** – uma boa história precisa de um ou mais casos ilustrativos. Um único (anormal) caso com potencial dramático e estético é, com frequência, o ímpeto de uma reportagem. Boas histórias requerem bons casos. Uma variedade de técnicas discursivas se emprega para transformar casos individuais extremos, não-representativos em verdades generalizadas. Elas se desenvolvem de modo a parecerem representativas de condições gerais. 3) **A construção de uma exposição vigorosa de desordem moral** – o primeiro objetivo da maior parte do jornalismo investigativo é encontrar e expor escândalos e outras anormalidades na sociedade em geral, segundo o referencial do autor (Protess et al., 1991; Lull and Hinerman, 1997; Ekström, 2000b). A formação dessa epistemologia aplicada passa pelo pressuposto ostensivo de a sociedade ser dominada por erros e potenciais escândalos morais. 4) **Narração**

Para Ekström, o ponto a ser desenvolvido largamente estabeleceria o curso do trabalho. Ele guiaria não somente a escolha das pessoas a serem entrevistadas, mas também a natureza das perguntas a serem feitas. Descrições tendenciosas ou enviesadas teriam prioridade sobre as balanceadas e o jornalista consideraria natural ignorar circunstâncias que complicam ou confundem sua edição. Jornalismo investigativo seria, sobretudo, uma forma de contar histórias. A pesquisa de Ekström contrasta com o encaminhamento proposto acima nesta dissertação sobre um determinado uso de hipóteses durante uma investigação jornalística. Como detalha a nota de rodapé número 56, com a exposição daquele autor, “o jornalismo fixa um ponto em vez de testar hipóteses”. Segundo os pressupostos epistemológicos deste trabalho, a informação é o ponto de partida da história e não o contrário.

da história e produção de correspondência e coerência – os eventos são descritos na forma de narrações coerentes e excitantes. A epistemologia aplicada se orienta em direção à produção tanto de coerência como de correspondência. A correspondência se produz por um conjunto de técnicas que ajudam a assinalar o relacionamento entre os eventos em uma história e o mundo real. O alcance dessas técnicas parte da construção de uma identidade geral do programa como uma fonte de informação factual, para apresentações de fontes legitimadas, close-ups de documentos, entrevistas com testemunhas etc. A coerência é produzida quando fatos são inseridos em uma narrativa que tem uma estrutura que é familiar ao telespectador. Quando fatos são embutidos em uma narração coerente que parece ser real e autêntica, eles se tornam plausíveis e convincentes. A equipe do programa dá acesso a fatos pertinentes à história que eles escolheram contar e que favorecem a dramatização. Normalmente, é a história que promove a escolha dos fatos e não vice-versa.

5 JORNALISMO E OBJETIVIDADE PRAGMÁTICA

Stephen Ward publica um livro em 2005, no Canadá, que sintetiza uma discussão em torno da objetividade que vem desde a racionalidade na Antiguidade até uma especulação sobre o futuro do conceito objetividade. O percurso inclui uma abordagem epistemológica da verdade no jornalismo, embora diga (e a estrutura dos capítulos corrobore) que o trabalho trate da “invenção da ética jornalística”. Os anos de trabalho como repórter e seu talento para a vida acadêmica, perceptíveis no levantamento bibliográfico, construção de hipóteses, teses e sustentação, fazem uma balanceada combinação entre pesquisador e jornalista de redação. Um livro acadêmico com os *insights* de quem analisa o jornalismo depois de tê-lo praticado reiteradamente.

Objetividade pragmática é o termo empregado pelo autor em sua defesa da objetividade no jornalismo. Ele faz questão de vincular o mundo cotidiano à busca pela verdade. Mostra-se ciente das barreiras à sua argumentação, visto que falar a verdade teria se tornado um bode expiatório da academia, especialmente na discussão de conteúdos midiáticos. Certo ecletismo das referências tem mérito de abrir portas para futuros estudos em diferentes campos; a parte aparentemente frágil está na ligação entre retórica, lógica, hermenêutica que certamente terão um desenvolvimento específico em seus artigos e livros posteriores. Ele consegue atribuir ação ao jornalista para realizar a sua pretensão de verdade, diz até que há dois impulsos que movem o homem de imprensa – um de natureza romântica e outro de natureza objetiva. Percebe-se uma definição de objetividade não fechada: pelo contrário, abarca tanto a pretensão de verdade informativa como de conhecimento. Pelos objetivos anunciados de construir um enquadramento filosófico para entender a evolução da ética jornalística e o conceito de objetividade, essa amplitude tem sua razão de ser.

Mais uma vez, mantém-se a exposição de uma abordagem criativa em objetividade. Logo, cumpre-se um propósito parcial de divulgação de um conhecimento apresentado por um autor. Na medida em que se relatam esses conteúdos, eles são submetidos a interpretações para que esta pesquisa mantenha conexão com tópicos anteriores. Depois das considerações, o texto volta às observações de Ward, quando especula sobre a recepção de seu conceito de objetividade pragmática. Por um lado, acredita ele, os acadêmicos céticos veem sua proposta de fortalecimento do conceito como pequena e tardia. Décadas de intensa crítica ao “mito” da objetividade na ciência, direito, ética e jornalismo o desacreditem ou o coloquem diante de uma retratação irreversível. Por

outro lado, aos tradicionais defensores da objetividade, a “objetividade pragmática” faz crer num abandono do conceito, por caminhar junto à interpretação e aos juízos de valor. A escolha pelo distanciamento de uma visão ortodoxa vem em razão de uma argumentação em favor da viabilidade teórica, visto que os jornalistas precisam de uma “clara, vigorosa norma de objetividade para guiar sua prática” (p. 04).

Embora Ward dê destaque aos juízos de valor, marca posição contrária ao subjetivismo e vincula a discussão num foro de ética pública. Considera, no modelo teórico, o papel que a valoração exerce sobre a vida dos indivíduos e sobre a deliberação social: “racionalizar *sobre* valores e racionalizar *com* valores são partes integrantes de um bom questionamento, de uma vida coerente e de uma sociedade democrática” (p. 306). E, como observado, em outros momentos desta pesquisa, o canadense sempre engaja a racionalidade pública a questões sociais complexas, especialmente onde muitas pessoas podem ser afetadas, circunstâncias em que não se pode decidir simplesmente como uma expressão de preferência de X sobre Y (cada posição deve fazer com que fatos e teorias se associem a propósitos e valores, e se distanciem de expressões arbitrárias de sentimento). Entre os exemplos, ele cita o aquecimento global e tratamento de viciados em heroína, cujas avaliações racionais ficam em aberto para o escrutínio público. Como o jornalismo se liga continuamente a decisões com impacto sobre numeroso público, suas escolhas precisam avaliar critérios racionais – “eu preciso argumentar que o valor X tem maior apoio racional expondo que meu juízo de valor satisfaz a melhor evidência disponível e a padrões racionais. Eu devo prover razões que os outros possam aceitar” (id.).

Baseado na expressão “teoria retórica da verdade social”, Ward considera que a verdade em sociedade é aquilo que emerge de um discurso informal, guiada em tópicos que aludem essa verificação, bem diferente de considerar como verdadeiro aquilo que seria dito pela voz mais alta ou manipuladora. E analisa o jornalismo sob dois pontos de contato bem delimitados. Primeiro, o periodismo é tanto um produto quanto um criador da “infosfera”. Segundo, os grupos de uma esfera pública usam e contestam quaisquer notícias jornalísticas pesquisadas e publicadas. A qualidade da prática do jornalismo junto à esfera pública se relaciona ao crescimento de ambos de uma forma direta, ou, em outras palavras, *os jornalistas procuram assegurar objetivamente a verdade mais plausível para os participantes do sistema retórico*. De acordo com esse modelo teórico, a objetividade pragmática os torna “questionadores pragmáticos e intérpretes holísticos”. Recorda um

pouco a entrevista concedida por Gay Talese (2009), quando responde por que as pessoas ainda devem acreditar na imprensa – porque os grandes jornais são as instituições onde menos se mente em um país.

5.1 A interpretação e os caminhos para a verdade (Ward)

A noção ativa e imperfeita da objetividade defendida por Ward é aquilo que chama “caminhos para a verdade”. Ele argumenta que o praticante do jornalismo ocupa uma precária situação epistemológica, pois seus relatos estão baseados em dados limitados, métodos imperfeitos, valores em conflito e condições em mudança.

A teoria da objetividade jornalística deve então se preocupar com procedimentos imperfeitos, trabalhar por padrões que *apontem* a direção da verdade [grifo feito pelo autor, p. 32]. **Acredita que uma análise perfeccionista é inadequada, porque o jornalismo lida com o cotidiano, um domínio em que a precisão teórica é impossível.** O tipo de objetividade necessária ao jornalismo é uma concepção diferenciada dos padrões absolutos de conhecimento. Esses “caminhos da verdade” estão mais para um modelo imperfeito, como “caminhos da prática”, semelhante ao Direito e a outras profissões e têm consigo, além de princípios éticos, propósitos práticos, métodos de investigação e procedimentos padrões em redações.

A objetividade pragmática tem como método ou teste de interpretações marcado por ser falível, contextualizado e holístico. A imperfeição vem, como mencionado, da ligação com o senso comum, ainda que numa relação guiada por critérios racionais. **É o que ele chama de “compromisso apaixonado por um questionamento desapassionado” (p. 282), em que o impulso de racionalizar estaria calcado em valores, desejos, interesses, os quais devem satisfazer as melhores evidências disponíveis.** A interpretação o diferencia de ser um mero gravador de conteúdos, processo em que contam suas experiências e seu repertório de esquemas conceituais. De toda forma, há um ponto na análise empregada neste trabalho e em Ward, de que o objetivo no jornalismo não está em seus propósitos, mas sim nos seus métodos.

Essa noção de objetividade prevê um teste imperfeito de uma crença, em que a) prevê uma visão pragmática do questionamento; b) prevê que a compreensão se dê a partir de **esquemas conceituais**, sem conseguir transcendê-los. A objetividade de uma crença se dá na medida

em que se atenda, em algum grau, os melhores padrões epistêmicos disponíveis. Sem assumir, por isso, uma epistemologia de “aproximação perfeccionista dos métodos de questionamento”, que, acredita, ser uma teoria filosófica contraditória aos valores da experiência cotidiana. Por esse ponto, abandona a verdade segundo pontos estritos de correspondência com os fatos, coerência de ideias, crença verdadeira e justificada e atribuiu à sua concepção um status “mais modesto e mais próximo ao senso comum” (id.).

Quando Ward salienta um compromisso da objetividade pragmática com a (a) verificação e o (b) equilíbrio das informações, percebe-se que ele procura uma conciliação dos elementos (a) epistemológicos e (b) políticos do jornalismo, uma conciliação entre “caminho para a verdade” e o interesse público. Reconhecem-se traços do pensamento de Habermas ao tratar da formação de um espaço público na Modernidade, ao qual confere uma visão mais “aberta” de conhecimento. Na comparação que o autor faz entre si e Rorty, diferenciam-se suas vinculações ao relativismo. Em termos de semelhança, eles concordam no ponto em que: a) julgamentos sobre a verdade e objetividade são obtidos apenas a partir de esquemas conceituais; rejeitam o conceito tradicional de objetividade; c) consideram a intersubjetividade essencial para estabelecer o conhecimento. A discordância se dá quando Rorty ataca a escolha da verdade como objetivo de um questionamento, porque, segundo ele, essa condição pede uma interpretação metafísica presunçosa da existência de uma verdade absoluta. Enquanto que para Ward, a verdade é compreendida “como um processo lento de saber mais coisas sobre o mundo empírico, de uma forma mais acurada e compreensiva”, em que quanto maior o grau de justificação, maior a proximidade com a verdade.

A peça-chave para entender a argumentação de Ward sobre interpretação está no conceito de esquema conceitual, no qual liga fatos e crença. Ao partir do holismo, o autor entende que a interpretação jornalística é uma mistura elaborada de percepção e de estímulos, de código e de experiência, de mente e de mundo. Como pressuposto, a ideia de que baseamos nossas crenças e ações nas representações que fazemos do mundo. Nosso meio de representação da realidade se dá através de um esquema conceitual, por sua vez muito mais significativo que qualquer conceito individual (de importância limitada em nossa vida cognitiva). Esquemas que podem ser, segundo o autor, normativos, descritivos ou explicativos.

O ponto é que a mente precisa interpretar os estímulos de

acordo com suas categorias, crenças e expectativas (p. 297). No processo de uma experiência, nós experimentamos uma fusão de estímulos percebidos e de conceitos. Conforme a importância de uma crença dentro de um esquema conceitual se atribuiu uma hierarquia epistêmica, conforme seja um conceito básico ou não. Como **conceitos básicos** há pelo menos três:

- a) Conceitos usados para entender a **experiência sensorial** (espaço, tempo, causalidade);
- b) Conceitos para **entender o mundo social** (personalidade, moralidade, responsabilidade);
- c) Conceitos **normativos e metodológicos** sobre como devemos pensar (verdade, evidência, fato, inferência lógica e objetividade).

O teste de centralidade de uma crença em relação a seu esquema conceitual se dá (a) quando é colocado sob pressão de mudança, ou (b) por causa de uma evidência real, ou (c) por uma teoria rival. Ainda sobre os esquemas conceituais, observa que há uma “interanimação” entre os seus elementos integrantes - um esquema conceitual de um cientista “interanima” os seus conceitos observáveis e os teóricos.

Dentro da argumentação de Ward, a procura da verdade no jornalismo se dá via interpretação dos eventos. Todas as formas de jornalismo possuem interpretações implícitas ou explícitas. Depois de considerar a notícia como uma categoria social construída ao longo de muitos séculos, tratar sobre contexto e abordagem (ou, conforme parte da bibliografia, o “frame”, enquadramento), ele comenta que a ubiquidade da interpretação prevê uma clara divisão do jornalismo em (a) **relatos de fato** e (b) **relatos que interpretam os fatos**, o que torna determinadas modalidades de jornalismo mais interpretativas que outras. Uma questão sua, simples, procura esclarecer esse posicionamento: qual a diferença entre um jornalista como repórter e uma máquina de fita como um gravador? Com essa provocação motiva o leitor a reconhecer um papel ativo no jornalismo em sua procura da verdade, da objetividade:

A interpretação jornalística é ubíqua e holística. O jornalista constrói relatos reunindo fatos, conceitos, valores, probabilidades, pressuposições e conhecimento

de repertório. Interpretação holística é um encontro complexo entre o mundo e as habilidades cognitivas, emotivas e perceptivas do jornalista. Os jornalistas nem manufaturam notícias nem simplesmente gravam estímulos. Eles interpretam suas experiências contra o repertório de seus esquemas conceituais (p. 297).

Ward vê a observação como uma atitude ativa e supera a dicotomia entre fato e valor. O desempenho jornalístico é visto tomado por habilidades e guiado por um repertório próprio, muito além de uma atividade passiva. Quanto à avaliação da verdade, segundo o holismo proposto pelo autor, ela se dá em dois sentidos. Primeiro, a avaliação diz respeito não apenas a uma sentença, mas a um grupo de crenças associadas de forma coerente. Em segundo lugar, os padrões de avaliação são, por si mesmos, plurais, e exigem a consideração de vários deles concomitantemente. Nessa parte do texto, a leitura parece sair do controle formal apresentado em capítulos anteriores do livro *Invenção da ética jornalística*. O conceito de objetividade pragmática parece tangenciado, com aberturas para futuros estudos, porém, aparentemente incompleto por faltarem desfechos a tópicos como a própria validação da informação.

Quanto à sua “interpretação holística”, Ward faz lembrar a *intencionalidade* em Searle como algo que procura levar a consciência a fazer vínculos com a realidade pela linguagem. Aquela leva em conta cognição, emoção e percepção, enquanto que esta remete a “uma série de processos de pensamento que só funcionam da maneira como o fazem se considerados em relação a um Pano de Fundo de capacidades inconscientes”, abre espaço a uma série de campos investigativos (SEARLE, 2000, p. 104). Uma comparação analítica entre as duas abordagens renderia um bom estudo.

Para respaldar uma instância objetiva, segundo Ward, quatro *disposições* movem o repórter (p. 281-284). Genericamente, elas representam atitudes rumo à: a) *racionalidade aberta*; b) *transcendência parcial*; c) *verdade desinteressada*; e d) *integridade intelectual*. A combinação dessas instâncias conduzem a outras implicações: a) a dissolução da dicotomia fato-valor em favor de uma cognição holística; b) o entendimento de que os padrões objetivos são tão falíveis quanto as crenças que os governam; e c) a compreensão da objetividade como uma propriedade complexa, sujeita a um julgamento comparativo de segunda ordem (p. 288). Quando esta dissertação propôs a análise da objetividade em três momentos, percebe-se que essas quatro disposições

do repórter, em Ward, dizem respeito ao primeiro deles, o ponto de partida numa investigação em direção à verdade no jornalismo.

A objetividade pragmática, para Ward, é um “compromisso apaixonado por um questionamento desapaixonado” (p. 282) em que se coadunam padrões genéricos e específicos para seu estabelecimento. Como **padrões genéricos**, p. empíricos, p. de coerência e p. de debate racional (p. 283-288). Os **padrões específicos** são extensões da objetividade genérica em áreas de distintos tópicos, de problemas específicos e com práticas especiais. Nesse sentido, há diferenças na objetividade não somente entre teoria e prática, mas também conforme as profissões. No Direito é uma, no jornalismo, outra; relacionadas, porém não idênticas.

Os jornalistas e seus relatos são objetivos de acordo com o grau com que eles satisfazem dois níveis de objetividade. Debate que cabe recuperar a argumentação de Guerra da objetividade como conformidade. *No primeiro nível, relatos devem satisfazer requisitos genéricos de objetividade. Num segundo nível, em grau tolerável, a satisfação de padrões e de regras específicas do jornalismo.* Os padrões genéricos estão contemplados em três tradições da história do jornalismo: (a) a factualidade contempla padrões empíricos de reportagem; (b) a tradição de comparar questões com o conhecimento existente e com especialistas contemplam padrões de coerência; (c) as ideias de honestidade, abertura e imparcialidade contemplam padrões de debate racional. **Para serem objetivos, pragmáticos, os relatos precisam satisfazer em um grau considerável requisitos de segundo nível, padrões esses que interpretam o sentido da objetividade no domínio do jornalismo, padrões empíricos específicos** que estão: ou como regras informais praticadas nas redações, ou então estabelecidos em códigos de ética jornalística. Três valores exemplares são a exatidão (acurácia), a verificação e a integralidade⁵⁷ (p. 299).

Consciente dos desafios presentes em sua exposição, Ward lança três perguntas retóricas: (a) a ênfase na avaliação holística mina o papel dos fatos no jornalismo?; (b) é inconsistente combinar padrões objetivos com valores subjetivos?; e (c) essa última questão (b) se aplica a todas as formas de jornalismo, como aquelas que rejeitam a objetividade? Em resposta, observa que a objetividade pragmática não diminui o papel de coleta e de apuração dos fatos, apenas reconhece o apelo aos fatos como necessário no teste de objetividade. Para conciliar

⁵⁷ Integralidade seria a qualidade de um relato com uma história completa, fatos essenciais, consequências e pontos de vista.

as implicações consagradas como subjetivas, a objetividade pragmática procura a assunção de uns pontos. Primeiro, as nossas avaliações detém um componente subjetivo, sem significar que sejam inescapavelmente subjetivas ou “pessoais”. Segundo, as nossas avaliações são suscetíveis à influência racional e a um acesso objetivo. Terceiro, nossa valoração não resulta de faculdades psicológicas encapsuladas.

Para evitar uma associação da objetividade com algo subjetivo, Ward argumenta que ser objetivo no jornalismo não se deve aos propósitos do jornalista, mas quanto aos seus métodos, o compromisso metodológico de seguir fatos para onde eles apontem, sem prejudicar uma história, representar honestamente pontos de vista. Quanto aos juízos de valor, o seu acesso e o da linguagem valorativa (dentro e fora do jornalismo) podem ser ampliados com a objetividade pragmática. E reforça que as avaliações e as interpretações podem ser objetivas em vários níveis, a depender de como são satisfeitos os padrões objetivos (o que nos recorda a “conformidade”, em Josenildo Guerra). Em vez de dividir o jornalismo em relatos objetivos e opinião subjetiva, opta por ver a questão em um *continuum* a partir do qual se encontram relatos com crescente distância dos fatos, crescentes quantidades de interpretação e decrescentes graus de objetividade.

A maior parte da obra de Ward se dedica ao desenvolvimento de uma ética jornalística. Retorna ao campo deontológico quando evoca aquilo que chama de *ética ecumênica*, embora tenha passagens pela epistemologia. Como pressuposto, a necessidade de os jornalistas responderem a um contrato social frente a seu público, a partir da adesão a princípios de credibilidade, justificação e humanidade (p. 310). Para o autor, os jornalistas devem se apaixonar com aquilo que fazem e com o porquê daquilo que fazem – “nós precisamos do Eros pela verdade no jornalismo”, comenta. **Paixão e objetividade (os seus impulsos romântico e objetivo), para Ward, trabalham juntas a fim de produzirem engajamento e jornalismo testado objetivamente, uma vez que não é possível evitar ligação a causas, grupos e ideologias.** Todos os jornalistas têm propósitos e valores. O fundamental, a instância objetiva, depende de como se definem esses propósitos e como eles são procurados – os métodos.

5.2 O futuro da objetividade – apontamentos sobre “mundo-pós objetivo”, jornalismo on-line e jornalismo global

Gilles Gauthier acredita que tanto na teoria quanto na prática, o

conceito da objetividade tem um longo futuro. Apesar de haver rejeição em determinados meios acadêmicos e profissionais, ela se enraiza na natureza humana e os jornalistas continuam a usá-la para avaliar histórias. O canadense sublinha noções epistêmicas e lógicas, como a “validade intersubjetiva” e a “racionalidade manifesta”.

David Mindich (1998), por outro lado, se filia ao grupo de autores que considera o mundo de hoje como “pós-objetivo”. Observa que diante de uma impropriedade em defender a objetividade, necessita-se de os jornalistas explicarem seus filtros, contarem ao leitor como eles fazem para interpretar a realidade. Culturalista, assinala que “toda visão é colorida pela cultura” (p. 143), e o leitor deve ter a interpretação do jornalista partilhada.

Uma afirmação talvez seja mais segura: a objetividade jornalística se torna ainda mais complexa. Tal conclusão é feita por Mark Deuze (2005) ao considerar um ambiente midiático crescentemente marcado pelo multiculturalismo e pela multimídia. Numa leitura mais relativista, ele aponta que a sensibilidade multicultural dá cabo à clássica tomada dos “dois lados de uma história”, em favor de uma leitura dos eventos mais complexa e multi-perspectivista⁵⁸.

A objetividade encoraja o respeito pela visão dos outros. Ao contrário de leituras de um programa forte em sociologia que acusam a objetividade como um esquecimento do Outro, à ausência de alteridade, Ward é um dos que ressaltam a objetividade como escolha ética. A decisão de adotar uma instância objetiva é uma das mais importantes escolhas para se fazer como indivíduo e sociedade, ela não se restringe a um grupo de profissionais e cientistas. As consequências éticas provêm da sua ligação ao pensamento, à ação e à avaliação conduzidos de uma maneira racional e coerente. Ou, em suas próprias palavras,

A objetividade, propriamente entendida, é um estandarte contra o autoritarismo na crença e na prática. É uma defesa contra o obscurantismo que permite o mais inteligente manipular o inocente ou o vulnerável. A atitude da objetividade permanece um enquadramento contrário às muitas formas de obscurantismo em nossa cultura, propagados pela mídia. **Ela se opõe ao**

⁵⁸ Para Deuze, a multimídia e a interatividade confrontam a interpretação profissional individual da objetividade. Assim como, a adesão à interatividade e à convergência levam ao surgimento de diferentes modelos dentro da organização noticiosa. E a resposta mais recorrente dos jornalistas a essas mudanças e confrontos tende à nostalgia e de estresse.

irracionalismo, ao emocionalismo, ao fundamentalismo religioso, ao ocultismo e ao misticismo fraudulento (tradução livre e grifo nosso, WARD, p. 318).

Conforme observado em tópicos anteriores (por exemplo, o 3.1), o termo objetividade e as noções dominantes variam país a país e, caso a caso, entre pesquisadores. A complexidade do conceito se manifesta nessa diversidade de leituras e reforça a referencialidade desse fundamento do Jornalismo. Ponto negativo, no entanto, é apontado por Gilles Gauthier (1993) quando recorda que tanto “defensores” como “críticos” da objetividade a comentam sem proporem uma definição rigorosa.

No livro *Online Journalism Ethics: traditions and transitions* (2007), escrito por Cecilia Friend e Jane Singer, são apresentados excertos de uma discussão online realizada em Outubro de 2004 com jornalistas e acadêmicos. O tema em questão foi a objetividade e reuniu Stephen Ward (Canadá), Christopher Harper (EUA), Thomas Hanitzsch (Alemanha), Mindy McAdams (EUA) e Jan Schaffer (EUA). Nos parágrafos seguintes, a partir desses cinco intelectuais, há espaço para a consideração do referencial da objetividade em um mundo em que a internet influencia todo o cenário jornalístico. Ainda que falte um denominador comum no debate (sobre qual objetividade estão falando, diria Gauthier), insere-se nas considerações sobre o futuro do conceito.

Stephen Ward (Canadá) se considera *um defensor do ideal da objetividade no jornalismo*, ele discorda de acadêmicos que veem a objetividade e princípios éticos de modo absoluto. Propõe uma *reformulação do ideal da objetividade com a reformulação das ideias que o embasam*. A visão do jornalista como um “gravador” deve ser recusada e repostada pela de um questionador ativo quanto aos acontecimentos públicos e a questões críticas.

Thomas Hanitzsch (Alemanha) defende uma compreensão mais sofisticada da objetividade no jornalismo, que envolva *um conjunto de critérios qualitativos que previnam o jornalismo de apresentar as notícias em uma visão distorcida ou, diz ele, pior, partidária*. A compreensão da objetividade para esse autor fixa bases no campo da ética. Chega a identificar uma de suas teses como radical – a de que o jornalismo não precisa de nenhuma ética “profissional”. E de que se ele precisa de algo, é de um conjunto comum de convenções partilhadas. Para o professor alemão, os princípios éticos estão conectados com entendimentos culturais particulares de moralidade, valores normativos

que usualmente estão aplicados à sociedade como um todo e não apenas a jornalistas. Falar sobre ética, para ele, significa falar sobre valores culturais manifestos em normas e códigos de conduta. Falar sobre algo que é relevante ao jornalismo “somente” ao se considerar o contexto em que a prática do jornalismo está culturalmente embutida. O debate se amplia se for usado com maior frequência o termo “convenções” em vez de “ética”.

Jan Schaffer (EUA), cuja experiência está vinculada ao Jornalismo Cívico, critica o conceito da objetividade, ele acredita que há valores jornalísticos mais úteis que ela. A objetividade é uma convenção jornalística que, como outras convenções do jornalismo – honestidade, equilíbrio, noticiabilidade – estão sob cerco nos dias atuais (e que talvez merecessem). Ela observa que as aspirações rumo à objetividade reduzem o jornalismo a não mais que estenografia, a um papagaio de enunciados que este ou esta fizeram – mesmo quando jornalistas sabem que esses enunciados são falsos. Para Schaffer, ter outros *valores jornalísticos e aspirações de “contar algo a mais”, buscar histórias mais completas, pode conduzir a um encontro de verdades múltiplas e não apenas de uma verdade*. Dessa forma, os jornalistas fariam uma reportagem mais explanatória para seus leitores e telespectadores. Trocariam uma visão de 50 pés de altura por uma de 5.000 pés.

Christopher Harper (EUA) acredita que o mundo on-line demole a objetividade, o autor a associa a uma decisão comercial e a rechaça como fundamento ético para o jornalismo. Para ele, *a objetividade deve ser mais facilmente ligada ao que é realmente um estilo de escrita primariamente praticado nos Estados Unidos e Canadá*, diferenciada da Web e de tradições analíticas na Europa. Para Harper, em um mundo sem objetividade e sem as teses do justo e do equilibrado, a vida dos leitores ficaria mais fácil porque se teria uma imagem melhor de como jornalistas enquadram um assunto, se saberia quais as suas inclinações e as agendas que trabalham. O mundo on-line, particularmente a blogosfera causam um profundo impacto sobre o mundo “objetivo” ao apontar a falta de objetividade, a falta de aplicação das teses do justo e do equilibrado a partir de quaisquer perspectivas políticas. No entanto, Harper duvida que os jornalistas tradicionais tirem a objetividade de suas cabeças, apesar da insistência em que o mundo on-line mostra uma negação do conceito.

Mindy McAdams (EUA), autora do livro *Flash Journalism: How to create multimedia news packages* (2005) credita impossibilidade à objetividade. Ela afirma que jornalistas teriam mais credibilidade se considerassem a objetividade como um objetivo admirável, mas

impossível de ser alcançado na realidade. Leitores e telespectadores e usuários não acreditam que um jornalista seja justo ou equilibrado, e talvez eles nunca o tenham acreditado também. Duas questões correntes nos últimos 20 anos destruíram completamente as instâncias objetivas, pelo menos nos EUA, segundo McAdams. Uma dessas mudanças é a concentração da propriedade midiática e a ausência de uma imprensa partidária forte. A outra é o acesso a visões alternativas de mundo oferecidas pela internet.

Depois de passar pela opinião de intelectuais de diferentes trajetórias profissionais, este texto continua a discussão do futuro do conceito de objetividade ao se levar em consideração a prática de um jornalismo classificado como global, isto é, que se comunique a “cidadãos do mundo”, identificado o quanto menos possível a valores paroquiais. Segundo Stephen Ward (2007), que baseia esse pequeno subtópico, os avanços das tecnologias em comunicação, especialmente pela internet, dão força ao ceticismo, no entanto esse ambiente não significa uma oposição à racionalidade. Há um trabalho em progresso que repousa no princípio de uma “ética de jornalismo global”.

O jornalismo on-line começa a redefinir ideias tradicionais de equilíbrio e de apuração. Nesse jornalismo há um uso múltiplo da *contextualização*⁵⁹ através de hiperlinks e da hipermídia. Essa ética da perspectiva não necessariamente é uma expressão de um extremo relativismo (ou ceticismo) sobre a verdade ou a negação de todos os padrões de objetividade pragmática. A objetividade pragmática de Ward, nesse jornalismo de novas mídias, não significa associação imediata a uma força negativa. Até porque jornalistas on-line procuram uma verdade mais completa, um jornalismo mais interativo, sem se desvincular de seus caminhos para a verdade.

A objetividade deve impor à interatividade e multimídia. Afinal, o jornalismo não pode abraçar acriticamente uma filosofia geral e aceitar apenas os apelos do público – “deixar a audiência decidir”. O desafio é prevenir a degeneração desse poderoso novo meio em uma esfera fragmentada, aut centrada, dominada pela tendenciosidade. *O entusiasmo por histórias interativas e multimídias não deve superar o impulso objetivo*. O que o autor afirma, sem hesitar, que sua proposta de objetividade pragmática incompatibiliza com qualquer forma de

⁵⁹ Este trabalho considera importante também haver um conceito rigoroso a respeito do que seja “contextualização”, a fim de que se evite um discurso de fuga quando se debate epistemologia em jornalismo. Afinal, não se pode recair numa regressão infinita de contextos. Cabe estudar esse conceito com vistas aos procedimentos de validação de informações e de conhecimento, dentro das teorias da verdade.

jornalismo que se exima da responsabilidade de verificar e equilibrar a informação.

Diante dos anos 2000 e das tecnologias da informação, crescem as tensões à beira de um paradoxo, elas conduzem a alterações entre o contrato entre o jornalismo e o seu público. Como se vê na relação entre pluralismo e globalização – cada vez mais o mundo se torna mais paroquial e, ao mesmo tempo, mais cosmopolita. A globalização traz consequências sobre a objetividade, para Ward. Primeiro, redefine a objetividade como “imparcialidade internacional”, o que deixa para trás os vestígios de paroquialismo. Segundo, mantém centralizada uma objetividade pragmática numa ética de jornalismo global.

Uma mudança deve haver na reconfiguração do contrato social do jornalismo e de seu público, ele contrato passaria para uma “multi-sociedade”, para atender a cidadãos de muitos países. Ward recorre à imagem de “cidadãos do mundo”, derivada da tradição de ética cosmopolita do Ocidente. O autor então aponta três imperativos para essa ética:

- a) Atuar como agentes globais;
- b) Servir a cidadãos do mundo;
- c) Promover uma compreensão não-paroquial. O jornalismo deve trabalhar contra o etnocentrismo e o patriotismo, transpor esses ideais e padrões em uma nova chave internacional.

O problema urgente do jornalismo hoje não é a objetividade estéril (ibid.), mas as forças econômicas e tecnológicas que encorajam um jornalismo subjetivo e irresponsável, que não faz nada pelo nosso futuro global como espécie. **Os relatos objetivos, para serem exatos e balanceados, devem conter fontes relevantes internacionalmente e perspectivas multiculturais.** Os jornalistas devem estar conscientes de como fazer enquadramentos numa perspectiva pública global, adequados a uma agenda internacional de notícias. Antes de finalizar, Ward considera que nosso mundo precisa de jornalistas objetivos preocupados com a comunicação responsável. Desqualificar padrões objetivos e ignorar responsabilidades globais serve apenas para a prosperidade de demagogos e para o sofrimento da esfera pública.

6 CONCLUSÕES

Ao traçar um debate acerca do conceito de objetividade, este trabalho procurou demonstrar sua importância à pesquisa e à prática do jornalismo, ao cotejar os estudos realizados no Brasil com os de outros países. Se, por um lado, há no país discussões bastante elaboradas no campo da Ética, por outro lado, rareiam trabalhos e autores que a posicionam no campo da Teoria do Conhecimento (Epistemologia).

Com frequência se desqualifica a objetividade, selam-se etiquetas de morte ou inexistência, desacompanhadas de detalhamentos que sustentem tais posições e, antes, algum conceito preciso. As críticas tendem a formar profecias auto-realizáveis à medida que “provam” as falhas dos meios que assumam uma política editorial baseada na objetividade e desconsideram as lacunas de um jornalismo sem padrões objetivos, tanto na apuração quanto no registro textual. Contudo, conforme observado no referencial, tanto “defensores” como “críticos” da objetividade tendem a dedicar mais esforço teórico em manter suas posições, do que a promover definições do conceito (Cf: Gauthier).

Entre as noções de objetividade comuns na bibliografia nacional, uma delas se concentra na questão da forma, nas “aparências”. Há também definições demasiado abertas, notadamente indefensáveis. A partir de ambas, pode-se afirmar que a reiteração da “inexistência de critérios objetivos” no jornalismo tende a abrir espaço para discursos interessados, dotados de poucas demandas racionais, que diluem a propaganda dentro do jornalismo.

Esta dissertação cunha o termo “agenda cética” a fim de apontar fortes tendências relativistas no campo Jornalismo. Uma das conclusões extraídas nesse contexto é a argumentação da “aparência de objetividade”, herdeiro das circunstâncias formais de incorporação do termo objetividade no Brasil (e no Paraguai, conforme bibliografia consultada). Anteriormente aos anos 1950, década de implantação de manuais de redação e da técnica da pirâmide invertida, são mais correntes termos como independência ou imparcialidade. A partir dos recursos orientados para a técnica de redação, a separação de fatos e de opinião se afigura mais como um compromisso linguístico, marginaliza-se a questão epistemológica. Enquanto que esta abordagem privilegia mais o método e a validação das informações e conhecimentos, aquele padrão incorporado deu suporte à crença de que os propósitos ideológicos são mais que a tônica do jornalismo, são a sua única condição.

O discurso da “manipulação” da imprensa tem suas ligações com o discurso das “aparências da objetividade”. Obstruções à prática profissional fariam com que evidências fossem “maquiadas” em uma forma concisa, clara e enxuta, sem adjetivos, um texto na forma direta, com “aparência” de ter “acontecido daquela forma mesmo”. O relato teria ainda a capacidade de “silenciar” outros discursos, de dizer que apenas a mensagem trabalhada teria legitimidade. A pirâmide invertida (já mesclada, confundida por muitos com o próprio conceito de objetividade) facilitaria, assim, a manipulação da informação por parte de editores e proprietários dos meios de comunicação, que controlam os conteúdos veiculados, os quais administrariam rapidamente “as informações profissionais”, com o direcionamento ideológico mais favorável a eles.

A argumentação da “manipulação da imprensa”, nesta dissertação se emparelha com o “argumento do erro”, próprio do ceticismo, que, subliminarmente, traz embutida uma premissa realista – a de que é possível atingir a verdade. A “manipulação” seria a escolha deliberada de um rumo alternativo ao desejável para o interesse público (ou para qualquer referencial que se escolha). *Um relato “verdadeiro” poderia ter sido feito, mas ele se deslocou em favor de interesses paroquiais. Enquanto que padrões racionais, circunstancialmente universais, foram negligenciados, houve manipulação.* O percurso cognitivo foi abandonado em instância anterior à da apreensão da melhor informação ou do melhor conhecimento disponíveis. O maior grau possível de acurácia sobre determinado tema sequer foi tangenciado.

Outra conclusão da pesquisa é que a objetividade não está circunscrita apenas aos regimes liberais. Embora ela seja um consenso em países com essa orientação filosófica e político-econômica, ela tem a ver, sobretudo, com o compromisso de o trabalho jornalístico ser reconhecido como um discurso da realidade social (cf. Guerra), com os critérios que fazem a aproximação entre a realidade apresentada pela mídia e a realidade social (cf. Sponholz). Em regimes democráticos, falar de objetividade remete ao direito à informação, tanto que Marques de Melo, em livro de 1986, procura reabilitar o conceito como chave, no qual coloca em cena a imagem do jornalista como agente social, quem media os fatos de interesse público e a cidadania (p. 105).

David Mindich (1998), ao citar o exemplo de Ida Wells (militante negra do século XIX, precursora do Jornalismo Cívico), considera que ela confronta a imprensa *mainstream* com objetividade. Com um debate racional, ela evidencia o caráter preconceituoso dos

jornais de maior circulação dos EUA em relação aos negros. O enquadramento feito por esses veículos não remete a uma crença verdadeira, a começar pelo fato de que muitos negros linchados são inocentes dos crimes que lhes são imputados. As atribuições de que teriam estuprado mulheres brancas são recorrentes nos relatos, sem condizer com o mundo cotidiano, pela pequena porcentagem desses crimes.

Um outro eixo das conclusões da dissertação, originária do breve histórico sobre a objetividade, está relacionado com racionalidade e lógica, pois o jornalismo implica num ligame cognitivo, de característica racional, para se comunicar a grandes grupos humanos. Tratar da objetividade prevê uma validação racional, o uso de critérios segundo o maior grau de informação e conhecimento disponíveis. O jornalismo, durante o percurso de elaboração de um relato, exerce um esforço intelectual que o integra, na medida do possível, àquilo que é *circunstancialmente universal*, conforme citado acima (cf. Rescher). Caso contrário, seria mera prática solipsista falar de um mundo em que só existe o eu e suas experiências, como na velha anedota filosófica: leitor, você não existe, quem existe sou eu.

O realismo, como diretriz filosófica, se não provê todas as questões epistemológicas, responde a demandas cognitivas insustentáveis sob um repertório relativista mais radical. A história demonstra, de fato, uma ampliação dos níveis da realidade conhecida, embora nem tudo se dê a conhecer. Por outro lado, a informação e o conhecimento acerca dos fatos (naturais ou sociais) podem ser mais ou menos dependentes da linguagem, de modo que quaisquer aproximações teóricas mais intransigentes se tornam limitadas, seja ao considerar que os fatos são todos autônomos à linguagem, seja ao identificar todos os fatos como subordinados integralmente ao mundo cultural.

Um importante encontro nesse percurso acadêmico, entre as hipóteses iniciais e o cotejamento do referencial, foi o reconhecimento de que há os domínios da ontologia e da epistemologia sujeitos tanto a critérios objetivos quanto aos subjetivos, em maior ou menor medida (Cf: John Searle). Em termos epistemológicos, a obtenção do conhecimento no jornalismo pode sair das bases ingênuas que se encontrava em seu ponto de origem (anos 1830, nos EUA, na passagem de um jornalismo partidário para um comercial), para uma teoria filosófica que incorpora conceitos obtidos junto a descobertas científicas sobre o mundo da mente e da cognição – ex. a intencionalidade. O estudo da verdade atende a diversos níveis de interferência da linguagem

sobre o mundo dos fatos, no qual mesmo fatos sociais teriam diferentes níveis de autonomia em relação aos indivíduos.

Em vez de um debate em que se procura minar um conceito supostamente “vazio” de sentido, a consolidação do campo Jornalismo pede por explicações para o que é conhecimento e verdade, sem pretensões de estabelecer uma ponte para o absoluto, para o intangível. Afinal, mesmo entre escolas realistas observa-se a limitação da compreensão da realidade. E dentro da comunidade científica é legítimo que um ensaio relativista argumente sobre as dimensões intocáveis da mente, um debate realista não se equivoca quando parte em busca do território das evidências.

O conceito da objetividade não precisa se vincular apenas aos modos de aquisição de informação ou conhecimento, pode dar suporte a uma *exposição do método*, ou seja, assinalar transparência aos procedimentos de apuração e edição. Momento em que preceitos éticos se fundem aos epistemológicos por propiciarem um reconhecimento de seus métodos e valores e se pormenoriza ao público decisões e dilemas. Muito mais que explicar como se recolhe, processa e circula a informação, o jornalista pode detalhar racionalmente *como* faz valer seu papel de mediador do interesse público (Cf: Bernier).

Uma ética jornalística que vise à transparência, fundida a preceitos epistemológicos, considera mais que a exposição das conclusões da apuração. Mesmo essa etapa pode ser tema do jornalista e de sua rede de trabalho, através de um *metajornalismo*. Se ser mais ou menos objetivo se relaciona com rigor do método (Cf: Cornu), a exposição do método – transparência – serve como reforço informativo ou metodológico para uma maior aproximação da verdade. A própria metodologia científica, apesar de sua especificidade, também corrobora essa observação – os resultados vêm após a exposição do método. Apontamentos, via de regra, mais usuais em matérias de jornalismo investigativo e literário.

A leitura e o cotejamento de diversos autores levaram ao pensamento de que a notícia não é o único gênero jornalístico passível de ser reconhecido como objetivo. Qualquer gênero jornalístico pode sê-lo. Reportagens são mais objetivas que outras na medida em que consigam responder com maior propriedade a perguntas circunstancialmente organizadas por um observador. Quanto mais dados, quanto mais informações houver num texto, potencialmente mais objetivo ele será.

A diversidade de gêneros jornalísticos, que contemplem formatos como a crítica, a crônica, o comentário, o artigo, os quais são

tão jornalismo quanto a nota, a notícia e a reportagem, sugerem uma oscilação nos tratamentos do mundo social. Se há discursos mais e menos sujeitos a certas marcas referenciais ou simbólicas. De toda forma, mesmo a crítica ou a crônica em jornalismo implicam um esforço ou com a atualidade ou com a regularidade ou com o público, em que tal percurso interpretativo (Cf: Guerra) não se pode negligenciar o alcance de instâncias cognitivas, racionais. Quaisquer que sejam os gêneros em que se expressa, o jornalismo se confronta com a dependência de fontes e pressões de tempo e por audiência, mesmo assim, delimitar qual o alcance da objetividade torna a prática mais consciente de seu campo de atuação e de sua autonomia em relação a outros. Soma-se ao fato que a objetividade torna mais explícitos os deveres de um agente social a quem se delega o relato de fatos de interesse público.

Sinteticamente, esta dissertação assinala que a objetividade é um conceito no qual se agregam valores e procedimentos orientados à busca da verdade no jornalismo. Há, inicialmente, uma interpretação genérica do termo, em que esses valores e procedimentos das mais diversas naturezas - política, ética, epistemológica, estética etc. Em sentido específico, a *objetividade do jornalismo* discute a epistemologia do jornalismo, ou seja, como ele produz conhecimento, quais seus métodos e as características desses saberes.

A contribuição deste trabalho, além da reunião e interpretação de autores, inclusive por promover alguns que aguardam tradução no Brasil, está em apresentar uma proposta de análise da objetividade em três momentos:

1) Como ponto de partida da investigação jornalística:

O impulso do jornalista à verdade.

2) Como percurso da investigação jornalística:

Os critérios do jornalista para cercar a verdade (métodos).

3) Como validação *a posteriori* dos resultados da investigação jornalística

A validação do enunciado jornalístico, conforme a melhor base cognitiva disponível naquele momento histórico.

Essas três distinções demonstram como a procura da verdade no jornalismo apresenta diversas faces, o que não significa evitar o estudo em epistemologia apenas por haver essa complexidade. Se há um

momento a partir do qual o jornalismo se lança à procura de enunciados verdadeiros, que respondam suas inquietações iniciais (ou podemos simplesmente chamar de pauta, por maior praticidade), há ainda outras circunstâncias a atender até que alcance outros domínios da verdade, até mesmo semânticos.

O jornalista lança então mão de métodos de apuração da informação, junto dos quais diminui o grau de suas incertezas, anterior à publicação de um conteúdo o qual considere verdadeiro, defensável argumentativamente e que mantenha sua credibilidade diante do público. Tanto em padrões éticos como epistemológicos, o jornalista tem como compromisso trazer um relato mais próxima da verdade possível, segundo os meios de que disponha. Em nossa divisão, esse seria um campo de estudos, a objetividade durante a apuração, a investigação em seu trajeto.

Quanto ao terceiro momento de análise, possui uma maior especificidade, e, por consequência, o conceito de verdade ao qual se liga. Aqui, a objetividade existe como uma possibilidade a ser avaliada a posteriori, quando se tenham condições de se saber se determinada crença é realmente verdadeira e passível de justificação. Ou seja, essa terceira etapa interessa, em especial, a área da teoria do conhecimento. E distinções entre informação e conhecimento precisam estar bem claras para evitar confusões (recomenda-se a leitura de artigos de Tambosi, vide bibliografia). Dessa forma, avalia-se quando um enunciado trazido a público pelo jornalismo é um conhecimento proposicional. Importante lembrar que a missão do jornalismo não diz respeito a produzir esse tipo de conhecimento a todo instante, afinal, propõe-se a fazer circular atualidades num determinado período, a, sobretudo, informar.

A ampliação dos estudos em epistemologia permite esmiuçar e avançar em técnicas de redação. E se dá mais respostas ao “como fazer?”, também qualifica o jornalismo como atividade intelectual (para uma infinidade de questões). Ao consolidar suas identidades teóricas, o intercâmbio com outras áreas do conhecimento é facilitado. E o caminho dessa consolidação passa pelo entendimento de quais métodos são próprios do jornalismo, no sentido de terem se desenvolvido para solucionar demandas específicas do campo, ainda que depois extrapolem a sua aplicação aos objetos iniciais. O jornalismo impescinde da verdade e dos caminhos que levam a ela, seus agentes precisam acreditar no conhecimento e desenvolver os melhores métodos de testar as hipóteses que se levantam dia a dia em suas pautas.

7 BIBLIOGRAFIA

A bibliografia está dividida em três partes: “jornalismo”, “filosofia” e “bibliografia complementar”. Esta última parte serviu de amparo aos textos-base dessa pesquisa, sem, porém, ser contemplada entre as discussões. Em “Jornalismo” se concentram autores-jornalistas ou os que têm o jornalismo por objeto, em separado de “filosofia” para que o referencial em epistemologia fique em destaque.

7.1 Jornalismo

ADGHIRNI, Zélia Leal. O lugar do jornalismo na comunicação. In: **Líbero**. Ano IX - nº 17 - Jun 2006.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na Comunicação**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

BELAU, Angel Faus. **La ciencia periodística de Otto Groth**. Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra, Pamplona, 1966.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo, ComArte, Edusp, 1992.

BERNIER, Marc-François. Une vision systématique de la vérité en journalisme. In: **Les Cahiers du Journalisme**, nº13, p. 124-131, primavera de 2004.

_____. **Éthique et deontologie du Journalisme**. Saint-Nicolas (Québec): Les Presses de l'Université Laval, 2004b.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DEUZE, Mark. **What is journalism?** Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism* Vol. 6(4): 442–464. 2005.

DONSBACH, W. and KLETT, B. Subjective objectivity: How journalists in four countries define a key term of their profession. **Gazette** 51(1), 53-83, 1993

EKSTRÖM, Mats. Epistemologies of TV journalism: a theoretical framework. In: **Journalism**, 2002, vol. 3 (3) p. 259–282.

FISKE, John. **Television Culture**. London, Methuen, 1987.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. 274 p.

- FRIEND, Cecilia e SINGER, Jane. **Online Journalism Ethics: traditions and transitions**. New York: M.E. Shape, 2007.
- GAUTHIER, Gilles. In defense of a Supposedly Outdated Notion: The Range of Application of Journalistic Objectivity. In: **Canadian Journal of Communication**, vol.18, nº4, p. 497-505, 1993.
- _____. La vérité : visée obligée du journalisme. In: **Les Cahiers du Journalisme**, nº13, p. 164-179, primavera de 2004.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2º reimpressão. Porto Alegre / RS: Editora Ortiz, 1989.
- GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. pp. 313-329.
- _____. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría del Periodismo: como forma el presente**. Barcelona: Paidós, 1991
- GUERRA, Josenildo. **A objetividade no jornalismo**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998. 186 p.
- _____. **Ensaio sobre o Jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística**. 20 p.
- _____. **O nascimento do jornalismo moderno: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística**. XXVI INTERCOM – BH/MG – 2 a 6 Set 2003.
- GROTH, Otto. Tarefas da pesquisa da ciência da cultura. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2007. pp. 182-310.
- HARTLEY, John. **Popular reality: journalism, modernity, popular culture**. London: Arnold, 1996.
- _____. **Los usos de la televisión**. Paidós: Barcelona, 2000.
- IGARTÚA, J. José. **Métodos cuantitativos de investigación en comunicación**. Barcelona: Bosch, 2006.
- JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo**. São Paulo: Edusp: ComArte, 1992.
- KARAM, José Francisco. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.
- KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao planalto: uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo: Geração Editorial, 2003. Edição original: *The Elements of Journalism.* New York: Crown, 2001.

KRAMER, Mark. **Breakable rules for Literary Journalists.** In: SIMS, Norman; KRAMER, Mark (eds.) *Literary Journalism.* 1995. p. 21-35.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** 3. ed. Florianópolis, SC: Insular, Editora da UFSC, 2001.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 3. reimp.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro.** São Paulo: Summus, 1991.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion.** NY: Dover, 2004. Originally published by Harcourt, Brace and Company, New York, in 1922.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle.** São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

MARHENKE, Karl-Ursus. O poder dos jornais, segundo Otto Groth. In: MAROCCO, Beatriz, BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação: direito à informação.** Campinas, SP: Papyrus, 1986

_____. A produção acadêmica brasileira em Comunicação: perspectivas dos Novos Tempos. In: **Revista FAMECOS.** Porto Alegre. n° 11, dezembro 1999. Semestral.

MARTIN, Stéphanie. Vérité et objectivité journalistique: même contestation ? In: **Les Cahiers du Journalisme,** n°13, p. 144-163, primavera de 2004.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: Edit. da UFSC, 1992. _____. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão - Setembro de 1997. Acesso realizado em 20 de Outubro de 2007, às 20h30min. Artigo disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>

MERRILL, John; ODELL, Jack. **Philosophy and Journalism.** New York, London: Longmann, 1983.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

- MINDICH, David T. Z. **Just the facts:** how “objectivity” came to define American journalism. New York University Press, 1998.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos:** Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- PEUCER, Tobias. **Os relatos jornalísticos.** Tradução de Paulo da Rocha Dias. In: Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. I, N ° 2 – 2 ° Semestre de 2004 – p. 13-30.
- PETERS, Hans Peter. A interação entre jornalistas e peritos científicos: cooperação e conflito entre duas culturas profissionais. Publicado na Revista Media, Culture & Society, vol. 17, 1995. Republicado com a autorização da **Revista Comunicação e Linguagem.** Lisboa: Relógio D’água Editora, 2000.
- PETERSEN, Jørn Henrik. **Lippmann Revisited:** A Comment 80 Years Subsequent to ‘Public Opinion’. In: Journalism 2003; 4; 249
- POZZO, Aníbal. **Periodismo en Paraguay:** estudios e interpretaciones. Asunción: Arandurã, 2007a. 276 pp.
- _____. Comercialización de la noticia y la objetividad: las transformaciones en el periodismo paraguayo: 1950-1970. In: **Pauta Geral**, 9 (2007b), 95 – 180.
- REESE, Stephen. The news paradigm and the ideology of objectivity: a socialist in The Wall Street Journal. In: **Critical Studies in Mass Communication** 7, 390-409, 1990.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50. Trabalho apresentado no 11° **Congresso da Compós**, Rio de Janeiro, 4 a 7 de junho de 2002.
- RUPAR, Verica. How did you find that out? Transparency of the newsgathering process and the meaning of news – a case study of New Zealand journalism. In: **Journalism Studies**, vol. 07, n. 01, 2006a. p. 127-143.
- _____. Reflections on journalism and objectivity: an episode, ideal or obstacle? **The New Zealand Journal of Media Studies**, Vol. 9 No. 2, p. 12-17, 2006b.
- _____. **Investigating the Journalistic Field:** the influence of objectivity as a journalistic norm on the public debate on genetic engineering in New Zealand. A thesis submitted in partial fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy at The University of Waikato, 2007.

- SCHILLER, Dan. **Objectivity and the News: the public and the rise of commercial journalism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. Basic Books, 1978
- _____. **The power of the news**. Cambridge: Harvard University Press, 1995
- _____. The objectivity norm in American journalism. In: **Journalism**, v. 2(2), p. 149-170, 2001.
- _____. The “Lippmann-Dewey Debate” and the Invention of Walter Lippmann as an Anti-Democrat 1986-1996. In: **International Journal of Communication 2** (2008), 1031-1042.
- SIMS, Norman (Ed.). **The literary journalists: the new art of personal reportage**. New York: Ballantine, 1984.
- _____. **The Literary Journalists**. (Introduction). In: SIMS, Norman (Ed.). **The literary journalists: the new art of personal reportage**. New York: Ballantine, 1984. p. 03-25
- SIMS, Norman; KRAMER, Mark (eds.) **Literary Journalism: a new collection of the best American nonfiction**. New York: Ballantine Books, 1995.
- SIQUEIRA, Neide de Vieira; SANTOS, Raimunda Maria Rodrigues. Investigar faz parte do Jornalismo: Raimundo Pereira. In: LOPES, D. F; PROENÇA, J. L. (orgs.). **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, nº 21, agosto de 2003. Porto Alegre. Periodicidade quadrimestral.
- _____. As ideias e seus lugares: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha. In: **Comunicação e Política**, vol. XI, n. 2, maio-ago 2004, pp. 144-166.
- _____. As objetividades do jornalista brasileiro. In: **Líbero**, Ano XI, nº 21 - Jun 2008, p. 69-77.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 2002. 223 p.
- _____. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. 2008. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>
- TAMBOSI, Orlando. Elementos para uma epistemologia do jornalismo. In: **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 26, n. 2, p 40-52, jul/dez 2003.
- _____. Informação e conhecimento no jornalismo. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol I. II – Nº 2, p. 31-38, 2005.

_____. **Jornalismo e teorias da verdade.** In: **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 30, n. 1, p 35-48, jan./jun 2007.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Trad. Luís Manuel Dionísio. Lisboa, Portugal: Vega, 1999. *Coleção Comunicação e Linguagens*. p. 167-176.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo : porque as notícias são como são** – Volume I. Florianópolis: Insular, 224 p., 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa internacional.** Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia:** estudio sobre la construcción de la realidad. México: Ediciones G. Gili S. A., 1983. *Título original:* Making news – a study in the construction of reality, 1978.

WARD, Stephen J. A. **The invention of Journalism Ethics:** the path to the objectivity and beyond. McGill-Queen’s Press - Studies in the history of ideas; 38. Canada, 2005

WIEN, Charlotte. **Defining objectivity within Journalism.** In: Nordicom Review 2/2005.

ZHAO Yuezhi. **Objectivity and commercial news:** an examination of the concept of objectivity in North American Journalism. Dissertação defendida na Universidade Simon Fraser em 1989.

7.2 Filosofia

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes. 18º ed., 1999.

DUTRA, Luiz Henrique. **Verdade e Investigação:** o problema da verdade na teoria do conhecimento. São Paulo: EPU (Editora Pedagógica e Universitária Ltda.), 2001.

GELLNER, Ernest. **Pós-modernismo, razão e religião.** Lisboa, Portugal: Editipo Ltda. Instituto Piaget. (1992, Routledge, Londres).

HAACK, Susan. **Filosofia de las lógicas.** Fernández Ciudad, Madrid: Ediciones Cátedra, 1991. (1. ed. Cambridge University Press, 1978).

- KIRKHAM, Richard. **Teorias da verdade:** uma introdução crítica. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2003.
- NAGEL, Thomas. **The view from nowhere.** Oxford University Press: 1986
- NORRIS, Christopher. **Epistemologia:** Conceitos-chave em Filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- RESCHER, Nicholas. **Objectivity:** the obligations of impersonal reason. Notre Dame, Indiana – USA: University of Notre Dame Press, 1997.
- RORTY, Richard. **Objetividad, relativismo y verdad.** Escritos filosóficos. Barcelona: Paidós, 1996.
- SEARLE, John R. **The construction of social reality.** New York: Free Press, 1995.
- _____. **Mente, linguagem e sociedade:** filosofia no mundo real. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. (Orion Publishing Group, 1998)
- VASSALO, Nicola. **Teoria della conoscenza.** Roma-Bari: Editori Laterza, prima edizione 2003.

7.3 Bibliografia Complementar

- ARGOLO, José. Caminhos para a investigação jornalística. In: **Lumina.** Revista da Facom/UFJF. V. 3, N. 1, Jan/Jun, 2000, Juiz de Fora. Editora da UFJF, 2000. p. 17-32.
- ARMONY, Flávio Sabbagh. **Engajamento e objetividade no jornalismo político do Brasil e da França.** Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2006.
- BARROS FILHO, Clóvis. A crítica à objetividade da mídia. In: **Pauta Geral,** Ano 2, v. 2, p. 5-14, 1994.
- BRIXIUS, Leandro José. **Objetividade jornalística:** um estudo a partir das rotinas de produção das editoriais de política de Zero Hora e Correio do Povo. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul: São Leopoldo, 2006.
- CHALABY, Jean K. Journalism as an anglo-american invention. A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism. 1830s-1920s. In: **European Journal of Communication,** vol. 11 (3), 1996.
- COHEN-ALMAGOR, Raphael. The Limits of Objective Reporting. In: **Journal of Language and Politics,** Vol. 7, No. 1, pp. 138-157, 2008.

EKSTRÖM, M. & ERIKSSON, G. **Avslöjande journalistik och underhållande dramatik.**

Örebro: Örebro University, 1998.

EHRlich, Matthew C. **Using “Ritual” to Study Journalism.** In: *Journal of Communication Inquiry* 1996; 20; 3.

ETTEMA, J. & T. GLASSER. On the Epistemology of Investigative Journalism. In: GOLDSTEIN, Tom. **Journalism and truth: strange bedfellows.** Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2007.

GUREVITCH, M. & LEVY, M. R. (eds.) **Mass Communication Review Yearbook**, Vol. 6, London: Sage. 1987.

_____. Investigative Journalism and the Moral Order. **Critical Studies in Mass Communication** 6: 1–20. 1989.

_____. **Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue.** New York: Columbia University Press, 1998.

GADINI, Sérgio Luiz. O acontecimento da notícia no universo midiático contemporâneo. In: **Pauta Geral**, Ano 3, v. 3, p. 31-42, 1996.

GOLDING, P. & ELLIOT, P. **Making the News.** London: Longman, 1979.

GONÇALVES, Elias M. A essência do real nas notícias. In: **Pauta Geral**, Ano 2, v. 2, p. 50-63, 1994.

HACKETT, Robert; ZHAO Yuezhi. **Sustaining Democracy? Journalism and the Politics of Objectivity.** Toronto: Garamond, 1998.

HOHLFELDT, Antonio. **Objetividade: categoria jornalística mitificada.** XXIV INTERCOM – Campo Grande – MS. 2001.

_____. **As possíveis interações do Jornalismo com as Ciências Humanas e Sociais.** XXVIII Intercom, 2005, UERJ, Rio de Janeiro.

ICMPA (International Center for Media and the Public Agenda), pesquisa **“Openness & Accountability: A Study of Transparency in Global Media Outlets”** (Abertura e imputabilidade: um estudo da transparência em mídias globais). Grupo de pesquisa do Philip Merrill College of Journalism, Universidade de Maryland – Conteúdo acessado em:

<http://www.icmpa.umd.edu/pages/studies/transparency/main.html>

IJUIIM, Jorge Kanehide ; SUIJKERBUIJK, Herma Aafke; SCHIMIDT, Laureane de Queiroz. **Jornalismo: entre o objetivo e o subjetivo.** Trabalho apresentado ao NP 02 – Ensino no Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

ITUASSU, Arthur. Epistemologia e jornalismo: a falência da objetividade. In: **ALCEU**, v. 6, n. 11, p 87-95, jul-dez 2005.

KOTSCHO, Ricardo. **40 anos de dedicação integral ao jornalismo brasileiro – Entrevista com Ricardo Kotscho.** Entrevista concedida ao

Jornal Unidade. Órgão mensal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Edição de Janeiro-Fevereiro de 2005 - número 271. Páginas 8 e 9.

LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. São Paulo: Com-Arte / EDUSP, 1990.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

LIMA, Venício de. **Pesquisa revela a (des)confiança na mídia**. In: Observatório da Imprensa. Texto veiculado em 09 de Maio de 2006. Arquivo consultado em 10 de Julho de 2008. Conteúdo acessado no endereço:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=380IMQ002>

_____. **Falta de transparência compromete a credibilidade**. In: Observatório da Imprensa. Texto veiculado em 31 de Julho de 2007. Arquivo consultado em 10 de Julho de 2008. Conteúdo acessado no endereço:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=444IMQ003>

LOPES, Fernanda Lima. **Auto-referência e construção da identidade jornalística**. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994. 2. ed. ver. ampliada. 1. ed. 1985.

_____. **Teoria da Comunicação: Paradigmas Latino-Americanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Senac, 2001.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 2. ed. Loyola: São Paulo, 1999. (1. ed. 1995, Paris).

McKINZIE, Bruce Wayne. **Objectivity, Communication and the foundation of understanding**. University Press of America, 1994.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MERRITT, D. Public Journalism: Defining a Democratic Art In: Media Studies Journal 9(3): 125–32, 1995.

MESQUITA, Mário. **Teorias e práticas do jornalismo – da era do telégrafo ao tempo do hipertexto**. In: Revista Brasileira de Ciências da

Comunicação. São Paulo – Volume XXVIII, n ° 2, julho / dezembro de 2000. p . 11-41

MIRALDI, Robert. **Muckraking and objectivity**: journalism colliding traditions. Contributions to the Study of Mass Media and Communications, number 18. Greenwood Press: 1990

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>. Artigo acessado em 27 de Outubro de 2007 às 20h30.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

NOVAES, Washington. Artigo de 1987 transcrito em “**Cláudio Abramo, o revolucionário**”. Observatório da Imprensa. 4 de Julho de 2005. Depoimento.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social**: o alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Trad. Luís Manuel Dionísio. Lisboa, Portugal: Vega, 1999. Coleção Comunicação e Linguagens. p. 27-33

RYAN, M. Journalistic Ethics, Objectivity, Existencial Journalism, Standpoint Epistemology, and Public Journalism In: **Journal of Mass Media Ethics** 16(1): 3–22., 2001

SERRA, Antonio. Notas sobre jornalismo e conhecimento. In: **Cadernos Iacs**, n. 05. Niterói: Iacs / UFF, julho de 1996.

SILVA, Marconi Oliveira da. **Imagem e verdade**: jornalismo, linguagem e realidade. São Paulo: Annablume, 2006.

TAMBOSI, Orlando. **O declínio do marxismo e a herança hegeliana**: Lucio Coletti e o debate italiano (1945-1991). Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999.

VAN ZONEN, L. A Professional, Unreliable, Heroic Marionette (M/F): Structure, Agency and Subjectivity in Contemporary Journalisms In: **European Journal of Cultural Studies** 1(1): 123–43, 1998.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias e biógrafos**: jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002.

ZELIZER, B. Has Communication Explained Journalism? In: **Journal of Communication** 43(4): 80–8, 1993.

_____. **Taking Journalism Seriously**: News and the Academy. London: Sage, 2004.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo, Departamento de Jornalismo, do Centro de
Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito para a obtenção
do título de *Mestre em Jornalismo*.

Orientador: Prof. Orlando Tambosi, Dr.

Florianópolis, 2009